

0179

/ 86.1

RODC

20/85



19

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TRIBUNAL PLENO

TRIBUNAL PLENO

Relator, o Senhor Ministro

~~GERLANDO LACATO~~

~~FRANCISCO LEONARDO~~

JOSE CARLOS DA FONSECA
RECURSO ORDINÁRIO

EM
DISSÍDIO COLETIVO

6a. REGIÃO

23/08/90

RECORRENTE SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

Advogado Dr. Pedro Paulo Pereira Nóbrega

RECORRIDO SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO CO
MÉRCIO PROPAGANDISTAS, PROPACANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRO
DUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

do Dr. Jerson Maciel Netto

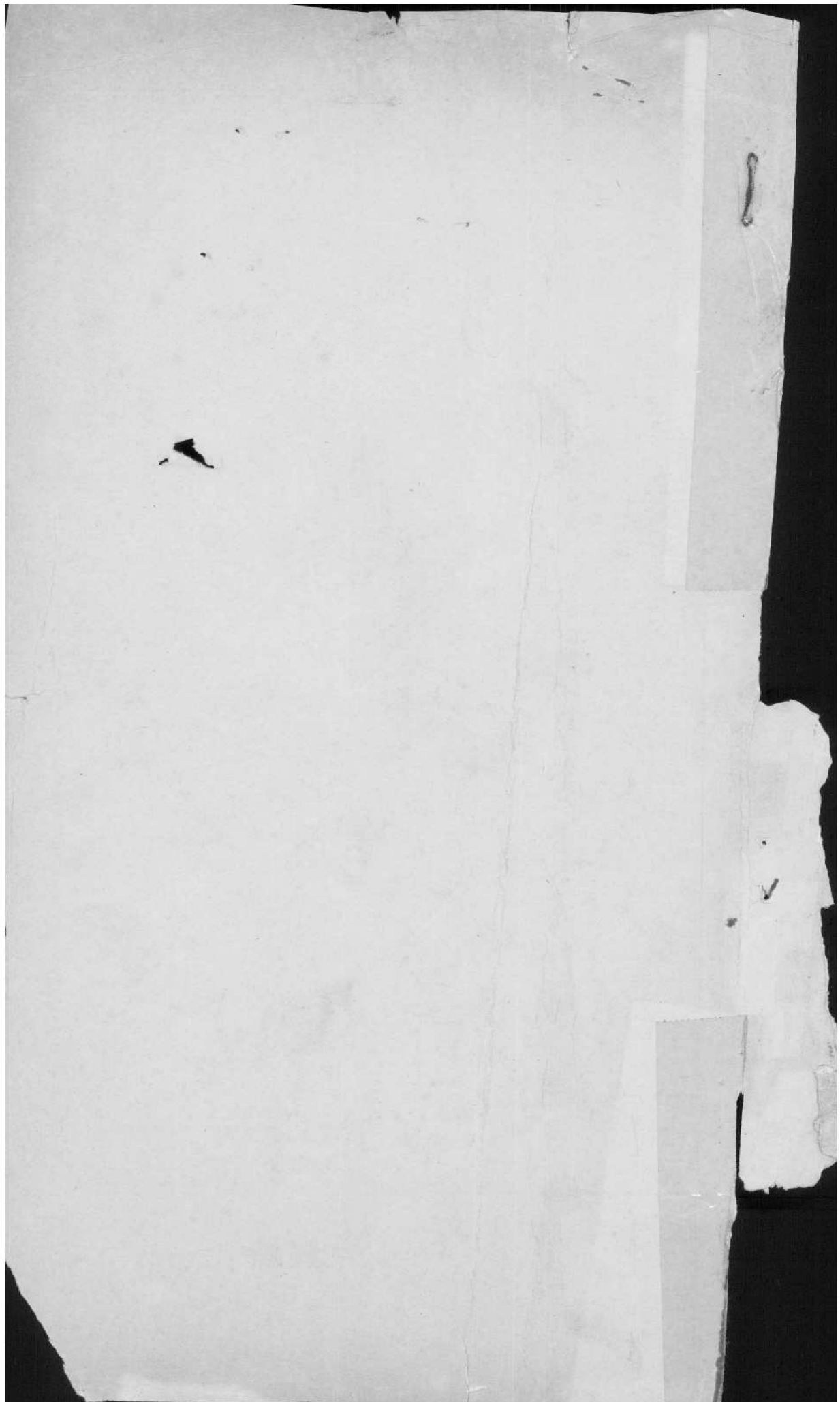
1632

01 AGO 1989

00179 / 56 . 1

ARIO

io Recurso Ordinário TST-I.1.170





JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT-DC-20/85

PLENO

DISSÍDIO COLETIVO

DISTRIBUIÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO

DIAS: 21/11/85

Suscitado: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES e VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS -
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊU-
TICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

JULGADO EM

21/11/85

Advogado: *person Uziel Netto*

Suscitado(s) SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO e outros (15)

Advogado - *Sylvio Augusto de Araújo Ufano*
Paulo Paulo Bessa Nobrega

Procedência RECIFE - PE

RELATOR JUIZA THEREZA LAFAYETTE BITU

REVISOR JUIZ PAULO BRITTO

Revisor Juiz
REVISOR

AUTUAÇÃO

Aos 31 dias do mês de julho
de 1985, nesta cidade de Recife,
autua a presente Dissídio Coletivo

Carvalho
Diretor de Serviço do C. J. T. P. N. P. P.



02
100

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Sede Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho
1ª Turma do Recife
6.ª REGIÃO
Livre 20
Proc. 20/85
Data: 11.07.85 Hora: 14.35
Serv. Cadast. Processual

O Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, com sede à Rua Barão de São Borja 183, Boa Vista, Recife, com assistência de seu Advogado (doc. 01), e com fundamento nos Arts. 856 da C.L.T. e 11 da Lei 6.708/79, suscita DISSÍDIO COLETIVO contra o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro, Recife; Sindicato dos Representantes Comerciais de Pernambuco, com endereço à Rua José de Alencar 44, conjunto 91, Recife; Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos do Recife, com endereço na Av. Guararapes 120, Edf. Conde da Boa Vista 7º andar, Recife; Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, com endereço na Av. Montevideu 51, Boa Vista Recife; Sindicato das Indústrias de Gabão e Velas do Recife, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro Recife; Sindicato das Indústrias de Cortimento de Couro, Peles, Malas e Artigos de Viagens do Recife, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro Recife; Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas Alimentícias de Pernambuco, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro Recife; Sindicato das Indústrias de Trigo e Massas Alimentícias do Recife, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro Recife; Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagens de Café do Recife, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar, Santo Amaro Recife; Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Recife, com endereço na Av. Guararapes 120, 7º andar; Sindicato do Comércio de Maquinismo em Geral do Recife, com endereço na Av. Guararapes 120, Edf.: Conde da Boa Vista, 7º andar Recife; Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismo, Ferragens, Tintas do Recife, com endereço na Av. Visconde de Suassuna 255, Recife; Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Recife, com endereço na Rua Viscondessa do Livramento 130, Derby Recife; Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios do Recife, com endereço na Av. Visconde de Suassuna 255 Boa Vista Recife; Sindicato das Indústrias de Cervejas, Bebidas em Geral, Vinhos e Águas Minerais do Recife, com endereço na Av. Cruz Cabugá 767, 5º andar Santo Amaro Recife; expõe em síntese o que segue:

HISTÓRICO

Reunida em Assembleia Geral, nos termos da ata e do edital de convocação anexos, decidiu a categoria profissional representada pelo Suscitante outorgar poderes a sua Diretoria para Suscitar Dissídio Coletivo, propondo o seguinte:

CLÁUSULAS DE NATUREZA SALARIAL

- 1º. - Confirmação do reajuste previsto pela Lei 6.708/79 (INPC), à base de 100% (cem por cento), aplicável, nos meses de agosto de 1985 e fevereiro de 1986, além da parte fixa, sobre ajuda de custo, quantias fixas por unidades vendidas, quantias fixadas por duplicatas cobradas e prêmios fixos de produção.
- 2º. - Aumento salarial de 6% (seis por cento), a título de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto de 1985, na forma da cláusula anterior.
- 3º. - Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 28.02.82, e, aos admitidos a partir de 01.03.85 a proporcionalidade de 1/6 de tais benefícios por mês trabalhado.
- 4º. - Manutenção de piso salarial para os integrantes da categoria à razão de 2 (dois) salários mínimos.

M. D. Soares

3

EM BRANCO

03
1987

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,

Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmaceuticos

no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954

Séde Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267

Recife - Pernambuco

- 5a. - Reembolso, mediante relatório de despesas, dos empregados que utilizem transporte coletivo para o exercício de suas funções, desde que não oferecida com dução própria pelas empresas.
- 6a. - Quando o empregado utilizar veículo próprio para executar seu trabalho a empresa lhe pagará o consumo de combustível, à razão da divisão do preço do litro de gasolina por 7 (sete), a taxa rodoviária única (TRU) e o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT). Arcará ainda com a reparação de danos resultantes de acidentes não causados pelo empregado por culpa ou dolo.
- 7a. - Descumprido o art. 459 e seu parágrafo, da CLT, afora juros de mora e correção monetária pelas ORTNs, pagará as empresas inadimplentes aos seus empregados multa diária correspondente a 20% sobre o salário de referência vigente ao tempo da infração.
- 8a. - Quando a parte variável da remuneração consistir em prêmios mediante cotas de vendas ou outros objetivos pretendidos pela empresa, ficará esta obrigada a fixar previamente um critério a ser observado pelo empregado, que passará a ser alterável por mútuo consentimento e desde que não traga prejuízos ao empregado.
- 9a. - O pagamento de comissões e prêmios contratualmente ajustados será feito mensalmente, a partir do mês subsequente ao do faturamento, obrigando-se as empresas ao fornecimento de um demonstrativo das vendas realizadas e das comissões creditadas ou pagas aos seus empregados.
- 10a. - Na hipótese de substituição, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituído fará jus ao salário da função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo.
- 11a. - Os empregados admitidos para as funções de outros cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa farão jus ao salário da função, sem a consideração de vantagens pessoais. Não será permitida a classificação de cargos diferentes para o exercício da mesma função, como propagandista júnior, propagandista e propagandista sênior, à exceção das empresas que já tiverem empregos seriados, devidamente registrados no Ministério do Trabalho.
- 12a. - Os empregados que exercitarem serviços de cobranças terão a respectiva remuneração por tal serviço ajustada à margem da remuneração normal.

CLÁUSULAS DE GARANTIA

- 13a. - Garantia à gestante de permanência no emprego, ou do pagamento dos correspondentes salários, até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão, ou de acordo celebrado perante o Sindicato.
- 14a. - Garantia ao vitimado por acidente de trabalho de permanência no emprego ou do pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato. *cf 6a. par. 1º*
- 15a. - Complementação, uma única vez e até 90 (noventa) dias, dos salários líquidos dos empregados afastados por doença ou acidente do trabalho, desde que estejam na empresa há mais de 90 (noventa) dias.
- 16a. - Os empregados que estudarem em escolas oficiais ou reconhecidas terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento a provas ou exames escolares, desde que a comunicação seja feita à empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e façam comprovação posterior de sua realização.
- 17a. - Garantida uma zona de trabalho ao empregado, fará este jus às comissões ou prêmios de tais vendas, ainda que realizadas por outro empregado, ou diretamente pela empresa. Equipara-se a zona de trabalho, para todos os fins, a atribuição de clientela específica ao empregado. Excetuam-se as vendas de correntes de licitação pública, desde que o empregado não tenha dela participado.
- 18a. - O empregado que tenha mais de 10 (dez) anos na empresa, e que por ela seja demitido, faltando até 24 (vinte e quatro) meses para sua aposentadoria, terá suas contribuições ao INPS recolhidas pela empresa, com base no último sa

M.227

EM BRANCO

Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmaceuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Séde Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

lário percebido e devidamente reajustado, enquanto não conseguir outro emprego, e até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

192-A semana dos empregados representados pelo suscitante será de 5 (cinco) dias de trabalho, de segunda a sexta-feira, passando a serem pagas ou compensadas com o equivalente a uma diária as reuniões convocadas pelas empresas para os sábados.

200 Os empregados que receberem, na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contrato escrito.

CLÁUSULAS REFERENTES À RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.

218 Na hipótese de rescisão, por justa causa, do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida sob pena de ser considerada imotivada a dispensa.

220 Rescindido o contrato, deverá pagar a empresa ao empregado os respectivos títulos no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado, e de 20 (vinte) dias, na hipótese de aviso prévio trabalhado, a partir do último dia trabalhado, sob pena de pagar ao empregado, por dia acrescido, multa equivalente a 01 (um) dia de salário por dia excedente dos prazos fixados.

232 Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena de pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo.

CLÁUSULAS DE NATUREZA SINDICAL

248 Os diretores sindicais gozarão de licença remunerada para participação em congressos, cursos, conferências, reuniões e seminários de interesse sindical, até o máximo de 15 (quinze) dias, com prévia comunicação às empresas.

250 Em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas.

260 As empresas representadas pelos Suscitados afixarão em quadro de avisos as publicações, correspondências e comunicações do Sindicato aos seus empregados.

278 As empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprias reconhecem a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuem tais serviços, aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social.

288 A taxa de expediente, cobrada quando das homologações e rescisões de contrato de trabalho, em favor do Sindicato Suscitante, é fixada em valor correspondente a 3% (três por cento) sobre o salário mínimo.

298 As empresas representadas pelos Suscitados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento, uma única vez sobre os salários de agosto de 1965 a título da contribuição assistencial, devendo dita contribuição ser recolhida à Tesouraria do Sindicato, suscitante mediante recibo próprio.

CLÁUSULAS PERTINENTES AO DISSÍDIO

308 O presente dissídio abrange os empregados vendedores, vendedores viajantes, propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos das empresas representadas pelos suscitados.

318 O prazo de vigência do presente dissídio é de 12 (doze) meses, de 01.06.65 a 31 de julho de 1966.

JUSTIFICAÇÃO

Todas as cláusulas articuladas representam a reiteração de cláusulas anteriormente deferidas por esse Egrégio Regional, ou substanciadas em dissídios coletivos e acordos coletivos de trabalho, consoante se provará.

Entende o Suscitante que emprega o poder normativo da Justiça Laboral, para disciplinar condições de trabalho não reguladas pela Consolidação

M27. *Quado*

EM BRANCO

05
1987

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmaceuticos
no Estado de Pernambuco

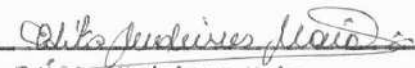
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Sede Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

ou pela legislação específica da categoria profissional.

Espera, por conseguinte a procedência do pedido, requerendo, para a instauração do dissídio coletivo, a notificação dos Suscitados e o prosseguimento do feito, protestando pela produção das provas legalmente admitidas.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Recife, 24 de julho de 1985.


Edilio Medeiros Maia.
Presidente


Jerson Maciel Netto.
Advogado

Anexos:

Procuração, Edital, Ata da Assembleia Geral, Termo de Não Comparecimento, Cópia do Acordo Coletivo - 15 cópias da inicial.

Em Tempo: A presente petição de dissídio coletivo reitera pedido anterior que tomou o nº 18/85, arquivado por falta de comparecimento do Suscitante. Deixa-se de acostar prova do pagamento de custas, por não ter havido condenação no pleito anterior. Protesta-se, todavia, pelo pagamento de quaisquer despesas decorrentes do ajuizamento, desde que notificado o Suscitante.

Data supral



as,

PROCURAÇÃO

Recife, 24 de julho de 1985

82-
COSTA LIMA

Edite Medeiros Maia
— Edite Medeiros Maia

Cartório - O. S. A. L. P. S.
 Rua, Alameda - João Lima
 4º andar
 (Escritório - 25.7.88)
 João Lima - 25.7.88
 Rua - João Lima - 25.7.88
 25.7.88 de 19
 da ver. O Tab.

EM BRANCO

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,

Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos

no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954

Séde Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267

Recife - Pernambuco

C Ó P I A

"Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, realizada em 2ª convocação, às 18:00 horas do dia 25 de junho de 1955 de acordo com o contido no Edital de Convocação publicado no jornal Diário de Pernambuco de 20 de junho de 1955 para o fim de conceder poderes à Diretoria para encaminhar pleito salarial, inclusive suscitar dissídio coletivo e celebrar acordo com os grupos patronais interessados. Exatamente às 16:00 horas o presidente do Sindicato após verificar não haver numero legal para a realização em 1ª Convocação, determinou a lavratura do competente "Termo de Não Comparecimento", para os devidos efeitos e convidou os que compareceram para duas horas após se reuniram no mesmo local e realizar a Assembléia em 2ª Convocação com qualquer numero de Associados, desde que satisfazendo o quorum legal. Iniciando os trabalhos em 2ª Convocação às 18:00 horas, o presidente Edílio Medeiros Maia convidou o associado Francisco de Assis Sales para assumir a presidência da mesa a qual, ao assumir convidou o Associado Flávio de Carvalho Silva para para escrutinador e os diretores Edilton José do Nascimento Botelho e Aroldo Vieira Leão respectivamente para secretariar e compor a mesa na qualidade de mesário. Isto posto, foi aberta uma urna vazia e apresentada aos sócios com direito a voto os quais, a consideraram em condições de receber os votos, já que a votação seria por escrutínio secreto. Dando continuidade o presidente da mesa mandou que fosse lido o Edital de Convocação da Assembléia Geral, para que os votantes tomassem conhecimento da matéria posta em votação de modo a que não surgissem dúvidas e os trabalhos transcorressem dentro da normalidade. Concluída a leitura do Edital, o presidente da mesa iniciou os trabalhos de votação, começando pelos mesários e continuando pelos demais associados presentes com direito a voto. Às 19:00 horas o presidente da mesa mandou verificar se havia mais alguém no recinto com direito a voto faltando votar e, como todos os que compareceram haviam votado determinou a abertura da urna. Aberta e verificado que coincidia o numero de cédulas nela contidas, com o de assinaturas apostas na Folha de Votação, mandou que fossem contados os votos. Terminada a contagem, constatou-se que dos 63 (sessenta e três) associados com direito a voto haviam votado 43 (quarenta e três), todos a favor da concessão, medida pela Diretoria. Proclamando aprovada a concessão para que seja iniciado o pleito salarial através de dissídio ou acordos, o presidente da mesa mandou que eu secretário dos trabalhos, lavrasse a presente ata que lida e aprovada foi assinada pelos mesários. Recife, 25 de junho de 1955 - Edilton José do Nascimento Botelho, Francisco de Assis Sales - Flávio de Carvalho Silva - Aroldo Vieira Leão - Edílio Medeiros Maia".

Edílio Medeiros Maia
Edílio Medeiros Maia

Edilton José do Nascimento Botelho
Edilton José do Nascimento Botelho

Francisco de Assis Sales
Francisco de Assis Sales.

Flávio de Carvalho Silva
Flávio de Carvalho Silva

Aroldo Vieira Leão
Aroldo Vieira Leão

Industria dos Emissores e/ou Titulares do Conselho Fiscalizadora

Propriedades e/ou Titulares e/ou Titulares do Produto Patenteado

no Estado de Pernambuco

Resolução do Conselho de Fiscalização, em 12 de Abril de 1954
Esta Resolução tem Efeito de Lei desde 12 de Abril de 1954
Rio de Janeiro - Pernambuco

EM BRANCO

08
TM

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmaceuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Séde Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

C Ó P I A

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO

Às 16:00 horas do dia 25 de junho de 1985, na sede do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, sito à Rua Barão de São Borja 183, na cidade do Recife, o Snr. Edilio Medeiros Maia, presidente da citada entidade de classe, verificando não haver número suficiente para realizar a Assembléia Geral Extraordinária convocada em edital publicado no Diário de Pernambuco de 20 de junho de 1985 em 1ª Convocação, determinou que eu, Secretário do Sindicato lavrasse o presente "Termo de Não Comparecimento", convidando os associados que compareceram para a realização da Assembléia em 2ª Convocação às 18:00 horas, na conformidade com o contido no supracitado Edital. Recife, 25 de junho de 1985. Edilton José do Nascimento Botelho - Edilio Medeiros Maia. "

Sind. Emp. Vend. Viá. Com. Prop. Prop-Vend. e Vend. Prod. Farm. Est. Pe.

Edilio Medeiros Maia
Edilio Medeiros Maia

PRESIDENTE

Edilton José do Nascimento Botelho
Edilton José do Nascimento Botelho

seio fiscal, de aprovação da prestação de contas da diretoria, do balanço, e da previsão orçamentária para o exercício de 1986, com o respectivo parecer do conselho fiscal.

Não havendo "quorum" para a reunião em primeira convocação será a mesma realizada às 11:30 horas, no mesmo local e data em segunda convocação.

Recife, 18 de junho de 1985.

João Rodrigues Maia
Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS
VENDEDORES E VIAJANTES DO
COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS,
PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E
VEND. PROD. FARMACÊUTICOS NO
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Edital de Convocação

Dissídio Coletivo

Pelo presente edital ficam os senhores associados deste Sindicato no pleno gozo de seus direitos sociais, convocados para tomarem parte da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 1ª Convocação às 16:00 hrs. do dia 25 de junho de 1985 e, não havendo número legal, às 18:00 hrs. do mesmo dia com qualquer número de associados presentes, em 2ª convocação, para votação da seguinte matéria:

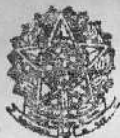
- a) Leitura da ata da última Assembleia;
- b) Conceder poderes a Diretoria para adotar as medidas necessárias ao encaminhamento e solução do pleito da categoria relativa ao reajuste salarial, inclusive suscitar dissídio perante o TBT e, se possível, celebrar acordo coletivo com as empresas interessadas.

Recife, 20 de junho de 1985

Edilio Medeiros Maia
Presidente

Geração





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

Protocolo -
Livro 90 Folha -
Proc. 20/85 Classe a-20/85
Recife, 31 de julho de 1985

[Assinatura]
Serviço de Cadastramento Processual

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos ao

Gabinete da Presidência

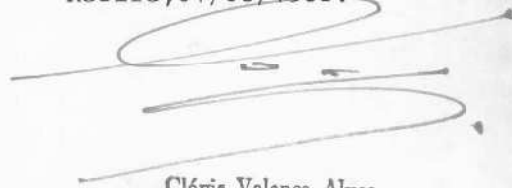
Recife, 31 de Julho de 1985

[Assinatura]

Diretor do S.C.P.

Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional.

Recife, 01/08/1985.

A handwritten signature in dark ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

Clóvis Valença Alves
Juiz Presidente do TRT - 6a. Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO,
PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E DENEDEDORES DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 827 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO PROPAGANDISTA, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes a a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valmir Bonadino
p/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 827 /8 5

SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO CO
MÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E
VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PE.

Rua Barão de São Borja, 183
Boa Vista - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PE.

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 828 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN-
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. Ass. CLOVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valúcio Baracho
m/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- /8
828 5

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PE.

Av. Cruz Cabugá, 767
Santo Amaro - Recife
50.000



13
CA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 829 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20 /85, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN-
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO,

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 02 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valina Baralho
Secretário Geral da Presidência

44



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 829 /8 5

SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PERNAMBUCO

Rua José de Alencar, 44 - Conj. 91

Recife - 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 830 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VE-
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa-
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 198 5, às 15:00 horas,
para audiência de conciliação e instrução, notificadas as par-
tes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de
198 5. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente
do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Ge-
ral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 198 5.

Valério Baradão
Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 830 5 /8
SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS DO RECIFE

Av. Guararapes, 120
Edif. Conde da Boa Vista - 7º andar
Recife - 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 831 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): **SINDICATO DAS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEENDEDERES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

SUSCITADO (S): **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)**

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) **CLÓVIS VALENÇA ALVES** Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valério Baradão
Secretário Geral da Presidência

15
24

16



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 831/85

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE

Av. Montevideu, 51
Boa Vista - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE

DÓ: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SABÃO E VELAS DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 832 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /85 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985 , às 15:00 horas , para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985 . As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valéria Baradun
/m/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 832 /8 5

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SABÃO E VELAS DO RECIFE

Av. Cruz Cabugá, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CORTIMENTO DE COURO, PELES,
MALAS E ARTIGOS DE VIAGENS DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-CP- 833 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /85 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VE-
NDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES
do TRT da Sexta Região".
Juiz Presidente

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985

Valéria Baracho
Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 833 /8 5

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CORTIMENTO DE COURO, PELES,
MALAS E ARTIGOS DE VIAGENS DO RECIFE

Av. Cruz Cabugã, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS
DE PERNAMBUCO**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 834 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): **SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAHANTES
DO COMERCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

SUSCITADO (S): **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)**

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia **12 de agosto** de 198 5, às **15:00** horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, **01 de agosto** de 198 5. As) **CLÓVIS VALENÇA ALVES** Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos **01** dias do mês de **agosto** de 198 5.

Valeir Baradão
p/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 834 /8 5

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍ
CIAS DE PERMANHUCO.

Av. Cruz Cabugã, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TRIGO E MASSAS ALIMENTÍCIAS
DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 835 / 8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 / 8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal examinou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valério Baracho
p/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-835 /85

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TRIGO E MASSAS ALIMENTÍCIAS
DO RECIFE

Av. Cruz Cabugã, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



20

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGENS DE
CAFÉ DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 836 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valmir Baracho
M Secretário Geral da Presidência

21



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 836 /85

D

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGENS
DE CAFÉ DO RECIFE

Av. Cruz Cabugá, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: **SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
DO RECIFE**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 837 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): **SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

SUSCITADO (S): **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)**

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) **CLÓVIS VALENÇA ALVES** Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valina Baracho
p/ Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 837 /8 5

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
DO RECIFE

Av. Guararapes, 120 º 7º andar

Recife - 50.000



22
21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMERCIO DE MAQUINISMO EM GERAL DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 838 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /85 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985 , às 15:00 horas , para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985 . As) CLÓVES VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 198 5.

Valério Baracho
Secretário Geral da Presidência

23



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-838 /85

SINDICATO DO COMERCIO DE MAQUINISMO EM GERAL DO RECIFE

Av. Guararapes, 120
Edf. Conde da Boa Vista - 7º andar
Recife - 50.000.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS
TINTAS DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 839 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /85 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985 , às 15:00 horas , para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985 . As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valéria Baracho
p/ Secretário Geral da Presidência

23
04

24

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 839/8 5

**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, BERRAGENS,
TINTAS DO RECIFE**

**Av. Visconde de Suassuna, 255
Recife - 50.000**



24
04

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE
MATERIAL ELÉTRICO DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 840 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /85 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMERCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985 , às 15:00 horas , para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985 . As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valéria Bonadus
p/Secretário Geral da Presidência

25



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 840 /8 5

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE
MATERIAL ELÉTRICO DO RECIFE**

Rua Viscondessa do Livramento, 130
Derby - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS E ACES-
SÓRIOS DO RECIFE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 841 /8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da ins-
tauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são
partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN-
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO E

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa-
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas,
para audiência de conciliação e instrução, notificadas as par-
tes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de
1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente
do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Ge-
ral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valério Benadim
Secretário Geral da Presidência

25
9/8

26



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 841/85

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS E
ACESSÓRIOS DO RECIFE

Av. Visconde de Suassuna, 255

Boa Vista - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERVEJAS, BEBIDAS EM GERAL,
VINHOS E ÁGUAS MINERAIS DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-CP- 642/85

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valério Baradão
Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 842 /8 5

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERVEJAS, BEBIDAS EM GERAL
VINHOS E ÁGUAS MINERAIS DO RECIFE

Av. Cruz Cabugã, 767 - 5º andar
Santo Amaro - Recife
50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 843/8 5

Fica V. Sa., pela presente, notificada da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 20 /8 5 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-
VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 01 de agosto de 1985. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 01 dias do mês de agosto de 1985.

Valéria Baracho
p/ Secretário Geral da Presidência

Ciente: *mapleis*



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 843 /8 5

A
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

NESTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

RELAÇÃO N.º

28
98

Carimbo do E.C.T.

Remessa à E.C.T. Diretoria Regional de Pe.

Da Correspondência Abaixo Discriminada

EM 02 DE Agosto DE 19 85

(RECEBEDOR)

(ASSINATURA DO EXPEDIDOR)

N.º de Ordem	Espécie	DESTINATÁRIO	Número do Processo	Destino	Número do Registro
827/85	Not.	Sind. dos Emp. Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco - Nesta			2247
828/85	Not.	Sind. das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco - Nesta			2248
829/85	Not.	Sind. dos Representantes Comerciais de PE.			2249
830/85	Not.	Sind. do Comércio Atacadista de Tecidos do Recife - Nesta			2250
831/85	Not.	Sind. das Inds. de Fiação e Tecelagem do Recife - Nesta			2251
832/85	Not.	Sind. das Inds. de Sabão e Velas do Recife			2252
833/85	Not.	Sind. das Inds. de Cortimento de Couro, Peles, Malas e Artigos de Viagens do Recife			2253
834/85	Not.	Sind. das Inds. de Doces e Conservas Alimentícias de Pernambuco - Nesta			2254
835/85	Not.	Sind. das Inds. de Trigo e Massas Alimentícias do Recife - Nesta			2255
836/85	Not.	Sind. das Inds. de Torrefação e Moagens de / Café do Recife - Nesta			2256
837/85	Not.	Sind. do Com. Atacadistas de Gêneros Alimentícios do Recife - Nesta			2257
838/85	Not.	Sind. do Com. de Maquinismo em Geral do Recife - Nesta			2258
839/85	Not.	Sind. do Com. Varejista de Maquinismo, Ferragens, Tintas do Recife - Nesta			2259
840/85	Not.	Sind. das Inds. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Recife - Nesta			2260
841/85	Not.	Sind. do Com. Varejista de Automóveis e Acess. do Recife - Nesta			2261
842/85	Not.	Sind. das Inds. de Cervejas, Bebidas em Geral Vinhos e Águas Minerais do Recife - Nesta			2262

ROGER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Regional Federal do Trabalho de São Paulo

Homem e E.C. - Direitos Trabalhistas

De Contorno - São Paulo - São Paulo

EM 12 de Junho de 1963

ASSINATE A DO EXPEDIENTE

RECEBUEIRO

RECEBUEIRO

RECEBUEIRO

RECEBUEIRO

branco

6m



ECT
SEED

N.º	RÊMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	N.º
	DESTINATÁRIO	
	<i>Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Ve- ndedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de PE</i>	
	ENDEREÇO	
	<i>Rua Barão de São Boja nº 183 - Boa Vista</i>	
	CIDADE	ESTADO
	<i>Recife - 50.000</i>	<i>PE</i>
	Recebido em	Assinatura do Destinatário
	<i>05.08.85</i>	<i>[Signature]</i>

Mod. TRT 165

not. nº TRT-CP-827/85 - DE-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT
SEED

31 X

N.º	REMETENTE	
NOME:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6.ª Região Gabinete da Presidência	
ENDEREÇO:	Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco		
ENDEREÇO		
Av. Cruz Cabugá, 767 - 5º andar - São Amaro		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em		Assinatura do Destinatário
05/08/85		<i>[Signature]</i>

Mod. TRT 165

not. nº TRT-GP-828/85 - DC-20/85

OCORRÊNCIA

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT
SEED

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Cabine'te da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato dos Representantes Comerciais de PE.		
ENDEREÇO		
Rua José de Alencar, 44-Conjunto 91		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
03.08.81	X - J. S. - J. S. - J. S.	

Mod. TRT 165

not. n.º TRT-GP-829/85 DE-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

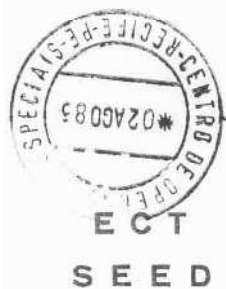
RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos do Recife.		
ENDEREÇO		
7º andar Av. Guararapes, 120 - Edif. Conde de Bor. Vista		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em		Assinatura do Destinatário
= 5 AGO 1985		<i>Fernando</i>

33. sin

Mod. TRT 165

not. n.º TRT - GP - 830/85 DC - 20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife		
ENDEREÇO		
Av. Montevideu, 51 - Boa Vista		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
03.8.85	Mdi José Pereira	

Mod. TRT 165

not. nº TRT - GP - 831/85

DE - 20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT
SEED

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato das Indústrias de Sabão e Velas do Recife		
ENDEREÇO		
Av. Cruz Cabugá, 767-5º andar - São Amaro		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
05/08/85	[Assinatura]	

Mod. TRT 165

not. nº TRT - GP - 832/85 DC-20/85

OCORRÊNCIA:

☐

MUDOU-SE

☐

DESCONHECIDO

☐

RECUSADO

☐

ENDEREÇO INSUFICIENTE

☐

AUSENTE

☐

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT
SEED

N.º		REMETENTE	
NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º	
DESTINATÁRIO			
Sindicato das Indústrias de Cortiçamentos de Couro, Peles, Malas e Artigos de Viagens do Recife -			
ENDEREÇO			
Av. Cruz Cabugi, 464 - 5º andar - São Amaro			
CIDADE		ESTADO	
Recife - 50.000		PE	
Recebido em		Assinatura do Destinatário	
05/08/85		D. Alves 20/85	

Mod. TRT 165

not. n.º TRT-GR- 833/85 DC-20/85

OCORRÊNCIA

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



X

37

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNA REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Cabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 159 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas Alimentícias de Pernambuco		
ENDEREÇO		
Av. Cruz Cabugá, 767-5ª andar - São Manoel		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
05/08/85	D'alva	

Mod. TRT 165

not. nº TRT-GP- 834/85 - DE-20/85

OCORRÊNCIA

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT
SEED

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
<i>Sindicato das Indústrias de Trigo e Massas Alimentícias do Recife.</i>		
ENDEREÇO		
<i>Ao - Cruz Cabugi, 164-5º andar - São Amaro</i>		
CIDADE		ESTADO
<i>Recife - 50.000</i>		<i>PE</i>
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
<i>05/8/85</i>	<i>[Signature]</i> <i>02/12</i>	

Mod. TRT 165

not. no TRT - GP. 835/85 - DC-20/85

ÓCORRÊNCIA

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela Informação

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
 ECT SEED	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	
	N.º	
	DESTINATÁRIO	
	Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagens de Café do Recife.	
	ENDEREÇO	
	Av. Cruz Cabugá, 167-5º andar - São Amaro	
	CIDADE	ESTADO
	Recife - 50.000	PE
	Recebido em	Assinatura do Destinatário
	05/08/85	<i>[Signature]</i>

Mod. TRT 165

not. no TRT-GP-836/85 DE-20/85

39

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



N.º	REMETENTE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6.ª Região	
NOME:	Gabinete da Presidência	
ENDEREÇO:	Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO <i>Sindicato do Comércio Atacadista de</i> <i>Grãos Alimentícios do Recife</i>		
ENDEREÇO <i>Av. Guararapes, 120 - 7º andar</i>		
CIDADE <i>Recife - 50.000</i>		ESTADO <i>PE</i>
Recebido em <i>25 AGO 1985</i>		Assinatura do Destinatário <i>Fernando</i>

Mod. TRT 165

not. nº TRT- GP- 837/85

DE-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

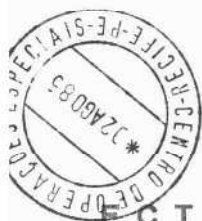
RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela Informação



ECT
SEED

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato do Comércio de Maquinismo em Geral do Recife		
ENDEREÇO		
Av. Guararapes, 120 - Ed. Ponte da Boa Vista		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em		Assinatura do Destinatário
=5 AGO 1985		Fernando

Mod. TRT 165

not. nº TRT - GP - 838/85 - DC - 20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela Informação

ECT SEED	N.º		REMETENTE	
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º	
	DESTINATÁRIO		Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismo, Ferragens, Tintas do Recife	
	ENDEREÇO		Av. Visconde de Suassuna, 255	
CIDADE		ESTADO		
Recife - 50.000		PE		
Recebido em		Assinatura do Destinatário		
05-8-81		M. Amador		



Mod. TRT 165

not. nº TRT GP-839/85 PE-20/85

42

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação

ECT SEED X 43	N.º		REMETENTE	
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABAHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED			
	DESTINATÁRIO		Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Recife.	
	ENDEREÇO		Rua Viscondessa do Livramento, 130 - Derby	
	CIDADE	ESTADO	Recife - 50.000 PE	
	Recebido em	Assinatura do Destinatário		
05/08/85		X [Assinatura]		

Mod. TRT 165

not. nº TRT-GP-840/85 DC-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação

ECT SEED	N.º		REMETENTE	
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º * 22400	
	DESTINATÁRIO		Sindicato do Comércio Varejista Automóveis e Acessórios do Recife	
	ENDEREÇO		Av. Visconde de Suassuna, 255 - Boa Vista	
	CIDADE		ESTADO	
	Recife - 50.000		PE	
Recebido em		Assinatura do Destinatário		
05.8.85		[Assinatura]		

Mod. TRT 165

not. n.º TRT-GR- 841/85 / DC-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação

N.º	METENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	
	DESTINATÁRIO: <i>Sindicato das Indústrias de Cervejas, Bebidas em Geral, Vinhos e Águas Minerais do Recife.</i>	
	ENDEREÇO: <i>Av. Cruz Cabugá, 464 - 5º andar - São Amaro</i>	
	CIDADE: <i>Recife - 50.000</i>	ESTADO: <i>PE</i>
	Recebido em: <i>05/08/85</i>	Assinatura do Destinatário: <i>[Assinatura]</i>



ECT
SEED

X
45

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIAÇÃO DO
DISSÍDIO COLETIVO Nº 20/85, EM QUE
SÃO PARTES INTERESSADAS: SINDICATO
DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJAN-
TES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PRO-
PAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES
DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO
DE PERNAMBUCO (Suscitante) E SINDI-
CATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15).
(Suscitados).

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, às 15:00 horas, na Sala de sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, presente o Exmo. Sr. Juiz Vice-Presiden-
te do Tribunal, no exercício da Presidência, Dr. JOSÉ GUEDES COR-
REA GONDIM FILHO, e a Procuradoria Regional do Trabalho, represen-
tada pelo Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, compareceram Dr.
Jerson Maciel Netto e Sr. Edílio Medeiros Maia, respectivamente '
advogado e presidente do Sindicato Suscitante; Dr. Sylvio Rangel'
Moreira, advogado e preposto das seguintes Suscitadas: Sindicato'
da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco, Sin-
dicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral e da Malharia'
no Estado de PE., Sindicato da Indústria de Sabão e Velas do Esta-
do de PE, Sindicato da Indústria de Cortimento de Couros, Peles ,
Malas e de Artigos de Viagem do Estado de PE., Sindicato das In-
dústrias da Cerveja e Bebidas em Geral, do Vinho e de Águas Mine-
rais do Estado de PE., Sindicato da Indústria de Doces e Conser-
vas Alimentícias de PE., Sindicato das Indústrias do Trigo e de '
Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de PE., Sindicato da In-
dústria de Torrefação e Moagem de Café no Estado de PE e Sindica-
tos das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico
de Pernambuco; Abertos os trabalhos, indagou o Sr. Juiz na Presi-
dência dos trabalhos às partes presentes ou representadas, da pos-
sibilidade de acordo, obtendo a resposta negativa. Concedida a pa-
lavra ao patrono das entidades Suscitadas, que se fazem represen-
tar pelo Dr. Sylvio Rangel Moreira, requereu este, com a concor-
dância do SUScitante, o adiamento da audiência a fim de que pos-
sam comparecer o Presidente ou outro membro da Diretoria dos Sin-



STATION 1000
MAY 10 1900
MAY 10 1900

90m / Franco

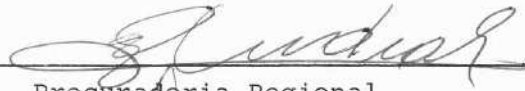


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

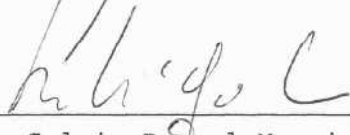
46
13
2.

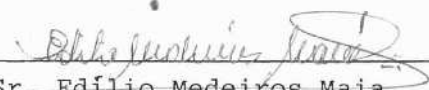
Sindicatos que o constituíram como advogado. O Sr. Presidente deferiu a solicitação, designando o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas, para a audiência, cientes desde já o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco e as entidades que outorgaram poderes ao patrono das entidades de empregadores designadas nesta ata. Foi determinada, ainda, a notificação dos demais Sindicatos Patronais. Ciente, ainda, a douta Procuradoria. E para constar foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, pela Procuradoria Regional, pelas partes e por mim Secretária, que a lavrei. / / / / /

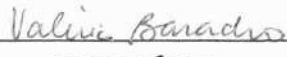

Presidente


Procuradoria Regional


Dr. Jerson Maciel Netto


Dr. Sylvio Rangel Moreira


Sr. Edílio Medeiros Maia


Secretária



UNITED STATES
DEPARTMENT OF THE INTERIOR
BUREAU OF LAND MANAGEMENT

TO: [illegible]
FROM: [illegible]
SUBJECT: [illegible]

Branco

Tom

1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

47
8

DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PERNAMBUCO
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 847 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificado do adiamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

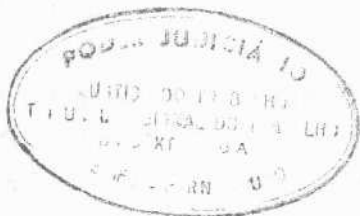
SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 , para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.



Secretário Geral da Presidência



NOT.nº TRT-GP-847/85

SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PERNAMBUCO

Rua José de Alencar, 44 - Conjunto 91

Recife -- PE

50.000

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
ECT SEED	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	
	N.º	
	DESTINATÁRIO	
	Sindicato dos Representantes Comerciais de PE	
	ENDEREÇO	
	Rua José de Alencar, 44 - Conjunto 91	
	CIDADE	ESTADO
	Recife - 50.000	PE
	Recebido em	Assinatura do Destinatário
	14-08-85	

Mod. TRT 165

not. nº TRT-GP-847/85

DC-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 848 /85

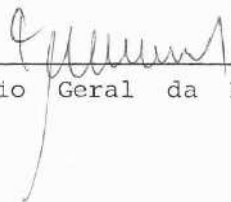
Fica V. Sa., pela presente, notificado do adiamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 , para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.



Secretário Geral da Presidência



NOT.Nº TRT-GP-848/85

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS DO RECIFE
Av. Guararapes, 120 - 7º andar
Edif. Conde da Boa Vista
RECIFE - 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 849 /85

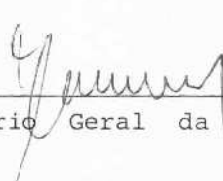
Fica V. Sa., pela presente, notificado do a-
diamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTA-
DO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no
exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 ,
para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral
da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.


Secretário Geral da Presidência



NOT.Nº TRT-GP-849/85

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO RECIFE

Av. Guararapes, 120 - 7º andar

Recife - PE

50.000

OCORRÊNCIA.

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação

N.º	REMETENTE	
NOME:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO Gabinete de Presidência	
ENDEREÇO:	Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
 EC SEED	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	
	N.º	
	DESTINATÁRIO	
	Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Recife	
	ENDEREÇO	
Av. Guararapes, 120 - 7º andar		
CIDADE ESTADO		
Recife - 50.000 PE		
Recebido em, 14 AGO 1985 Assinatura do Destinatário		
		

Mod. TRT 165 not. no TRT-CP- 849/85 de 20/85



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

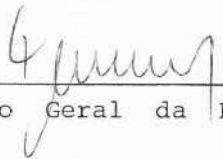
DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO DE MAQUINISMO EM GERAL DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 850 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificado do a-
diamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTA-
DO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no
exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 ,
para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.
A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral
da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.



Secretário Geral da Presidência



NOT.Nº TRT-GP-850/85

SINDICATO DO COMÉRCIO DE MAQUINISMO EM GERAL DO RECIFE
Av. Guararapes, 120 - 7º andar
Edif. Conde da Boa Vista
RECIFE - 50.000



51/8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

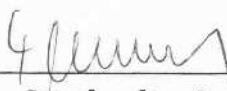
DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS,
TINTAS DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 851 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificado do a-
diamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTA-
DO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no
exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 ,
para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.
A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral
da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.



Secretário Geral da Presidência

52



NOT.Nº TRT-GP-851/85

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS, TINTAS
DO RECIFE

Av. Visconde de Suassuna, 255

RECIFE - 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

52
18

DO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS
DO RECIFE
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 852 /85

Fica V. Sa., pela presente, notificado do adiamento do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, em que são partes:

SUSCITANTE (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADOS (S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

Determinado pelo Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da Presidência, conforme se vê da ata de fls.45/46 , para o dia 21 de agosto de 1985, às 15:00 horas.
A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 13 dias do mês de agosto de 1985.

Secretário Geral da Presidência

53



NOT.Nº TRT-GP-852/85

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS
DO RECIFE

Av. Visconde de Suassuna, 255

Boa Vista - RECIFE

50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

RELAÇÃO N.º

Carimbo do E.C.T.

53
df

Remessa à E.C.T. Diretoria Regional de Pe.

Da Correspondência Abaixo Discriminada

EM 13 DE Agosto DE 19 85

Sebastião W. Ferreira
(ASSINATURA DO EXPEDIDOR)

(RECEBEDOR)

N.º de Ordem	Espécie	DESTINATÁRIO	Número do Processo	Destino	Número do Registro
847/85	Not.	Sind. dos Representantes Comerciais de PE.			2328
848/85	Not.	Sind. do Comércio Atacadista de Tecidos do Recife - Nesta			2329
849/85	Not.	Sind. do Comércio Atacadista de Gêneros / Alimentícios do Recife - Nesta			2330
50/85	Not.	Sind. do Comércio de Maquinismo em Geral do Recife - Nesta			2331
851/85	Not.	Sind. do Comércio Varejista de Maquinismo, Ferragens, Tintas do Recife - Nesta			2332
852/85	Not.	Sind. do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios do Recife - Nesta			2333

54



ROGER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Remessa à 2ª Instância Regional de 1ª

Da Consolidação da Lei de Processo

Em 15 de Agosto de 1962

RELAÇÃO Nº

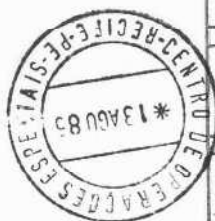
Carta de 15 de 1962

Remessa

(RELAÇÃO DO EXTERIOR)

Nº de Processo	Relatório	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Nº de Processo
1576	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1576
1577	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1577
1578	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1578
1579	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1579
1580	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1580
1581	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1581
1582	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1582
1583	Relatório do Processo	Relatório do Processo	Relatório do Processo	1583

EMBARGADO



ECT
SEED

N.º	REMETENTE	
	NOME: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED		N.º
DESTINATÁRIO		
Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos do Recife		
ENDEREÇO		
7º andar Av. Guararapes 120 - Edif. Lorde da Boa Vista		
CIDADE		ESTADO
Recife - 50.000		PE
Recebido em	Assinatura do Destinatário	
14 AGO 1985	ernando 5/5	

Mod. TRT 165

not. nº TRT-CP-848/85

PE-20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação



ECT SEED	N.º		METENTE	
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED			
	DESTINATÁRIO			
	Sindicato do Comércio de Máquinas mo em Geral do Recife		ENDEREÇO	
	Av. Guararapes, 120 - 7ª andar		Edif. Conde da Boa Vista	
	CIDADE		ESTADO	
Recife - 50.000		PE		
Recebido em		Assinatura do Destinatário		
14 AGO 1985		Fernando		

Mod. TRT 165

not. nr TRT GP-850/85 de 20/85

OCORRÊNCIA:

☐	MUDOU-SE
☐	DESCONHECIDO
☐	RECUSADO
☐	ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐	AUSENTE
☐	

Data	Ass. do Responsável pela informação
-------------	--

E C T S E E D	N.º		REMETENTE		6.ª Região
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO		Gabinete da Presidência
	ENDEREÇO: Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco				
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED				N.º
	DESTINATÁRIO				
	Sindicato do Comércio Varejista de Maquinários, Ferragens, Tintas do Recife.				
	ENDEREÇO				
	Av. Visconde de Suassuna 255				
CIDADE			ESTADO		
Recife - 50.000			PE		
Recebido em			Assinatura do Destinatário		
14/8/85			Rosa 14/8/85		

Mod. TRT 165

not. no TRT- GP- 851/85 DE- 20/85

OCORRÊNCIA:

MUDOU-SE

DESCONHECIDO

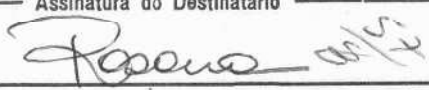
RECUSADO

ENDEREÇO INSUFICIENTE

AUSENTE

Data

Ass. do Responsável pela informação

ECT SEED	N.º		REMETENTE	
	NOME:		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª Região Gabinete da Presidência	
	ENDEREÇO:		Cais do Apolo, 739 - Recife - Pernambuco	
	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED			
	DESTINATÁRIO			
	Sindicato do Comércio de Automóveis e Acessórios do Recife.			
	ENDEREÇO			
	Av. Visconde de Suassuna, 255 - Boa Vista			
CIDADE		ESTADO		
Recife - 50.000		PE		
Recebido em		Assinatura do Destinatário		
14/8/85				

Mod. TRT 165

not. no TRT-6P-852/85 de 20/85

OCORRÊNCIA:

☐

MUDOU-SE

☐

DESCONHECIDO

☐

RECUSADO

☐

ENDEREÇO INSUFICIENTE

☐

AUSENTE

☐

Data

Ass. do Responsável pela informação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

58/85

ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIAÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO Nº 20/85, EM QUE SÃO PARTES INTERESSADAS: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO (Suscitante) E SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15). (Suscitados).

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, às 15:00 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, presente o Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da Presidência, Dr. JOSÉ GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO, e a Procuradoria Regional do Trabalho representada pelo Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, compareceram Dr. Sylvio Rangel Moreira, advogado e preposto das empresas 'relacionadas na ata de fls.45; Srs. Edílio Medeiros Maia e José Vieira Filho, respectivamente, Presidente e Tesoureiro do Sindicato Suscitante; Dr. Jerson Maciel Netto, advogado do Sindicato Suscitante. Retificando: a douta Procuradoria Regional se fez representar pelo Dr. Manoel Orlando de Melo Goulart. Abertos os trabalhos, diligenciou a Presidência no sentido de obter uma conciliação, sendo, entretanto, frustada a tentativa. Concedida a palavra ao patrono das entidades Suscitadas, representadas pelo Dr. Sylvio Rangel Moreira, requereu este a juntada das razões de defesa em nome dos sindicatos referidos no respectivo memorial, em nove laudas, com vários instrumentos de procuração e documentos outros. Da aludida documentação teve vista o patrono do Suscitante, que nada opôs quanto à juntada aos autos. Razões Finais, pelo Suscitante: Disse que as preliminares argüidas na contestação dos Suscitados já foram oferecidas a esse Egrégio Tribunal em dissídios anteriores, por ele rechassadas. Em relação à primeira é de se ver que não se trata de pleito inicial, mas de reiteração de uma longa série de dissídios anualmente promovidos pelo Suscitante, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho daqueles que pertencem à sua categoria profissional e econômica. Em relação à

99



UNITED STATES
DEPARTMENT OF AGRICULTURE

OFFICE OF THE ASSISTANT SECRETARY FOR TECHNICAL ASSISTANCE

EMERSON



THE NEW YORK
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF THE CITY OF NEW YORK

EMERANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

60/98
3.

José Vieira Filho
Sr. José Vieira Filho

Valéria Banacho
Secretária

END UNCO

EXMº. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO T.R.T. - SEXTA REGIÃO.

61/23

Processo DC-20/85

Suscitante : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Suscitados : 1)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL E DA MALHARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 3)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SABÃO E VELAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 4)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COURO, PELES, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 5)-SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, DO VINHO E DE ÁGUAS MINERAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 6)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DE PERNAMBUCO, 7)-SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 8)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 9)- e SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PERNAMBUCO.

Referente : **C O N T E S T A Ç Ã O**

EMINENTES JUÍZES DO TRT - 6ª REGIÃO:

PRELIMINARMENTE, o presente dissídio deve ser indeferido.

Não houve tentativa de regociação prévia na esfera administrativa. A prova disso é que a inicial veio em desacordo com o disposto no item II da Instrução Normativa 01/82-TST (ex-prejulgado nº 56).

26

60

EMERSON

62
26

02.

Em sendo assim, inobservado o disposto no Art. 616, § 4º, da CLT, que resulta na impossibilidade jurídica do pedido, os suscitados requerem que o Eg. 6º TRT indefira a petição inicial, por ser manifestamente inépta, e, por consequência, declare a extinção do processo, sem julgamento do mérito.

PRELIMINARMENTE, ainda, esta ação coletiva deve ser indeferida também por outro motivo.

No primeiro item das reivindicações, consta pedido de "confirmação do reajuste previsto pela Lei 6.708/79 (INPC) à base de 100% (cem por cento), aplicável nos meses de agosto de 1985 e fevereiro de 1986, além da parte fixa..."

Como bem expresso no Art. 3º da Lei 7.238/84 (que substituiu a precitada Lei 6.708/79), está claro que a correção salarial semestral é obrigatória, independe de negociação e muito menos de sentença normativa em dissídio coletivo.

Independente, assim, a obrigação patronal de reajustar os salários, de qualquer pleito sindical, pois a legislação em vigor consagra o princípio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial.

Absurdo, também, é a postulação relativa à aplicação do INPC na sua totalidade, tendo em vista que a Lei nº 7.238/84, no seu artigo 2º, dispõe que a correção semestral "efetuar-se-á segundo a diversidade das faixas salariais", a saber: 1.0 da variação semestral do INPC para quem percebe até 3(três) vezes o valor do salário-mínimo, e 0.8 da mesma variação para quem percebe acima desses 3(três) salários mínimos.

Isto posto, não havendo fundamento jurídico para tal pedido (fixação da correção obrigatória em sentença normativa mediante aplicação do INPC na sua totalidade), os suscitados, mais uma vez, como preliminar, requerem que o 6º TRT decrete a extinção do processo, sem julgamento do mérito, pois inépta é a inicial (Art. 295, I, § único, III, 267, I e IV, e 329, do CPC).

NO MÉRITO, improcedem as reivindicações da classe obreira conforme fundamentação exposta a seguir.

Antes, porém, querem os suscitados, ora contestantes, esclarecer aos eminentes julgadores, que, à vista da documentação anexa, não falou a verdade o Sindicato Suscitante, no pertinente ao item "Justificação" da representação de fls. 02/05.

py

03

EMCO INCO

É que as cláusulas propostas neste dissídio não foram objeto de concessão, em dissídios anteriores, por parte desse 6º TRT.

No dissídio anterior (DC-18/84) a categoria profissional reivindicou apenas 18 (dezoito) cláusulas, enquanto neste, o de 1985, postulou 31 (trinta e uma) condições especiais de trabalho. É só comparar.

Além do mais, a sentença normativa do DC-18/84 está a demonstrar que poucas foram as cláusulas atendidas por esse Tribunal, e muitas destas foram posteriormente excluídas da norma coletiva por força de decisão do Presidente do Colendo TST, no processo ES-071/85.

Como se vê não se trata de dissídio coletivo com objetivo de alcançar a manutenção de cláusulas preexistentes. As reivindicações constantes na representação do suscitante são, verdadeiramente, cláusulas novas, na sua grande maioria, e cláusulas indeferidas em dissídios anteriores, pelo Regional e pelo TST, sobretudo no DC-18/84.

Feitas estas considerações, passam os suscitados a oferecer as suas impugnações na ordem das cláusulas reivindicadas:

01) EXTENSÃO DOS PERCENTUAIS DE REAJUSTE

De acordo com as regras contidas na Lei 7.238/84, é impossível a aplicação dos percentuais de reajuste sobre a parte móvel dos salários dos empregados (comissão, percentuais de cobrança de duplicatas, etc.) e ajuda de custo, já que esta parcela não possui natureza salarial. A pretensão, portanto, não pode ser atendida. Esse 6º TRT, aliás, indeferiu essa cláusula no DC-18/84.

02) TAXA DE PRODUTIVIDADE

O artigo 12 da Lei 7.238, de 29.10.84, reservou ao Poder Executivo a tarefa de fixar o percentual de aumento salarial com base no acréscimo da produtividade da categoria. O Decreto Governamental (Dec. nº 91.001, de 27.02.85), fixou apenas em 2% (dois por cento) a produtividade da categoria profissional até 31.12.85. Por isso, os contestantes não concordam com a cláusula em foco.

03) MODIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA CORREÇÃO

A cláusula em referência consta proposta de alteração da sistemática legal, isto é: propõe alteração de critérios legais para a fixação dos reajustes.

EMERSON

64
68

04.

justes salariais vinculados ao INPC. O pedido é, sem dúvida, juridicamente impossível. Esta pretensão foi indeferida no julgamento do DC-18/84.

04) PISO SALARIAL OU SALÁRIO PROFISSIONAL.

A Justiça do Trabalho não pode, senão com ofensa ao Art. 142, § 19, da Constituição Federal, fixar salário mínimo profissional ou piso salarial, como reiteradamente decidido pelos TRTs, TST e STF. Os suscitados não concordam com a cláusula proposta e aguardam o seu indeferimento, como o fez, aliás, esse 6º TRT no Processo DC-18/84. Ao falar em "manutenção" o suscitante dá a entender que haveria piso instituído anteriormente para a classe. É uma inverdade que se esclarece com a leitura do acórdão do DC-18/84.

05) RESSARCIMENTO DE DESPESAS C/ TRANSPORTE POR ÔNIBUS.

A cláusula deve ser considerada prejudicada. Já está inserida na norma estatal a obrigação patronal de indenizar o empregado em face das despesas, com sua locomoção, em obediência ao princípio da irredutibilidade do ganho salarial.

06) RESSARCIMENTO DE DESPESAS C/ TRANSPORTE POR VEÍCULO PRÓPRIO.

Pelas razões contidas no item anterior os suscitados entendem e requerem seja esta cláusula igualmente considerada prejudicada.

07) MULTA POR INOBSERVÂNCIA DO ART. 459 DA CLT.

A lei já penaliza o empregador inadimplente quanto à obrigação da pontualidade do pagamento das verbas salariais, impondo-lhe a sanção pertinente à correção monetária, sem falar na pena a que alude o art. 467 da CLT: pagamento em dobro. Representando a postulação obreira a repetição de uma pena, óbvio que a cláusula focalizada carece de fundamento. De modo que os empregadores não concordam com a condição proposta.

08) FIXAÇÃO PRÉVIA DE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DO SALÁRIO.

O sindicato dos empregados quer restringir a liberdade que gozam empregados e empregadores na pactuação das condições contratuais. O deferimento da cláusula em epígrafe constituiria extrema ilegalidade por afrontar a norma expressa no art. 444 da CLT. Deve ser indeferida.

M

65

ENTRANCIA

09) MOMENTO DO PAGAMENTO DAS COMISSÕES.

O artigo 459 da CLT dispõe expressamente sobre a oportunidade do pagamento das comissões, percentagens e gratificações devidas ao empregado, fazendo-o de modo muito claro e atendendo às necessidades do empregado. A cláusula deve ser indeferida.

10) SALÁRIO DO SUBSTITUTO PROVISÓRIO.

A hipótese tem o seu tratamento na Súmula nº 159 do Colendo TST (ex - prejudgado nº 36/TST): "Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído." A cláusula, portanto, afigura-se impertinente e por isso deve ser indeferida.

11) SALÁRIO DO SUBSTITUTO DEFINITIVO.

A postulação supra, por igual, deve ser indeferida pelo Eg. Regional. As hipóteses de equiparação salarial já estão reguladas no Art. 461 da CLT.

12) CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DO SALÁRIO DO EMPREGADO COBRADOR.

Com os mesmos argumentos expendidos na impugnação da cláusula oitava, os suscitados não concordam com a pretensão contida nesta cláusula.

13) GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

A condição reivindicada não tem amparo legal e por isto deve ser indeferida.

14) GARANTIA DE EMPREGO A ACIDENTADO

Pelas razões acima o pleito há de ser indeferido. Os Tribunais vêm decidindo, reiteradamente, ser inconstitucional essa cláusula. No processo ES-071/85, a Presidência do TST, atendendo pedido de efeito suspensivo do recurso ordinário, excluiu essa cláusula da sentença normativa proferida no DC-18/84.

15) COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA.

A legislação trabalhista não prevê essa complementação. A previdenciária, também. A vantagem somente pode ser obtida via negocial, que não é o caso. Veja-se, a propósito, o ES-071/85 anexo.

E BRANC

16) ABONO DE FALTA A ESTUDANTE

O Eg. STF vem considerando (em todos os processos que lhe são submetidos a julgamento) inconstitucional eventual cláusula de sentença normativa que concede a vantagem pleiteada nesta cláusula. Os suscitados não concordam com a proposta e aguardam seu indeferimento. O 6º TRT excluiu esta cláusula no DC-18/84.

17) RECEBIMENTO DE COMISSÃO SEM TRABALHAR

A proposta contida nesta cláusula além de ilegal é extremamente absurda já que premia o que não trabalhou; não está conforme o contrato de trabalho que é oneroso. O Presidente do TST excluiu essa cláusula do elenco da sentença normativa do Processo nº 18/84, ao conceder efeito suspensivo ao recurso dos suscitados no Processo ES-071/85.

18) GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO EM VIA DE SE APOSENTAR

A proposta fere preceito Constitucional. Estabilidade definitiva (que é a pretensão contida na cláusula em apreciação), de acordo com a legislação vigente somente atinge aqueles trabalhadores com mais de 10 (dez) anos de serviço que não optaram pelo FGTS. Os suscitados não concordam com a cláusula. O 6º TRT também indeferiu esta cláusula no dissídio do ano passado.

19) REDUÇÃO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

A legislação em vigor fixa em 48 horas semanais o labor do empregado e concede-lhe descanso semanal de um (1) dia, regras estas que não podem ser alteradas na sentença normativa. A cláusula não deve ser atendida. Houve indeferimento desta cláusula no julgamento do dissídio acima.

20) DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES SALARIAIS NA CTPS

O artigo 29 da CLT já obriga o empregador a fazer a anotação da forma salarial na CTPS do empregado, devendo a empresa quantificar o salário nesse documento. Como se vê a cláusula repete, no fundo, o enunciado legal, de modo que deve ser considerada prejudicada.

21) OBRIGATORIEDADE DE AVISO EPISTOLAR NO DESPEDIMENTO

A legislação trabalhista vigente não obriga empregadores a apresentar

EM BRANCO

por escrito as razões que o levaram a demitir empregados por justa causa, e a Justiça do Trabalho não tem competência legal para exigir tal comunicação escrita.

22) FIXAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS.

A Lei não prevê tal fixação e os suscitados não concordam com esta cláusula. Deve ser indeferida.

23) MULTA NA FALTA DE ANOTAÇÃO DE RESCISÃO NA CTPS.

As multas por descumprimento de anotações na CTPS estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e o seu valor pertence somente ao órgão fiscalizador, nunca ao empregado. A proposta é ilegal e inoportuna. Foi dado efeito suspensivo ao recurso dos suscitados no DC-18/84, com relação a esta cláusula, conforme Processo ES- 071/85.

24) LICENÇA PARA DIRIGENTES SINDICAIS.

A matéria tem tratamento específico no parágrafo 2º do artigo 543 da CLT, da maneira que a cláusula deve ser indeferida.

25) ESTABILIDADE PARA DELEGADO SINDICAL.

A Lei somente assegura estabilidade aos exercentes de cargos de administração sindical para os quais foi eleito o empregado (v. artigo 543, parágrafo 3º, da CLT). Os delegados sindicais, de acordo com o artigo 523 da CLT, "são designados pela diretoria", não são eleitos. Não concordam os suscitados com esta cláusula e invocam ainda como argumento a jurisprudência remansosa dos nossos Tribunais Trabalhistas. Ela deve ser indeferida.

X 26) AFIXAÇÃO DE QUADRO DE AVISOS.

Os suscitados concordam com a postulação constante desta cláusula.

27) VALIDADE DE ATESTADOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS

O parágrafo único do artigo 27 da Consolidação das Leis da Previdência Social, baixada pelo Decreto nº 89.312, de 23.01.84, já disciplina a questão da validade de atestados médico para efeito de abono de faltas do empregado e respectivo pagamento de salário ao empregado. Estando assim a proposta obreira fora dos limites legais, evidente que os susci-

EMBRANCE

tados não concordam com a cláusula e esperam o seu indeferimento.

28) COBRANÇA DE TAXA DE EXPEDIENTE NAS HOMOLOGAÇÕES.

O parágrafo 1º do artigo 477 da CLT não prevê cobrança por parte do sindicato da categoria profissional, de taxas ou valores a título de pagamento do ato homologatório dos documentos formalizadores da rescisão do contrato de trabalho. Há, inclusive, determinação expressa do Ministério do Trabalho, através de Portaria, proibindo a cobrança por parte do sindicato. Por isso os suscitados não concordam com a cláusula e aguardam o seu indeferimento.

+29) VERBA ASSISTENCIAL.

Os suscitados concordam com pretensão já que diz respeito, exclusivamente, a interesses que envolvem o sindicato suscitante e seus associados, e isso foi deliberado e aprovado em assembléia geral.

30) ABRANGÊNCIA DA NORMA COLETIVA.

A eficácia pessoal de uma norma coletiva, seja ela uma convenção, acordo ou sentença de dissídio coletivo, é limitada às categorias profissionais e econômicas envolvidas, expressamente definidas nos estatutos de seus respectivos sindicatos. Em sendo assim, a sentença normativa, a ser proferida neste dissídio, deve limitar-se a declarar que terá aplicação às relações individuais de trabalho mantidas entre as empresas compreendidas nas categorias que os suscitados representam e os empregados integrantes da categoria profissional que o suscitante representa.

X 31) VIGÊNCIA

Os suscitados concordam com o período de vigência da sentença normativa: de 1º de agosto de 1985 a 31 de julho de 1986.

Ante o exposto, as reivindicações devem ser consideradas improcedentes, condenando-se o suscitante nas custas e demais cominações de Direito, se antes mesmo não for decretada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, face as preliminares arguidas.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

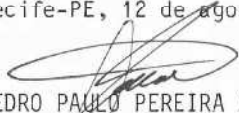
EM BRANCO

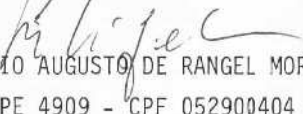
69
1/2

09.

Os suscitados protestam pela apresentação de todas as provas permitidas' em Direito, especialmente pela juntada posterior de documentos, ficando' tudo, de logo, requerido, por ser da mais inteira Justiça.

Recife-PE, 12 de agosto de 1985


PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
OAB-PE 3113 - CPF 028872584


SYLVIO AUGUSTO DE RANGEL MOREIRA
OAB-PE 4909 - CPF 052900404

Advogados.

40

EMBRA CA

Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco

FILIADO A

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Sede: Rua Marquês do Recife, 154 — Edifício Limoeiro — 5º andar

Fones: 224-5411 - 224-5965

PROCURAÇÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugá, 767-Sto. Amaro, por seu Diretor Presidente Sr. FRANCISCO PEREIRA BATISTA DA MOTA, brasileiro, casado, industrial residente e domiciliado na Cidade de Recife, nomeia e constitui seu bastante procurador o BEL. PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade à Rua Carlos Porto Carreiro, 190-Cj. 802/3, bairro Derby, e o BEL. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB PE, sob nº 4909, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, aos quais confere os poderes da Cláusula " AD JUDITIA " para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, desistir e transigir etc, em fim, todos os atos indispensáveis ao bom desempenho desse mandato. Conceder-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981

FRANCISCO PEREIRA BATISTA DA MOTA

Presidente

2º Ofício de Notas

Reinaldo Carneiro

7º Tabuleiro

Rivaldo Oliveira

1º Tabelião

Cláudio de Aguiar

2º Tabelião

3º Tabelião

4º Tabelião

5º Tabelião

6º Tabelião

7º Tabelião

8º Tabelião

9º Tabelião

10º Tabelião

11º Tabelião

12º Tabelião

13º Tabelião

14º Tabelião

15º Tabelião

16º Tabelião

17º Tabelião

18º Tabelião

19º Tabelião

20º Tabelião

21º Tabelião

22º Tabelião

23º Tabelião

24º Tabelião

25º Tabelião

26º Tabelião

27º Tabelião

28º Tabelião

29º Tabelião

30º Tabelião

2.º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Siqueira Campos, 142

AUT. J. 114.040

Está conforme o original, 12/02/81

RECIFE 12 AGO 1985

EM BRANCO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL E DA MALHARIA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Montevideu, 51 - Fone: 22-6481 - End. Teleg.: FIATEC

RECIFE - PERNAMBUCO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL E DA MALHARIA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede e foro em Recife-PE, à Av. Montevideu, 51, bairro da Boa Vista, C.G.C. nº 11.017.035/0001, neste ato representado, na forma dos seus estatutos sociais, pelo seu Diretor Presidente Dr. Antonio Carlos Brito Maciel, brasileiro, casado, industrial, residente nesta Capital, nomeia e constitui seu procurador o Pcl. Pedro y Paulo Pereira Nobrega, brasileiro, casado, advogado, inscrito no OAB-PE sob o nº 3113, com endereço profissional à Av. Santos Dumont, 996 / bairro do Rosário, CPF/MT nº 028.872.584, ao qual confere amplos e gerais poderes para com a cláusula "ad-judicia" representar o outorgante perante qualquer juízo, instância ou tribunal, e patrocinar e defender os direitos do outorgante em quaisquer ações ou processos em que o mesmo seja autor, réu, assistente, oponente ou por qualquer forma intercedendo, podendo para tais fins requerer e assinar o que for necessário perante qualquer órgão jurisdicional, promover reivindicações, impetrar, prestar lícitos compromissos, usar de recursos legais, desistir / concordar, abater, transigir, renunciar, representar o outorgante nos atos de tentativa de conciliação quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado (artigos 447 a 449, do Código de Processo Civil) e nos dissídios individuais e coletivos processados perante a Justiça do Trabalho, inclusive na qualidade de preposto, assinando, se for o caso, os respectivos termo de conciliação, e substelecer em quem ou quando convier, praticando, enfim, todos os atos necessários ao pleno desempenho do presente mandato.

Recife, 11 de outubro de 1976

Antonio Carlos Brito Maciel

Diretor-Presidente do Sindicato da Indústria de Fiação Tec. em Geral e da Malharia, no Estado de Pernambuco

2.º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Siqueira Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
Recife, 12 de Outubro de 1976
RECIFE 12 OUT 1976

EMBRACO

10

22/5

Sindicato da Indústria de Sabão e Velas de Recife

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em
30 de Janeiro de 1941, sob o nº 25850

Sede: Rua Marquês do Recife, 154 - Edifício Limoeiro - 5.º andar

Fones 224-5411 - 224-5965

OFICIO N.º.....

PROCURAÇÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SABÃO E VELAS DE RECIFE, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, por seu Diretor Presidente Sr. SEVERINO BATISTA DA COSTA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Cidade de Recife, nomeia e constitui seu bastante procurador o BEL. PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB PE, sob o nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade à Rua Carlos Porto Carreiro, 190-Cj. 602/3, Bairro Derby, e o BEL. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB - PE, sob o nº 4809, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugá, 767-Sto. Amaro, aos quais confere os poderes da Cláusula " AD JUDITIA " para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, assistir e transigir, etc. Concede-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981

Severino B. Costa

SEVERINO BATISTA DA COSTA

Presidente

2.º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Siqueira Campos, 152
AUTENTICAÇÃO
Em conformidade com o art. 1.º da Lei 8.112/85
RECIFE 12 ABR 1985

x3

EMBRA C

73/8

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO CURTIMENTO DE COURO E PELES E DE MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, DE RECIFE

FUNDADO EM 19 DE JULHO DE 1946

FILIADO À

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

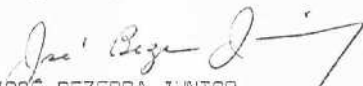
Sede: Rua Marquês do Recife, 154 - Edifício Limoeiro - 5º andar

Fones: 24.5411 - 24.5965

PROCURAÇÃO

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO CURTIMENTO DE COURO E PELES E DE MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, por seu Diretor-Presidente, Dr. JOSÉ BEZERRA JUNIOR, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 001.883.524-49, residente e domiciliado na Cidade de Salgueiro, estado de Pernambuco, nomeia e constitui seus bastante procuradores os bachareis PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade do Recife, à Rua Carlos Porto Carreiro, nº 180, conjunto 802/3 e SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 4909, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, aos quais concede os poderes da Cláusula "AD JUDITIA" para o foro em geral, especialmente para representar a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesas, recorrer, conciliar, desistir, transigir, podendo, em fim, praticar todos os atos indispensáveis ao bom desempenho deste mandato. Concede-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de preposto. Poderão os outorgados agir em conjunto ou separadamente.

Salgueiro, 10 de fevereiro de 1981


JOSE BEZERRA JUNIOR




2º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Signeiras Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
Recife, 12 de fevereiro de 1981
12 AGO 1985

EMI BRANCO

FILIADO À

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Séde: Rua Marquês do Recife, 154 - Edifício Limoeiro - 5º andar

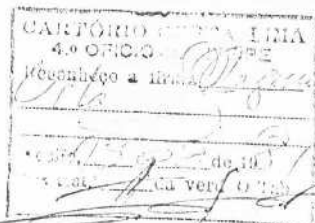
Fones: 224.5411 - 224.5965

PROCURAÇÃO

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL DO VINHO E DE ÁGUAS MINERAIS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, por seu Diretor-Presidente SR. MIGUEL VITA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Cidade de Recife, nomeia e constitui seu bastante procurador o BEL. PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade à Rua Carlos Porto Carreiro, 190-Cj. 602/3, bairro Derby, e o BEL. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob nº 4909, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, aos quais confere os poderes da Cláusula "AD JUDITIA" para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, desistir e transigir etc. em fim, todos os atos indispensáveis ao bom desempenho desse mandato. Concede-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981

MIGUEL VITA
Presidente



2.º OFÍCIO DE NOTAS

Av. Siqueira Campos, 152

AUTENTICAÇÃO

Para conferir o original, Dia 11

12 AGO 1981

EMBRANC

25/8

Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pernambuco

FILIADO A

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

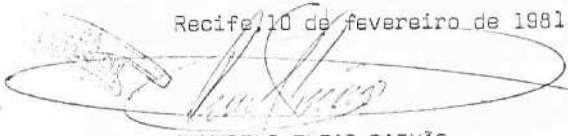
Sede: Rua Marquês de Recife, 154 - Edifício Limoeiro - 5.º andar

Fones: 224.5411 - 224.5965

PROCURAÇÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS, DE PERNAMBUCO, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugá, 787-Sto. Amaro, por seu Diretor Presidente SR. SEVERINO ELIAS PAIXÃO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Cidade de Recife, nomeia e constitui seu bastante procurador o BEL. PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade à Rua Carlos Porto Carreiro, 190, Cj. 602/3, bairro do Derby, e o BEL. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 4909, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugá, 767-Sto. Amaro, aos quais confere os poderes da Cláusula "AD JUDICIÁ" para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, desistir e transigir etc., em fim todos os atos indispensáveis ao bom desempenho desse mandato. Concede-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981


SEVERINO ELIAS PAIXÃO
Presidente

5.º BEL. ARNALDO MACIEL
Rua Siqueira Campos, 94/110 - Fone 224-7433
RECONHECO a(s) firma(s) 

16 FEV 1981
Recife, 16 de 1981
Em Teste

José Soares F. Freixo
Escritário Autenticado

OFÍCIO DE NOTAS

Rua Siqueira Campos, 132

INTERMEDIÇÃO

12 ABR 1985

EMBRANCO

76
8

5

Sindicato das Indústrias do Trigo e de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Pernambuco

CASA DA INDÚSTRIA

Av. Cruz Cabugá, Esquina c/Av. Norte - 6.º And. - St.º Amaro - Teleg. INDUSTRIAIS
Telex (081) 1505 - FIEPE - Fone: PABX 231-0288 - CEP 50.000 - Recife - PE

PROCURAÇÃO

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, por seu Diretor Presidente SR. FRANCISCO ADRISSE XIMENES AGUIAR, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Cidade de Recife, no -
meia e constitui seu bastante procurador o Bel. PEDRO PAULO PEREIRA NOBRE-
GA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 3113, com endereço profissional nesta Cidade à Rua Carlos Porto Carreiro, 190, Cj. 602/3, bairro do Derby e o Bel. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 4909, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 767 - Sto. Amaro, aos quais confere os poderes da Cláusula "AD JUDITIA" para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, desistir e transigir etc, em fim, todos os atos indispensáveis ao bom desempenho desse mandato. Concede-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981


FRANCISCO ADRISSE XIMENES AGUIAR

Presidente


2.º OFÍCIO DE NOTAS
Siqueira Campos 132
AUTENTICANDO
Em conformidade com o original em 08/02/81
NOTÁRIO

42

E. BRANC

27/8

3

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FILIADO A

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

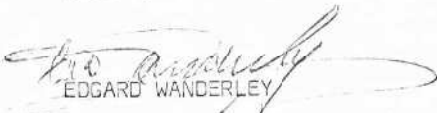
Sede: Rua Marquês do Recife, 154 - Edifício Limoeiro - 5º andar

Fones: 224.5411 - 224.5965

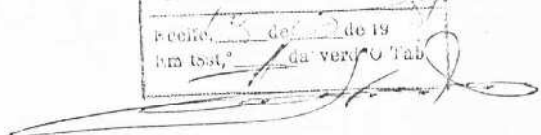
P R O C U R A Ç Ã O

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO ESTADO DE PERNAMBUCO, sediado nesta Cidade à Av. Cruz Cabugã, 767-Sto. Amaro, por seu Diretor Secretário Sr. EDGARD WANDERLEY, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Cidade de Recife, nomeia e constitui seu bastante procurador o BEL. PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob nº 3113, com endereço profissional à Rua Carlos Porto Carreiro, 190, Cj. 602/3, bairro do Derby, e o BEL. SYLVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PE, sob o nº 4909, com endereço profissional à Av. Cruz Cabugã, 767-Sto. Amaro aos quais confere os poderes da Cláusula " AD JUDITIA " para o foro em geral, especialmente para representar em conjunto ou separadamente a entidade outorgante em qualquer processo de dissídio coletivo ou individual perante todos os órgãos jurisdicionais trabalhistas, podendo, para tanto, oferecer defesa, recorrer, conciliar, desistir e transigir etc, em fim, todos os atos indispensáveis ao bom desempenho desse mandato. Conceda-se também aos outorgados poderes para representar o outorgante na qualidade de prepostos.

Recife, 10 de fevereiro de 1981


EDGARD WANDERLEY

Diretor Secretário



SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Filiado a: OAB-PE	
Endereço: Rua Carlos Porto Carreiro, 190, Cj. 602/3, bairro do Derby	
Recife, 10 de 2 de 19	
em test.,	da ver. O Tab

OFÍCIO DE NOTAS

100 Siqueira Campos, 152

PERNAMBUCO

Recife, 12 de agosto de 1985

12 AGO 1985

80

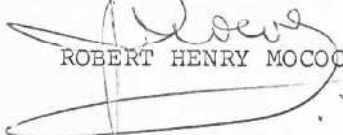
EM BLANCO

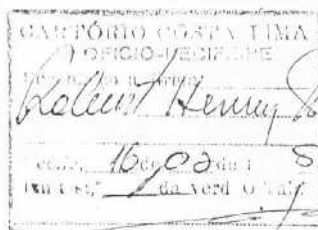
34/6

PROCURAÇÃO

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PERNAMBUCO, SIMMEPE, inscrito no C.G.C. do Ministério da Fazenda sob o nº 11.013.141/0001-65, com endereço à R. da Hora, 255, Espinheiro, nesta cidade do Recife, PE., através de seu representante legal, ROBERT HENRY MOCOCK, brasileiro, casado, advogado, constitui seus procuradores os bacharéis PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA e SILVIO AUGUSTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA, ambos brasileiros, casados, inscritos na O.A.B., secção de Pernambuco sob os números 3113 e 4909, respectivamente, residentes e domiciliados na cidade do Recife, a quem concede poderes de atuar em seu nome no DISSÍDIO COLETIVO instaurado no Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PERNAMBUCO, podendo praticarem quaisquer atos para a solução do litígio, na defesa dos interesses do outorgante procurado, inclusive substabelecer este documento.

Recife, 13 de fevereiro de 1981


ROBERT HENRY MOCOCK



OFÍCIO DE NOTAS
12 A60 1985

39

EMBRACO

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas

Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos

no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril de 1954
Sede Própria: - Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

Excelentíssimo Senhor Doutor João Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

O Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, com sede à Rua Barão de São Borja 183, Boa Vista, Recife, com a assistência de seu Advogado (doc. 01), e com fundamento nos Arts. 856 da C.I.T. e 11 da Lei 6.708/79, suscita DISSÍDIO COLETIVO contra o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco, com endereço à Rua Marques do Recife, 154-Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato dos Representantes Comerciais de Pernambuco, com endereço na Av. Conde da Boa Vista 735, Edif. Embaixador - 12º andar, Recife; Sindicato do Comércio Atacadista de Cebolas do Recife, com endereço na Rua do Apelo nº 81 - 3º andar-Recife; Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, com endereço na Av. Conde da Boa Vista, digo, na Av. Cua-napós nº 50-6º andar, salas 601/602-Recife; Sindicato das Indústrias de Sábão e Velas do Recife, com endereço na Av. Marques do Recife 154 - Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato das Indústrias de Cortimento de Couro, Pe-las, Malas e Artigos de Viagens do Recife, com endereço na Av. Marques do Recife 154-Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato das Indústrias de Cervejas, Es-bidas em Geral, Vinhos e Águas Minerais do Recife, com endereço na Av. Marques do Recife, 154 - Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas Alimentícias do Pernambuco, com endereço na Av. Mar-quês do Recife 154-Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato das Indústrias de Trê-ço e Massas Alimentícias do Recife, com endereço na Av. Marques do Reci-fe 154-Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato das Indústrias de Torrefação e Mo-gens de Café do Recife, com endereço com endereço na Av. Marques do Reci-fe 154-Edif. Limoeiro-Recife; Sindicato do Comércio Atacadista de Cêneros Alimentícios do Recife, com endereço na Av. Barbosa Lima, nº 154-4º An-dar-Sala 415, Recife; Sindicato do Comércio de Maquinismo em Geral do Re-cife, com endereço na Rua 13 de Maio-Edif. SESC-Santo Amaro-Recife; Sindí-cato do Comércio Varejista de Maquinismo, Ferragens e Tintas do Recife, com endereço na Praça da Independência nº 29 -Edif. Brasileiro, 5º andar/-Recife; Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios do Recife, com endereço na Praça da Independência nº 29, Edif. Brasileiro, 6º Andar, Recife; Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Equip-rial Elétrico do Recife, com endereço na Rua da Hora nº 255-Espinheiro - Recife, expando em síntese o que segue:

HISTÓRICO

Em Assembléia Geral realizada nos termos da Ata e Edital de Convoca-ção anexos, decidiu a categoria profissional dar poderes a Diretoria do Sindicato para promover a promoção de DISSÍDIO COLETIVO oferecendo, para Conciliação as seguintes bases:

1) - Aumento salarial decorrente da aplicação dos índices fixados pelo I.M.P.C., nos termos da Lei 6.708/79, sobre o salário fixo, ajuda de custo, quantia fixa por unidade vendida, quantia fixa por duplicata, com-bra e prêmios fixos de produção;

2) - Pagamento adicional da taxa de produtividade, no percentual de 8% (oito por cento), incidente sobre os salários corrigidos, nos termos da cláusula anterior;

3) OFÍCIO DE NOTAS

Recife, 12 de Agosto de 1985

12 AGO 1985

EM BRANCO

- 03) - Piso salarial correspondente a 02 (dois) salários mínimos ;
- 04) - Para os empregados admitidos até 28.02.84, a correção salarial é a taxa de produtividade acima mencionadas e para os empregados admitidos a partir de 01.03.84, observação da proporcionalidade de 1/6 (um sexto) do índice do I.N.P.C. e da taxa de produtividade;
- 05) - Garantia do emprego ou dos respectivos salários à gestante / até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas motivadas pela comissão de falta grave, pedido de demissão / ou acordo entre as partes, este com a assistência do Sindicato Suscitante;
- 06) - Garantia de emprego ou de pagamento do salários a partir da data do retorno a atividade do empregado afastado por acidente de trabalho, por período igual ao do afastamento, observado o limite máximo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do aviso prévio ou outros títulos legais, excetuadas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com a assistência do Sindicato Suscitante;
- 07) - Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função (ex. propagandista júnior, propagandista e propagandista Senior); as empresas que já tiverem implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função;
- 08) - No caso de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, a empresa deverá indicar, por escrito, a falta grave cometida pelo empregado;
- 09) - As empresas representadas pelos Suscitados complementarão, / uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários liquidados aos empregados afastados por motivo de doença a que estejam nelas há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho; complementarão elas, outrossim, o 13º (décimo terceiro) salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinadamente;
- 10) - Serão abonadas as faltas de empregados das empresas representadas pelos Suscitados referentes à prestação de exames escolares, suborlinados a abono a comunicação prévia, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, e posterior comprovação;
- 11) - Liquidação de débitos em razão de rescisão de contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipóteses de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado, contados os prazos a partir do último dia trabalhado. Ultrapassados os limites de prazos acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no país;
- 12) - Baixa na Carteira Profissional do empregado até o prazo de 15 (quinze) dias, após a rescisão, contados da data do efetivo desligamento, sob pena do pagamento de multa equivalente à 01 (um) dia de salário por dia excedente do prazo fixado. Caso não entregue o empregado sua Carteira Profissional para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega da Carteira Profissional ao empregador;
- 13) - Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada a satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas na dita zona ou com os aludidos clientes, ainda que efetuadas por outro empregado;

EMBRANC'

salvo a hipótese de concorrências e licitações públicas e se de
além não haja o empregado participado;

14) - Reembolso, mediante relatórios de despesas, dos gastos efetuados por propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos com o uso de transporte coletivo quando no exercício de sua atividade profissional, desde que a empresa não forneça auxílio próprio. Reembolso das despesas do empregado quando utilizar veículo próprio o exercício da atividade profissional, por quilometragem, utilizando como parâmetro a divisão do preço do litro da gasolina por 7 (sete);

15) - Semana de 5 (cinco) dias de trabalho para os empregados representados pelo Suscitante, de segunda a sexta-feira, passando a serem pagas ou compensadas as atividades efetuadas em dia de sábado por convocação das empresas;

16) - Estabilidade para o empregado que contar 28 (vinte e oito) anos de contribuição para a Previdência Social, salvo se cometer falta grave;

17) - As empresas representadas pelos Suscitados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento referente ao primeiro mês em favor do Suscitante, a título de contribuição assistencial, para ampliação e melhoria de seus serviços de assistência social, facultada a oposição dos não sindicalizados no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação do acordo. Dita contribuição será recolhida à Tesouraria do Suscitante mediante recibo próprio;

18) - O presente Dissídio terá vigência de 01 (um) ano, 01 de agosto de 1984 a 31 de julho de 1985, excetuados os reajustes semestrais pelos índices do I.N.P.C. e do salário mínimo para efeito de piso salarial. Esclarece o Suscitante que a maior parte das reivindicações acima já foram consubstanciadas em acordo coletivo de trabalho, celebrado entre o Suscitante e diversas empresas representadas pelos Suscitados, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, prestes a ser renovado, e que a esta se acosta como subsídio.

Entende, outrossim, ser inconstitucional a redução do reajuste salarial a 80% dos índices do I.N.P.C., motivo pelo qual pleiteia a integralidade do índice aplicado.

Esclarece que deixa de anexar a cópia do dissídio anterior, de nº 25/83 tendo em vista fato de que até o presente não foi julgado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, pretendendo fazê-lo logo que o respectivo acordo for publicado no Diário Oficial, lembra, outrossim, que, na hipótese de renovação do acordo coletivo de trabalho com as empresas nele constantes, por força da especialidade as mesmas se aplicarão as respectivas cláusulas do acordo, quando concorrerem com o dissídio ora ajuizado.

Esperando a procedência do dissídio em todos os seus termos, pede a notificação dos Suscitados para sua instalação, propondo-se a prover o alegado com os documentos apensos, juntada de novos documentos, perícia, audiência de testemunhas e órgãos técnicos, se necessário.

Pede deferimento

Recife, 27 de junho de 1984

Edilio Medeiros Maia

Edilio Medeiros Maia
Presidente

Jerson Maciel Netto

Jerson Maciel Netto
Advogado

RECEBUE
12 AGO 1985

Procuração - Edital - Ata da Assembleia Geral - Terro do Não

Anexos: Comparecimento - Cópia do Acordo Coletivo-15 cópias de inicial.

EMBRANC.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-475 /84 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-18 /84, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO EST. DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa-
rou o seguinte despacho:

"Designa o dia 20 de julho de 1984, às 15:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 06 de julho de 1984. As) CLÓVIS VALENÇA ALVES Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Ge-
ral da Presidência. Aos 09 dias do mês de julho de 194 .

Secretário Geral da Presidência

12 AUG 1985

EN BRANC

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO T.R.T. - SEXTA REGIÃO.

Processo DC-18/84

Suscitante : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Suscitados : 1) - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2)- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL E DA MALHARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 3)- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SABÃO E VELAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 4)- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COURO, PELES, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 5)- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, DO VINHO E DE ÁGUAS MINERAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 6)- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DE PERNAMBUCO; 7)- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 8)-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 9) e SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PERNAMBUCO.

Referente : C O N T E S T A Ç Ã O

PRELIMINARMENTE, o presente dissídio deve ser indeferido.

Não houve tentativa de negociação prévia na esfera administrativa. A prova disso é que a inicial veio em desacordo com o disposto no item II da Instrução Normativa 01/82-TST (ex-prejulgado nº 56).

12 AGO 1985

EM. BRANCH

Em sendo assim, inobservado o disposto no Art. 616, § 4º, da CLT, que resulta na impossibilidade jurídica do pedido, os suscitados requerem que o Eg. 6º TRT indefira a petição inicial, por ser manifestamente inépta, e, por consequência, declare a extinção do processo, sem julgamento do mérito.

PRELIMINARMENTE, ainda, esta ação coletiva deve ser indeferida também por outro motivo.

No primeiro item das reivindicações, consta pedido de "aumento salarial decorrente da aplicação dos índices fixados pelo INPC nos termos da Lei 6.708/79 sobre o salário fixo...".

Como bem expresso no Art. 3º da precitada Lei 6.708/79, está claro que a correção salarial semestral é obrigatória, independe de negociação e muito menos de sentença normativa em dissídio coletivo.

Independe, assim, a obrigação patronal de reajustar os salários de qualquer pleito sindical, pois a legislação em vigor consagra o princípio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial.

Absurdo, também, é a postulação relativa à aplicação do INPC na sua totalidade, à consideração de que, vigente o Decreto Lei 2.045/83 (que não é inconstitucional), aplicar-se-á ao salário um percentual equivalente a 80% (oitenta por cento) do INPC.

Isto posto, não havendo fundamento jurídico para tal pedido (fixação da correção obrigatória em sentença normativa mediante aplicação do INPC na sua totalidade), os suscitados, mais uma vez, como preliminar, requerem que o 6º TRT decrete a extinção do processo, sem julgamento do mérito, pois inépta é a inicial (Art. 295, I, § único, III, 267, I e IV, e 329, do CPC).

NO MÉRITO, improcedem as reivindicações da classe obreira conforme fundamentação abaixo.

As impugnações das suscitadas obedecem a ordem das cláusulas reivindicadas. Vejamos:

01) EXTENSÃO DOS PERCENTUAIS DE REAJUSTE

De acordo com as regras contidas na Lei 6.708/79, é impossível a aplicação dos percentuais de reajuste sobre a parte móvel dos salários dos empregados (comissão, percentuais de cobrança de duplicatas, etc.) e ajuda de custo já que esta parcela não possui natureza salarial. A pretensão, portanto, não pode ser atendida.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
12 AGO 1985

EM BRANCO

02) TAXA DE PRODUTIVIDADE

O Decreto Lei 2.065/83, alterando o Art. 11 da Lei 6.708/79, reservou ao Poder Executivo a tarefa de fixar o percentual de aumento salarial com base no aumento da produtividade da categoria. O Decreto Governamental (Dec.nº 89.405, de 27.02.84), fixou em zero (0) a produtividade da categoria profissional até 31.12.84. Por isso, os contestantes não concordam com a cláusula em foco.

03) PISO SALARIAL OU SALÁRIO PROFISSIONAL.

A Justiça do Trabalho não pode, senão com ofensa ao Art.142, § 1º, da Constituição Federal, fixar salário mínimo profissional ou piso salarial, como reiteradamente decidido pelos TRTs, TST e STF. Os suscitados não concordam com a cláusula proposta e aguardam o seu indeferimento.

04) MODIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA CORREÇÃO

A cláusula em referência consta proposta de alteração da sistemática legal, isto é: propõe alteração de critérios legais para a fixação dos reajustes salariais vinculados ao INPC. O pedido é, sem dúvida, juridicamente impossível.

05) GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE

A condição reivindicada não tem amparo legal e por isto deve ser indeferida.

06) GARANTIA DE EMPREGO A ACIDENTADO

Pelas razões acima o pleito há de ser indeferido.

07) GARANTIA DE IGUALDADE SALARIAL

A postulação supra, por igual, deve ser indeferida pelo Eg. Regional. As hipóteses de equiparação salarial já estão reguladas no Art. 461 da CLT.

08) OBRIGATORIEDADE DE AVISO EPISTOLAR NO DESPEDIMENTO

A legislação trabalhista vigente não obriga empregadores a apresentar por escrito as razões que os levaram a demitir empregados por justa causa, e a Justiça do Trabalho não tem competência legal para exigir tal comunicação escrita.

09) COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA

A legislação trabalhista não prevê essa complementação. A previdenciária, também. A vantagem somente pode ser obtida via negocial, que não é o caso.

[Handwritten signature]

OFÍCIO DE NOTAS
Rua Siqueira Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
Informe o original
12-AGO-1985

EN BRANC

10) ABONO DE FALTA A ESTUDANTE

O Eg. STF vem considerando (em todos os processos que lhe são submetidos a julgamento) inconstitucional eventual cláusula de sentença normativa que concede a vantagem pleiteada nesta cláusula. Os suscitados não concordam com a proposta e aguardam seu indeferimento.

11) FIXAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

A Lei não prevê tal fixação e os suscitados não concordam com esta cláusula. Deve ser indeferida.

12) MULTA NA FALTA DE ANOTAÇÃO DE RESCISÃO NA CTPS

As multas por descumprimento de anotações na CTPS estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e o seu valor pertence somente ao órgão fiscalizador, nunca ao empregado. A proposta é ilegal e inoportuna.

13) RECEBIMENTO DE COMISSÃO SEM TRABALHAR

A proposta contida nesta cláusula além de ilegal é extremamente absurda já que premia o que não trabalhou; não está conforme o contrato de trabalho que é oneroso.

14) RESSARCIMENTO DE DESPESAS

A cláusula deve ser atendida apenas para assegurar a empregados a percepção de ajudas de custo devidamente autorizadas pelo empregador e comprovadas as despesas, devendo tal verba destinar-se, exclusivamente, ao efetivo ressarcimento das despesas efetuadas na execução do seu trabalho.

15) REDUÇÃO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

A legislação em vigor fixa em 48 horas semanais o labor do empregado e concede-lhe descanso semanal de um (1) dia, regras estas que não podem ser alteradas na sentença normativa. A cláusula não deve ser atendida.

16) ESTABILIDADE DE EMPREGADO COM 28 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A proposta fere preceito Constitucional. Estabilidade definitiva (que é a pretensão contida na cláusula em apreciação), de acordo com a legislação vigente, somente atinge aqueles trabalhadores com mais de 10 (dez) anos de serviço que não optaram pelo FGTS. Os suscitados não concordam com a cláusula.

17) VERBA ASSISTENCIAL

Os suscitados concordam com pretensão já que diz respeito, exclusivamente, a interesses que envolvem o sindicato suscitante e seus associados, e isso foi deliberado e aprovado em assembléia geral.

[Handwritten signature]

OFÍCIO
Rua Siqueira Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
conforme o original
12 AGO 1985

87

EMBRACO

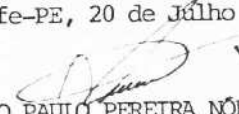
18) VIGÊNCIA

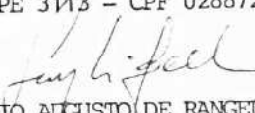
Os suscitados concordam com o período de vigência da sentença normativa com a ressalva de que não haverá piso salarial (este é inconveniente e ilegal).

Ante o exposto, as reivindicações devem ser consideradas improcedentes, condenando-se o suscitante nas custas e demais cominações de Direito, se antes mesmo não for decretada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, face as preliminares arguidas.

Os suscitados protestam pela apresentação de todas as provas permitidas em Direito, especialmente pela juntada posterior de documentos, ficando tudo, de logo, requerido, por ser da mais interirra Justiça.

Recife-PE, 20 de Julho de 1984


PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA
OAB-PE 3113 - CPF 028872584


SYLVIO AUGUSTO DE RANGEL MOREIRA
OAB-PE 4909 - CPF 052900404

Advogados.

1º OFÍCIO DE JUIZ
Rua Siqueira Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
Atest. conforme o original. Dom. 12
12 AGO 1985

EMERSON CO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INT - DC Nº 18/84

OBJETIVO : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

OBJETIVO : SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

PROCEDÊNCIA : ARBITE - PE

P a r e c e r

I - O Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco ajuizou Pedido Coletivo contra o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco e outros (15), todos devidamente qualificados nos autos.

II - As formalidades legais necessárias estão observadas.

III - Não houve conciliação entre as partes.

IV - Existem preliminares arguidas pelos Sindicatos.

a) preliminar arguida, em vista de não ter havido a aplicação prevista na esfera administrativa. Ajuizamento não é ilegal, sendo que não é o 1º DC da Categoria, conforme parágrafo 1º do artigo 1º da Constituição da Corte Trabalhista.

b) Não violados os princípios na inicial, preliminar que é ilegal.

V - Apoiando as reivindicações apresentadas e as preliminares arguidas, pertinentes às cláusulas.

(1) "Aumento salarial decorrente da aplicação dos índices e fatores pelo INPC, nos termos da Lei 4.702/57, sobre o sal."

12 AGO 1985

EMERSON



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

salário fixo, ajuda de custo, quantia fixa por unidade vendida, quantia fixa por duplicata cobrada e prêmios fixos de produção".

Os Suscitados entendem que a presente cláusula envolve matéria que não se prende a DC, desde que é obrigatória, "independente de negociação e muito menos de sentença normativa em dissídio coletivo". Neste aspecto, não podemos admitir o posicionamento dos suscitados, pretendendo que seja decretada a extinção do processo, sem julgamento de mérito - por considerarem a postulação inepta.

Não é inepta a iniciação, pois, bem explícita. Pe de o que não precisava ser pedido. E que pedido, pode muitas vezes, ser prejudicial. Desde que seja adotado o Prej nº 56 do Coleto TST isto é, a Resolução nº 1, o Empregado não terá de reajuste semestral, o valor que teria com aplicação do INPC, simplesmente.

O reajuste semestral atual rege-se pelo Dec-Lei nº 2365.

A cláusula foi concedida no DC anterior e os seus termos eram os mesmos do presente DC.

Data vinda, discordamos do pleito - em primeiro lugar, porque pedindo o que não é matéria de DC e em segundo lugar porque devia invocar a legislação pertinente, atualizada.

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

02) "Pagamento adicional da taxa de produtividade, no percentual de 8% (oito por cento), incidindo sobre os salários corrigidos, nos termos da cláusula anterior".

Pleito que não deve ser concedido, pois que existe dispositivo legal que proíbe aplicação da taxa de produtividade (Dec-LEI nº 2365-27/02/1984).

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

03) Piso salarial correspondente a 02 (dois) salários mínimos.

Cláusula já auferida pelo Suscitante no DC 25/83 com pequeno acréscimo explicativo.

Opinamos pelo indeferimento do pleito. Piso salarial não é matéria a ser fixada pela Justiça do Trabalho.

04) - "Para os Empregados admitidos até 28.02.84,

12 ABO 1985

EMERSON



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

a correção salarial e a taxa de produtividade acima mencionadas e para os empregados admitidos a partir de 01.03.84, observação da proporcionalidade de 1/6 (um sexto) do Índice do I.N.P.C. e da taxa de produtividade".

Pleito que deve ser indeferido, ante o nosso parecer, cláusulas 01 e 03.

05) - "Garantia do emprego ou dos respectivos salários à gestante até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas motivadas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com a assistência do Sindicato Suscitante".

Pleito já conquistado pela Empregada da presente Categoria Profissional. É justo. Cláusula que deve ser deferida.

06) - "Garantia de emprego ou do pagamento de salário a partir da data do retorno a atividade do empregado afastado por acidente do trabalho, por período igual ao do afastamento, observando limite máximo de sessenta (60) dias, sem prejuízo do aviso prévio ou outros títulos legais, excetuadas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com a assistência do sindicato suscitante".

Já se trata de conquista da classe profissional da presente cláusula. É humana.

Deve ser deferida.

07) - "Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário de função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função (ex-Propagandista Junior Propagandistas e Propagandistas Senior). As empresas que já tiverem implantada tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial de função.

Cláusula deferida em DC anterior. Opinamos por seu deferimento.

08) - "No caso de rescisão de contrato de trabalho

DE OFÍCIO DE NOTAS

Rua Siqueira Campos, 132

AUTENTICAÇÃO

Conferência o original. Des. 14.

12 AGO 1985

EX. 66 ANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

trabalho por justa causa, a empresa deverá indicar, por escrito, a falta grave cometida pelo empregado".

Não admitimos o insurgimento a respeito. Cláusula deferida no DC anterior.

Deve ser deferida.

09) - "As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente do trabalho. Complementarão, elas, outrossim, o 13º (décimo terceiro) salário, nos mesmos termos do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punida disciplinarmente".

Esta cláusula surgiu de conciliação entre o Suscitante e alguns Suscitados. No DC anterior ela foi determinada, obrigando a todos os Suscitados.

Opinamos pelo deferimento do pleito.

10) - "Serão abonadas as faltas de empregados das empresas representadas pelos suscitados referentes à prestação de exames escolares, subordinado o abono à comunicação prévia de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a posterior comprovação".

Cláusula que deve ser indeferida, eis que o Colendo STF considera inconstitucional.

11) - "Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado, contados os prazos a partir do último dia trabalhado. Ultrapassados os limites de prazo acima referidos, as empresas representadas pelos suscitados pagarão aos empregados despedidos ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez) por cento do maior valor de referência vigente no País".

Cláusula que contém termos genéricos e assim de-

OFÍCIO DE NOTAS
Pina Siqueira Campos, 1985
AUTENTICAÇÃO
12 AGO 1985

EMERSON



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

83
8

91
4

deve ser indeferida, embora conste do DC anterior.

12) - "Baixa na Carteira Profissional do empregado até o prazo de 15 (quinze) dias, após a rescisão, contados da data do efetivo desligamento, sob pena de pagamento de multa equivalente a um (01) dia de salário por dia excedente no prazo fixado. Caso não entregue o empregado sua Carteira Profissional para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega da CP ao empregador".

Cláusula constante do DC anterior.

Opinamos por seu deferimento.

13) - "Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas na dita zona ou com os aludidos clientes, ainda que efetuados por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participante".

Trata-se de conquista do Empregado. A cláusula foi concedida no DC anterior. Ademais, a cláusula só será imposta pelo querer do Empregador - que fixando a zona de trabalho ou dando uma relação de clientes ao Empregado não autorizará outro Empregado ao serviço pertinente.

Opinamos pelo deferimento da cláusula.

14) - "Reembolso, mediante relatórios de despesas, dos gastos efetuados por propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos com o uso de transporte coletivo quando do exercício de sua atividade profissional, desde que a empresa não forneça condução própria. Reembolso das despesas do empregado quando utilizar veículo seu para o exercício da atividade profissional, por quilometragem, utilizando como parâmetro a divisão do preço do litro de gasolina por sete (7)".

Cláusula que foi indeferida no DC anterior e ademais não constou da conciliação efetuada entre o Suscitante e alguns Suscitados. O pleito envolve grande dificuldade no acerto de contas.

3.º OFÍCIO DE NOTAS

Para Siqueira Campos 132

AUTENTICAÇÃO

12 AGO 1985

90

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Opinamos pelo indeferimento.

15) - "Semana de cinco dias de trabalho para os empregados representados pelo Suscitante, de segunda a sexta-feira, pagando e serem pagas ou compensadas as atividades efetuadas em dia de sábado por convocação das empresas".

A jornada de trabalho é fixada por lei. O pleito não tem amparo legal.

A cláusula deve ser indeferida.

16) - "Estabilidade para o empregado que contar 28 (vinte e oito) anos de contribuição para a Previdência Social, salvo se cometer falta grave".

Cláusula que deve ser indeferida. A Estabilidade é matéria prevista em lei e o pleito não tem o respaldo necessário.

17) - "As empresas representadas pelos Suscitados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento referente ao primeiro mês em favor do suscitante, a título de contribuição assistencial, para ampliação e melhoria de seus serviços de assistência social, facultada a oposição do não sindicalizados no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação do acórdão. Dita contribuição será recolhida à tesouraria do suscitante mediante recibo próprio".

Cláusula constante do DC anterior. Embora o prazo legal para oposição ao desconto seja de apenas 05 (cinco) dias, preferimos não julgar a situação.

Cláusula que deve ser deferida.

18) - "O presente DC deve vigor de 1º de agosto de 1984 a 31 de julho de 1985".

A presente cláusula deve ser deferida nos termos acima transcritos.

Recife, 28 de setembro de 1984

M. Thoreza Lafayette de A. Bitu
Maria Thoreza Lafayette de A. Bitu
Procurador Regional

3v2/

OFÍCIO DE NOTAS
Rua Siqueira Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
De acordo com o original
12 AGO 1984

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT - DC-18/84

93
8

CERTIFICO que, em sessão ordinária hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz Gondim Filho
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes Manoel de Barros (Re-
lator), Henrique Mesquita (Revisor), Clóvis Corrêa, Edgar Lyberda,
Milton Lyra, Leovigildo Farias, Benedito Arcanjo e Paulo Britto,

..... resolveu o Tribunal,
Pleno, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria
Regional, rejeitar as preliminares de extinção do processo sem
julgamento do mérito com 2 fundamentos, arguidas pelos suscita-
dos. MÉRITO: julgar procedente em parte o presente dissídio, a
fim de que produza seus jurídicos efeitos, nas seguintes bases:
Cláusula 1ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procu-
radoria Regional, indeferida; Cláusula 2ª - por maioria, de acor-
do com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida, contra o
voto do Juiz Leovigildo Farias que a deferia; Cláusula 3ª - por
unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional,
indeferida; Cláusula 4ª - por unanimidade, de acordo com o pare-
cer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 5ª - por mai-
oria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir
a presente cláusula para garantir o emprego ou os respectivos sa-
lários à gestante até 3 (três) meses após o parto ou aborto não
criminoso, excluídas as dispensas motivadas pela comissão de fal-
ta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com
a assistência do Sindicato suscitante, vencido em parte o Juiz
Revisor; Cláusula 6ª - por maioria, de acordo com o parecer da
Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do suscitante pa-
ra garantir o emprego ou o pagamento de salários a partir da da-
ta do retorno à atividade do empregado afastado por acidente de
trabalho por período igual ao do afastamento, observado o limite
máximo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do aviso prévio ou ou-
tros títulos legais, excetuadas as dispensas pela comissão de
falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este
com a assistência do Sindicato suscitante, contra o voto do Juiz
Revisor que a indeferia; Cláusula 7ª - por unanimidade, de acor-
do com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindica-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões de de

Secretário do Tribunal

Sig. Maria Campos, 132

JULGAMENTO

12 AGO 1984

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT - DC-18/84

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal.
2.
ção de fls. para garantir ao empregado admitido para a mesma fun-
ção de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa
da empresa, do menor salário de função, sem consideração de van-
tagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes pa-
ra a mesma função (ex. Propagandista Júnior, Propagandista e Pro-
pagandista Senior); às empresas que já tiverem implantada tal
tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos
na categoria inicial da função; Cláusula 8ª - por maioria, de a-
cordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindi-
cação do suscitante para determinar que no caso de rescisão de
contrato de trabalho por justa causa, a empresa deverá indicar,
por escrito, a falta grave cometida pelo empregado, contra o vo-
to do Juiz Revisor que a indeferia; Cláusula 9ª - por maioria, de
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivin-
dicação do suscitante para determinar que as empresas represen-
tadas pelos suscitados complementarão, uma única vez, até 45 (qua-
renta e cinco) dias, os salários líquidos dos empregados afasta-
dos por motivo de doença e que estejam nelas há mais de 90 (no-
venta) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de aci-
dente de trabalho; complementarão elas, outrossim, o 13º (décimo
terceiro) salário, nos mesmos termos do empregado que se afastar
por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quin-
ze) e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período
de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou si-
do punido disciplinadamente, contra o voto do Juiz Revisor que a
indeferia; Cláusula 10ª - por unanimidade, de acordo com o pare-
cer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 11ª - por mai-
oria, deferir a reivindicação de fls. para assegurar a liquida-
ção de débitos em razão de rescisão de contrato de trabalho no

Certifico e dou fé.

Sala das sessões de de

Secretário do Tribunal

TRT - MCO 10

152

12 AGO 1985

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT - DC-18/84

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal.
3.
prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não traba-
lhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalha-
do, contados os prazos a partir do último dia de trabalho. Ultra-
passados os limites de prazos acima referidos, as empresas repre-
sentadas pelos suscitados pagarão aos empregados dispensados ou
cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspon-
dente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente
no País, contra o voto do Juiz Revisor que, de acordo com o pare-
cer da Procuradoria Regional, a indeferia; Cláusula 12ª - por
maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir
a reivindicação do suscitante para assegurar a baixa na Car-
teira Profissional do empregado até o prazo de 15 (quinze) dias,
após a rescisão, contados da data do efetivo desligamento, sob
pena do pagamento de multa equivalente a 01 (um) dia de salário
por dia excedente do prazo fixado. Caso não entregue o empregado
sua Carteira Profissional para baixa no dia do desligamento, o
prazo fixado será contado a partir da data da entrega da Cartei-
ra Profissional ao empregador, contra o voto do Juiz Revisor que
a indeferia; Cláusula 13ª - por maioria, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. para
determinar que quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamen-
te, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao emprega-
do, fica obrigada a satisfação das comissões ou prêmios sobre as
transações efetuadas na dita zona ou com os aludidos clientes,
ainda que efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de con-
corrências e licitações públicas e desde que nelas não haja o em-
pregado participado, contra o voto do Juiz Revisor que a indefe-
ria; 14ª Cláusula - por unanimidade, de acordo com o parecer da
Procuradoria Regional, indeferida; 15ª Cláusula - por maioria,

Certifico e dou fé.

Sala das sessões de de

Secretário do Tribunal

12 AGO 1985

EN BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT-DC-18/84

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal,
4.
de acórdão com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida ,
contra o voto do Juiz Benedito Arcanjo que a deferia; Cláusula
16ª - por unanimidade, de acórdão com o parecer da Procuradoria
Regional, indeferida; Cláusula 17ª - por unanimidade, de acórdão
com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação
de fls. para determinar que as empresas representadas pelos sus-
citados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento refe-
rente ao primeiro mês em favor do suscitante, a título de con-
tribuição assistencial, para ampliação e melhoria de seus servi-
ços de assistência social, facultada a oposição dos não sindicá-
lizados no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação do acórdão.
Dita contribuição será recolhida à Tesouraria do Suscitante me-
diante recibo próprio; Cláusula 18ª - O presente dissídio cole-
tivo vigorará pelo prazo de 1 (hum) ano: 01/08/84 a 31/07/85 .
Custas pelos suscitados arbitradas sobre 15 (quinze) valores de
referência.

12 AGO 1985

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, 10 de 01 de 1985.

Secretário do Tribunal Pleno

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT-DC-18/84

Suscitante: SINDICATO DOS EMPREGADOS
VENDEDORES E VIAJANTES DO
COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS,
PROPAGANDISTAS VENDEDORES E
VENDEDORES DE PRODUTOS FAR-
MACÊUTICOS NO ESTADO DE PER-
NAMBUCO

Suscitado: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FAR-
MACÊUTICAS DO ESTADO DE PER-
NAMBUCO e outros (15)

ACÓRDÃO - Ementa: Não tem a Justiça do Trabalho competên-
cia para fixar piso salarial.

Vistos, etc.

Dissídio Coletivo, de natureza econômi-
ca suscitado pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJAN-
TES DO COMÉRCIO PROPAGANDISTA - VENDEDORES E VENDEDORES DE PRO-
DUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, contra o SINDICA-
TO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OU-
TROS (15), pleiteando as vantagens enumeradas às fls. 02/04 dos
autos.

O pedido inicial foi instruído com ins-
trumento procuratório (fls.05), termo de não comparecimento (fls
06), cópia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária (fls.07), E-
dital de Convocação (fls.08).

O processo foi instruído neste Tribunal
Regional do Trabalho. Não lograram êxito as tentativas de concí-
liação.

Contestação às fls. 57/61, argumentando
preliminarmente, que o presente Dissídio Coletivo deve ser inde-
corido, uma vez que encontra-se em desacordo com o disposto no
item II da Instrução Normativa nº 01/62 do COT DE NOTAS

EMBLANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

92 98
101 3
fls.02

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

nº 56). Ainda, em preliminar, pedem a extinção deste feito, sem julgamento do mérito, alegando inépcia da inicial, haja vista inexistência de fundamento jurídico para o pleito de fixação da correção monetária mediante aplicação do INPC na sua totalidade.

A douta Procuradoria Regional do Trabalho, nos termos do parecer de fls. 72, protestou por nova vista, uma vez que o suscitante não juntou aos autos cópia da Convenção Coletiva ou da sentença normativa anterior, esta com a prova do trânsito em julgado.

Este Juiz Relator determinou às fls. 73 a conversão do presente feito em diligência a fim de ser observado o disposto no item I da Instrução Normativa nº 1 do TST.

Diligência cumprida às fls. 75/76. Autos devolvidos à Procuradoria para manifestação de opinião. Em o fazendo às fls. 79/84, rejeitou as preliminares argüidas de inépcia da inicial e de indeferimento do pleito por falta de negociação prévia na esfera administrativa, ao argumento central de que esta não é indispensável, uma vez que esta não é o primeiro Dissídio Coletivo da categoria.

Meritoriamente, opinou pelo deferimento das cláusulas 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª e 17ª, pelo indeferimento das cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª e 16ª e pelo deferimento parcial da cláusula 18ª, a qual fixa o prazo de vigência deste Dissídio Coletivo.

É o relatório.

VOTO:

Preliminar argüida, em vista de não ter havido negociação na esfera administrativa.

Rejeito-a de acordo com a Procuradoria

Não se trata do 1º (primeiro) Dissídio.

TRT Mod. 12

OFÍCIO DE NOTAS

João Pereira Campos, 132

RECEBIMENTO

em 09 de Agosto de 1985

12 AGO 1985

100

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

fls.03

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

Preliminar de inépcia da inicial.

Também, de acordo com a Procuradoria
rejeito-a.

M é r i t o :

Cláusula 1ª - Aumento salarial decorrente da aplicação dos índices fixados pelo INPC, nos termos da Lei 6.708/79, sobre o salário fixo, ajuda de custo, quantia fixa por unidade vendida, quantia fixa por duplicata cobrada e prêmios fixos de produção.

De acordo com a Procuradoria. Indefiro-a, vez que a cláusula não se baseia na legislação atual que cuida do assunto e porque engloba matéria que não é de Dissídio. Os reajustes, de acordo com a Lei 6.708, invocada, incide sobre a parte fixa do salário e não sobre as partes variáveis.

Cláusula 2ª - Pagamento de adicional de produtividade, no percentual de 8% (oito por cento), incidindo sobre os salários corrigidos, nos termos da cláusula anterior.

Indefiro-a, também, de acordo com a Procuradoria, face a legislação em vigor que proíbe aplicação de taxa de produtividade (Decreto 89.405/84).

Cláusula 3ª - Piso salarial correspondente a 2 (dois) salários mínimos.

Indefiro. Não cabe à Justiça fixar piso salarial.

Cláusula 4ª - Para os empregados admitidos em 28/02/84, a correção salarial e a taxa de produtividade de acima mencionadas e para os empregados admitidos a partir de 01/03/84, observação da proporcionalidade de 1/6 do índice do INPC e da taxa de produtividade.

TRT Mod. 12

COPIA DE NOTAS
Procedência Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
em 12 de agosto de 1985
12 AGO 1985

EMBRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

fls.04

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

Indefiro, face às apreciações das cláusulas anteriores, de acordo com a Procuradoria.

Cláusula 5ª - Garantia do emprego ou dos respectivos salários à gestante até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas motivadas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com assistência do Sindicato suscitante.

Cláusula pré-existente no D.C.25/83-Defiro-a.

Cláusula 6ª - Garantia de emprego ou de pagamento de salário, a partir da data do retorno à atividade, do empregado afastado por acidente de trabalho, por período igual ao do afastamento, observado o limite máximo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do aviso prévio ou outros títulos legais, excetuadas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com assistência do Sindicato suscitante.

A Procuradoria opina pelo deferimento, por já se tratar de uma conquista da classe profissional.

Em verdade, trata-se de uma conquista do Dissídio 25/83.

Defiro-a.

Cláusula 7ª - Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função (ex-propagandista júnior e propagandista senior). As empresas que já tiverem implantada tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial de função.

TRT Mod 12

NOTAS
Saqueio Campos, 132
AUTENTICAÇÃO
Ante o original, Dom 11.

12 AGO 1985

EMERSON



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

fls. 05

Proc. nº TRT-DJ-13/84

Acórdão — Continuação —

Trata-se de cláusula pré-existente. Acompanho a Procuradoria. Defiro-a.

Cláusula 8ª - No caso de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, a empresa deverá indicar por escrito, a falta grave cometida.

Pré-existente - Defiro-a, de acordo com a Procuradoria.

Cláusula 9ª - As empresas representadas pelos Sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão, elas, outrossim, o 13º salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho, por mais de 15 (quinze) e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente.

Trata-se de cláusula pré-existente. De acordo com a Procuradoria, opinamos pelo seu deferimento.

Cláusula 10ª - Serão abonadas as faltas de empregados das empresas representadas pelos suscitados, referentes à prestação de exames escolares, subordinado o abono à comunicação prévia de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a posterior comprovação.

Esta cláusula, segundo a Procuradoria, o STF considerou inconstitucional - Indefiro-a.

Cláusula 11ª - Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20

ENCLOSURE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

fls.06

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

20 (vinte dias na hipótese de aviso prévio trabalhado, contados dos prazos a partir do último dia trabalhado. Ultrapassados os limites de prazo acima referidos, as empresas representadas pelos suscitados pagarão aos empregados dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no País.

A Procuradoria opina pelo indeferimento. "Data venia", entendo de modo contrário. Trata-se de uma cláusula pré-existente e que a defiro.

Cláusula 12ª - Baixa na Carteira Profissional do empregado até o prazo de 15 (quinze) dias, após a rescisão, contados da data do efetivo desligamento, sob pena de pagamento de multa equivalente a um (01) dia de salário por dia excedente no prazo fixado. Caso não entregue o empregado sua Carteira Profissional, para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega da CP ao empregador.

Cláusula pré-existente. Defiro-a de acordo com a Procuradoria.

Cláusula 13ª - Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigado à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas na dita zona ou com os aludidos clientes, ainda que efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado.

Cláusula pré-existente - Defiro-a, de acordo com a Procuradoria.

Cláusula 14ª - Reembolso, mediante re

12 AGO 1985

18

ENTRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

fls.07

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

relatórios de despesas dos gastos efetuados por propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos, com o uso de transporte coletivo quando no exercício de sua atividade profissional, desde que a empresa não forneça condução própria. Reembolso das despesas dos empregados, quando utilizar o veículo seu para o exercício da atividade profissional, por quilometragem, utilizando como parâmetro a divisão do preço do litro de gasolina por ele.

Indefiro-a. Como bem diz a Procuradoria esta cláusula envolve dificuldade no acerto de contas.

Cláusula 15ª - Semana de 5 (cinco) dias para os empregados representados pelos suscitantes, de segunda a sexta-feira, passando a serem pagas ou compensadas as atividades efetuadas em dia de sábado, por convocação das empresas.

De acordo com a Procuradoria, indefiro-a.

A pretensão não tem amparo legal.

Cláusula 16ª - Estabilidade para o empregado que contar 28 (vinte e oito) anos de contribuição para a Previdência Social, salvo se cometer falta grave.

Indefiro-a. O regime hoje predominante é o do FGTS, não se podendo aplicar os dois regimes ao mesmo tempo. - A Procuradoria manifesta-se contra.

Cláusula 17ª - As empresas representadas pelos suscitados, descontarão 50% (cincoenta por cento) do aumento referente ao primeiro mês em favor do suscitante, a título de contribuição assistencial, para ampliação e melhoria de seus serviços de assistência social, facultada a oposição dos não sindicalizados no prazo de 5 (cinco) dias após a publi-

12 AGO 1985

105

EDWARDS CO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

fls. 08

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

publicação do acórdão. Dita contribuição será recolhida à Tesouraria do suscitante, mediante recibo próprio.

Pré-existente - Defiro-a, de acordo com a Procuradoria.

Cláusula 18ª - O presente Dissídio deve vigorar de 1º (primeiro) de agosto de 84 a 31/07/85. Defiro-a.

Custas sobre 15 (quinze) valores de referência.

Assim, ACORDAM os Juízes do Tribunal Pleno, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, rejeitar as preliminares de extinção do processo sem julgamento do mérito com 2 fundamentos, arguídas pelos suscitados. MÉRITO: julgar procedente em parte o presente dissídio, a fim de que produza seus jurídicos efeitos, nas seguintes bases: Cláusula 1ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 2ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida, contra o voto do Juiz Leovigildo Farias que a deferiria; Cláusula 3ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 4ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 5ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula para garantir o emprego ou os respectivos salários à gestante até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas motivadas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com a assistência do Sindicato suscitante, vencido em parte o Juiz Revisor; Cláusula 6ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, de

12 AGO 1985

JCG

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

fls.09

Proc. nº TRT-DJ-18/84

Acórdão — Continuação —

deferir a reivindicação do suscitante para garantir o emprego ou o pagamento de salários a partir da data do retorno à atividade do empregado afastado por acidente do trabalho por período igual ao do afastamento, observado o limite máximo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do aviso prévio ou outros títulos legais, excetuadas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou acordo entre as partes, este com a assistência do Sindicato suscitante, contra o voto do Juiz Revisor ' que a indeferia; Cláusula 7ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls para garantir ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário de função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função (ex. Propagandistas Júnior, Propagandista e Propagandista Senior); às empresas que já tiverem implantada tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função; Cláusula 8ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do suscitante para determinar que no caso de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, a empresa deverá indicar por escrito, a falta grave cometida pelo empregado, contra o voto do Juiz Revisor que a indeferia; Cláusula 9ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do suscitante para determinar que as empresas representadas pelos suscitados complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos empregados afastados por motivo de doença e que estejam nelas há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho, complementarão elas, ou trossim, o 13º (décimo terceiro) salário, nos mesmos termos do

T R T Mod. 12

132
AUTENTICADO

12 AGO 1985

EMERSON CO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

fls. 10

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente, contra o voto do Juiz Revisor que a indeferia; Cláusula 10ª por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 11ª - por maioria, deferir a reivindicação de fls. para assegurar a liquidação de débitos em razão de rescisão de contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado, contados os prazos a partir do último dia de trabalho. Ultrapassados os limites de prazos acima referidos, as empresas representadas pelos suscitados pagarão aos empregados dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no País, contra o voto do Juiz Revisor que, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indeferia; Cláusula 12ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do suscitante para assegurar a baixa na Carteira Profissional do empregado até o prazo de 15 (quinze) dias, após a rescisão, contados da data do efetivo desligamento, sob pena do pagamento de multa equivalente a 01 (um) dia de salário por dia excedente do prazo fixado. Caso não entregue o empregado sua Carteira Profissional para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega da Carteira Profissional ao empregador, contra o voto do Juiz Revisor que a indeferia; Cláusula 13ª - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. para determinar que quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma rela-

EM 13-11-1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

fls. 11

Proc. nº TRT-DC-18/84

Acórdão — Continuação —

relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas na dita zona ou com os aludidos clientes, ainda que efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrências e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado, contra o voto do Juiz Revisor que a indeferia; 14ª Cláusula - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; 15ª Cláusula - por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida, contra o voto do Juiz Benedito Arcanjo que a deferia; Cláusula 16ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 17ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. para determinar que as empresas representadas pelos suscitados descontarão 50% (cincoenta por cento) do aumento referente ao primeiro mês em favor do suscitante, a título de contribuição assistencial, para ampliação e melhoria de seus serviços de assistência social, facultada a oposição dos não sindicalizados no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação do acórdão. Dita contribuição será recolhida à Tesouraria do Suscitante mediante recibo próprio; Cláusula 18ª - O presente dissídio coletivo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano: 01/08/84 a 31/07/85. Custas pelos suscitados arbitradas sobre 15 (quinze) valores de referência.

Recife, 10 de janeiro de 1985.

José Guedes Correia Gondim Filho
Presidente

Manoel de Barros Neto

Relator

Ma Thereza de A. Bitu - Procurador

Regional' do Trabalho

Examinado

Pede Deferimento.

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
CAB-PE 3113 - CPF 028872584

Ads.

12 AGO 1985

EM BRANCO

109
8

1. PRELIMINARMENTE:

No ensejo deste apelo, os suscitados, ora recorrentes, insistem nas arguições preliminares contidas na resposta ao dissídio, quando pediram a declaração da extinção do processo, sem julgamento do mérito, em razão da falta de prévia negociação na esfera administrativa (inobservância do § 4º do art. 616 da CLT) e em face da inépcia da inicial (falta de fundamento jurídico para o pedido de fixação do reajuste salarial com base no INPC, por força do princípio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial).

2. NO MÉRITO:

E mesmo fosse reconhecida a validade do feito, com o exame da pretensão do suscitante, ora recorrido, ainda assim o acórdão de fls. 91/101 merece reforma, para que sejam excluídas, da sentença normativa, as cláusulas mencionadas neste apelo.

Antes, contudo, os recorrentes, em face da arguição de preexistência de cláusulas, servindo como fundamento de seu deferimento, como expresso na sentença normativa, pretendem tecer breve comentário a esse respeito.

É fato notório, a dispensar prova, a grave crise econômico-financeira por que passa o País, cujo Produto Interno Bruto - PIB vem apresentando nos últimos anos índices negativos (ver Decreto Federal nº 89.405, de 27.02.84).

As dificuldades da hora presente se refletem, a propósito, sobre todos os setores da economia nacional, a reclamar constantes e renovadas medidas do Governo Federal na área econômica.

O agudo processo recessivo, como resultado mesmo das providências governamentais, adotadas com o firme objetivo de combater a inflação, agrava o quadro da atual conjuntura nacional.

Essa situação define muito claramente a impossibilidade econômico-financeira dos recorrentes de atender às reivindicações do suscitante, sobretudo as cláusulas de natureza salarial.

É princípio de Justiça que a remuneração deve ser estipulada sempre em função das necessidades do empregado e das possibilidades do empregador, de sorte que qualquer concessão de benefícios com repercussão pecuniária,

Suplente Campesano
AUTENTICAÇÃO
Em 02 de Agosto de 1983
12 AGO 1983

EMBLICO

portanto, deve respeitar as possibilidades financeiras da empresa.

A distribuição da Justiça, finalidade maior do Poder Judiciário, há de ser feita olhando a situação do economicamente mais fraco, mas jamais desprezando a situação da classe patronal. A Justiça do Trabalho, assim, decerto deverá ser sensível às dificuldades que castigam os que empreendem atividades econômicas.

A regra contida no art. 873 da CLT preconiza a possibilidade de revisão das decisões quanto às condições de trabalho, quando as mesmas tenham se "tornado injustas ou inaplicáveis".

A possibilidade jurídica da revisão é ponto pacífico, convindo, "ad argumentandum", transcrever uma opinião doutrinária e outra jurisprudencial a respeito:

"Em última análise, toda e qualquer solução dada ao conflito coletivo de trabalho - mesmo quando dessa solução resulta coisa julgada - é passível de revisão posterior, tendo como referência a originalidade institucional do conflito, a natureza "sui generis" da solução que lhe é dada e a extraordinária variabilidade das condições fáticas que determinam o nascimento do litígio e a adoção da forma conciliatória." (In 'Direito Sindical, Editor José Konfino - 1975 - RJ - obra do Min. MOZART V. RUSSOMANO - p. 226).

"Dissídio Coletivo - Manutenção de Vantagens Obtidas em Convenções Anteriores. Ao proferir sentença normativa deve a Justiça do Trabalho sopesar o interesse público e os interesses das categorias envolvidas, lançando mão da equidade e tendo em mente a conjuntura econômica vigente. Tal comportamento não se coaduna com o entendimento de que as conquistas sociais alcançadas pelos empregados em convenções coletivas anteriores devem ser pura e simplesmente conservadas, sem que se proceda qualquer análise de seu conteúdo." (Ac. 1.022/82 - TRT-PR-9ª Reg.-Proc. nº DC-055/82-Pel. Juiz Tobias de Macedo, publicado em sessão de 17.06.82, in "Decisório Trabalhista" - Junho/82, nº 2.291).

Logo, o argumento utilizado pelo Sexto T.R.T., de preexistência de cláusula, para o deferimento de algumas delas, não procede posto que não há falar em direito adquirido em conflito coletivo de trabalho.

12 AGO 1985

EMBLING

Os recorrentes, a seguir, passam a apontar as razões pelas quais as cláusulas devem ser indeferidas:

01) ESTABILIDADE PROVISÓRIA PARA O ACIDENTADO (Cláusula Sexta)

A Jurisprudência dessa Colenda Corte, assim como a do Supremo Tribunal Federal, de uma forma UNÂNIME, têm rejeitado o deferimento de estabilidade provisória ao acidentado, por ser dita cláusula manifestamente INCONSTITUCIONAL.

Os acórdãos a seguir transcritos são suficientes para apoio das razões dos recorrentes, que pretendem a completa modificação do aresto regional.

"ESTABILIDADE PROVISÓRIA AOS ACIDENTADOS-O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JÁ QUE TEM SE MANIFESTADO INÚMERAS VEZES CONTRA A CLÁUSULA, CONSIDERANDO-A INCONSTITUCIONAL. Assim, dou provimento para excluir a cláusula " (Processo TST-RO-DC-408/80 - Ac.TP.3087/80-Relator-Ministro NELSON TAPAJÓS, UNÂNIME, julgado em 12.11.1980, in "Jurisprudência Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho", volume X - dissídios coletivos - Brasília, edição 1982, página 118-sem os destaques).

"ESTABILIDADE PARA O ACIDENTADO.Nego provimento. Trata-se de matéria da Lei de Previdência, ou acidentes. Não existe previsão legal para esse tipo de estabilidade"(Processo TST-RO-DC, 146/80-Ac. TP. 2485/80-Relator-Ministro MARCELO FIMENTEL-UNÂNIME- julgado em 24.09.1980, in Obra citada, volume X, pág. 18,sem realces).

"A reivindicação 13 - estabilidade provisória para o acidentado até sua completa readaptação.

TRATA-SE TAMBÉM DE MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA ESTRANHA AO CONTEÚDO DE UMA SENTENÇA NORMATIVA.Nego provimento (Processo TST - RO-DC-225/79-Ac.TP. 3.145/79. Relator - Ministro CARLOS ALBERTO BARATA SILVA, julgado em 05.12.1979, in obra citada, volume X, pág. 138,sem grifos).

"Estabilidade provisória para o trabalhador aposentado.Trata-se de criação de uma estabilidade não prevista em Lei...Nego provimento ". (Processo TST.RO DC-281/79 - Ac.TP.94/80-Relator-Ministro NELSON TAPAJÓS, Julgado em 07.02.1980, in obra citada volume X, pág.151,sem os destaques).

12 AGO 1985

113

EMBRAC

"Estabilidade do acidentado.

A matéria, data venia foge aos alcances do dissídio coletivo, justificando-se talvez a sua apreciação no âmbito do legislativo - Nego provimento (Processo TST-RO-DC-323/78 - Ac. TP - 101/80 - Relator - Ministro NELSON TAPAJÓS, julgado em 12.02.1980, in obra citada, volume X, pág. 238, sem os realces).

Diante da torrencial jurisprudência, que repele o acolhimento da estabilidade provisória do acidentado, confiam os recorrentes na reforma do v. acórdão do Egrégio Tribunal "aquô", excluindo-se a cláusula.

02) OBRIGATORIEDADE DE AVISO EPISTOLAR NO DESPEDIMENTO (Cláusula Oitava)

A Cláusula deve ser excluída porquanto a legislação trabalhista não obriga o empregador a apresentar por escrito as razões que o levaram a demitir o empregado por justa causa, e a Justiça do Trabalho não tem competência legal para exigir tal comunicação escrita.

Vale resaltar, por oportuno, que o Exmo. Sr. Ministro Presidente desse Tribunal, deferindo requerimento dos recorrentes no processo ES-179/84 (cópia anexa), concedeu efeito suspensivo ao recurso ordinário relativo ao dissídio anterior, no tocante à cláusula em referência.

03) - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA (Cláusula Nona)

A legislação trabalhista não prevê essa complementação. A Previdenciária também. O onus não deve ser suportado, portanto, pelo empregador. Aguarda-se, desse modo, a exclusão da vantagem consubstanciada na cláusula.

Efeito suspensivo, por igual lhe foi dado no já referido processo ES. 179/84.

04) - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. (Cláusula Décima Primeira).

O Egrégio Regional fixou uma multa correspondente a 10% do maior valor de referência do País. por dia de atraso no pagamento das verbas rescisórias.

A instituição da multa, além de não conter respaldo legal, importa na continuidade da concessão de salários, sem a correspondente prestação de serviços, o que contraria a própria essência do contrato de trabalho.

12 AGO 1985

EM BRANCO

Além do mais, já existe cominações legais para a hipótese em apreço (Decreto nº 75/66), o que desautoriza a imposição de novo gravame.

Esse Colendo TST, aliás, tem repudiado a cláusula em reiterados pronunciamentos em Dissídios Coletivos. Somente para argumentar, os Recorrentes transcrevem acórdão UNÂNIME dessa Colenda Corte, EM SUA COMPOSIÇÃO PLENA, que expressa sua uniforme compreensão do tema:

"MORA SALARIAL (Cláusula 21a.).

O V. Acórdão deferiu:

A quitação das verbas rescisórias será efetuada pela empresa em 10 dias, sob pena de a partir desta data, pagar multa de 10% sobre o salário de referência (fls.94).

Trata-se de pena não prevista em lei.

Já o Decreto-Lei 75/66, ao instituir a correção monetária, impede a procrastinação do pagamento. Seu deferimento constitui bis in idem.

Dou provimento para excluir a cláusula".

(Proc. nº TST-RO-DC-511/80-Ac. TP-3.172/80-proferido em 19.11.80- Rel.Min.EXPEDITO AMORIM, publicado na Revista Jurisprudência Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho, volume X - Dissídios Coletivos - 1982 - página 367).

Por fim, releva notar que, consoante pacífica jurisprudência dessa Colenda Corte, somente é cabível imposição de multa em sentença normativa quanto às obrigações de fazer.

Apenas "ad argumentandum", os Recorrentes transcrevem, abaixo, dois ares - tos, desse Colendo Tribunal, os quais demonstram posicionamento jurisprudencial unânime:

"Dou provimento parcial para que a multa seja aplicada somente face à inadimplência das obrigações de fazer".

(Proc. nº TST-RO-DC-476/79-Ac. TP-817/80-proferido em 17.04.80-Rel. Min. ARY CAMPISTA - "in" Jurisprudência Trabalhista-Tribunal Superior do Trabalho - Volume X- Dissídios Coletivos - Brasília, 1982 -pág. 168).

24

Aut. Supl. de Rec. 122
AUT. JUC. 122
conforme o original, Un. C.
12 AGO 1985

EM BRANCO

"Multa. Provimento parcial para autorizar a multa em favor do empregado pela inadimplência das obrigações de fazer, no valor de 10% do salário-mínimo regional".

(Proc. nº TST-RO-DC-355/80- Ac. TP-3.228/80 - proferido em 26.11.80 - Rel. Min. COQUEIJO COSTA - ob. cit. pág. 318).

Portanto, por falta de fundamento legal e por ferir pacífica jurisprudência superior, deve esse Colendo Pretório excluir a cláusula.

05) MULTA DE UM (1) DIA DE SALÁRIO NA FALTA DE ANOTAÇÃO DA RESCISÃO NA CTPS (Cláusula Décima-Segunda).

As multas por descumprimento de anotações na CTPS estão expressamente reguladas na Consolidação das Leis do Trabalho e as respectivas verbas pertencem, exclusivamente, ao órgão fiscalizador, nunca ao empregado. A cláusula é extremamente ilegal: contempla ao empregado perceber salário após a quebra do liame empregatício. Nessas condições, esperam os suscitados que a cláusula seja excluída da sentença normativa no julgamento deste apelo.

No mesmo processo ES 179/84, envolvendo as partes deste dissídio, a presidência desse Eg. T.S.T. também deu efeito suspensivo ao recurso ordinário dos suscitados ainda com referência a esta cláusula.

RECEBIMENTO DE COMISSÃO SEM TRABALHAR (Cláusula décima terceira).

A vantagem inserida na cláusula em epígrafe não têm respaldo legal. É extremamente absurda já que premia quem não trabalhou; não está conforme a natureza do contrato de trabalho que exige onerosidade no relacionamento entre empregado e empregador. A cláusula nega a inconteste definição de que salário é retribuição de serviço efetivamente prestado. Ela não pode prevalecer.

A Presidência desse Tribunal ao examinar o pedido do Efeito suspensivo do Recurso relativo ao ano anterior, acolheu tal pedido, conforme se vê no processo ES 179/84.

3. REQUERIMENTOS.

Isto posto, limitado este recurso aos pontos aqui abordados, pedem os suplicantes que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no julgamento deste apelo, exclua do decisório recorrido as cláusulas aqui referidas, se antes mesmo não for decretada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, conforme preliminares aduzidas na defesa e renovadas neste apelo, por

12 AGO 1985

EM BRANCO

ser de Justiça.

Recife-PE, 25 de março de 1985

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA

OAB-PE 3113 - CPF 028872584

SYLVIO AUGUSTO C. DE RANGEL MOREIRA

OAB-PE 4909 - CPF 052900404

Advs.

DE OFÍCIO DE REGISTRO
Rua Siqueira Campos, 111
AUTENTICAÇÃO
conforme o original
12 AGO 1985

EM BRANCO

EXMº SR. MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

116
7

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Sector de Recobimento e Expedição
BSB 22 MAI 1985
Nº 10639-6

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL E DA MALHARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SABÃO E VELAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COURO, PELES, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, DO VINHO E DE ÁGUAS MINERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DE PERNAMBUCO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DE PERNAMBUCO e SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PERNAMBUCO, por seu advogado abaixo-assinado (instrumentos procuratórios anexos), com referência ao processo de Dissídio Coletivo oriundo do TRT - 6a. Região (DC-18/84, na origem), em que é suscitante o SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, e suscitados os ora requerentes, vêm, na forma do disposto no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, alterada pela Lei nº 4.903, de 15 de dezembro de 1965, e juntando à presente a documentação prevista no item XIII da Instrução Normativa nº 01 do Eg. TST (ex-Prejulgado nº 56), postular concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário ao v. acórdão regional, no concernente às seguintes cláusulas:

6a.) - ESTABILIDADE PROVISÓRIA PARA O ACIDENTADO;

OFÍCIO DE
Niquira Campos 112
AUTENTICAÇÃO
conforme o original
12 ABR 1985

118

EM BRANCO

8a.) - OBRIGATORIEDADE DE AVISO EPISTOLAR NO DESPEDIMENTO
(V. Exa. concedeu efeito suspensivo ao recurso ordinário relativo ao dis-
sídio anterior-ES-179/84);

9a.) - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA (por igual foi con-
cedido efeito suspensivo no referido processo ES-179/84);

11a.) - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS;

12a.) - MULTA DE UM (1) DIA DE SALÁRIO NA FALTA DE ANOTAÇÃO
DA RESCISÃO NA CTPS (no mesmo processo ES-179/84, V.Exa. também deu efei-
to suspensivo ao RO dos suscitados com referência a esta cláusula);

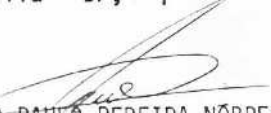
13a.) - RECEBIMENTO DE COMISSÃO SEM TRABALHAR (V. Exa., ao
examinar o pedido de efeito suspensivo - Proc. ES-179/84 do RO anterior,
acolheu tal pedido).

Isto posto, invocando as razões contidas no recurso ordinário (cópia ane-
xa), os requerentes aguardam o despacho de V. Exa. que certamente concede-
rá o efeito suspensivo ao citado apelo, por ser de Justiça.

Termos em que,

Pedem deferimento.

Brasília - DF, 19.04.1985.


PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA
OAB-PE 3113 - CPF 028872584
Adv.


Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
AUTENTICAÇÃO
12 ABR 1985

113

EMBRANCO

PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

REQUERENTES: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

Advogado: Dr. Pedro Paulo Pereira Nogueira

REQUERIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

59 Região

DESPACHO

I - O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS requerem seja atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário que interpuseram contra decisão coletiva proferida no processo TST-DC-018/84, no que se refere às seguintes cláusulas:

69) "GARANTIA DE EMPREGO OU DE PAGAMENTO DE SALÁRIO, A PARTIR DA DATA DO RETORNO À ATIVIDADE, DO EMPREGADO AFASTADO POR ACIDENTE DE TRABALHO, POR PERÍODO IGUAL AO DO AFASTAMENTO, OBSERVADO O LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESENTA) DIAS, SEM PREJUÍZO DO AVISO PRÉVIO OU OUTROS TÍTULOS LEGAIS, EXCETUADAS AS DISPENSAS PELA COMISSÃO DE FALTA GRAVE, PEDIDO DE DEMISSÃO OU ACORDO ENTRE AS PARTES, ESTE COM ASSISTÊNCIA DO SINDICATO SUSCITANTE".

Não há unanimidade do Pleno a respeito e o benefício tem sido excluído de algumas sentenças coletivas, razão pela qual é de ser acolhido o pedido.

89) "DETERMINAR QUE NO CASO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR JUSTA CAUSA, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR POR ESCRITO, A FALTA GRAVE COMETIDA PELO EMPREGADO".

Era entendimento desta Corte não ser necessário especificar os motivos do ato punitivo, mas, em recente julgamento, o Tribunal voltou a impor a exigência, conforme norma do Direito Internacional do Trabalho.

Por isso, indefiro.

99) "DETERMINAR QUE AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELOS SUSCITADOS COMPLEMENTARÃO, UMA ÚNICA VEZ, ATÉ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS, OS SALÁRIOS LÍQUIDOS DOS EMPREGADOS AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA E QUE ESTEJAM NELLAS HÁ MAIS DE 90 (NOVENTA) DIAS, OCORRENDO O MESMO PROCEDIMENTO NA HIPÓTESE DE ACIDENTE DE TRABALHO, COMPLEMENTARÃO ELAS, OUTROSSIM, O 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, NOS MESMOS TERMOS DO EMPREGADO QUE SE AFASTAR POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO POR MAIS DE 15 (QUINZE) E MENOS DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, DESDE QUE NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO NÃO HAJA FALTAS INJUSTIFICADAMENTE OU SIDO PUNIDO DISCIPLINARMENTE".

A condição contém matéria de Previdência Social e a competência da Justiça do Trabalho para concedê-la é controversa.

Dou, por isso, a suspensão pretendida.

119) "ASSEGURAR A LIQUIDAÇÃO DE DÉBITOS EM RAZÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO NO PRAZO DE 30 DIAS, NA HIPÓTESE DE AVISO PRÉVIO NÃO TRABALHADO E DE 20 DIAS NA HIPÓTESE DE AVISO PRÉVIO TRABALHADO, CONTADOS OS PRAZOS A PARTIR DO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO, ULTRAPASSA DOS OS LIMITES DE PRAZO ACIMA REFERIDOS, AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELOS SUSCITADOS PAGARÃO AOS EMPREGADOS DISPENSADOS OU CUOS CONTRATOS HAJAM SIDO RESCINDIDOS, MULTA DIÁRIA CORRESPONDENTE A DEZ POR CENTO (10%) DO MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA VIGENTE NO PAÍS".

O Bregio Regional concedeu o benefício além do prazo que esta Corte vem estabelecendo em inúmeros julgados, pelo que, rejeito o pedido.

129) "ASSEGURAR A BAIÇA NA CARTEIRA DO EMPREGADO ATÉ O PRAZO DE 15 DIAS, APÓS A RESCISÃO, CONTADOS DA DATA DO EFETIVO DESLIGAMENTO, SOB PENA DO PAGAMENTO DE MULTA EQUIVALENTE A 01 (UM) DIA DE SALÁRIO POR DIA EXCEDENTE DO PRAZO FIXADO".

Matéria regulada em lei, não pode, por isso, ser objeto de sentença normativa. Matéria, pois, ser suspensa.

139) "DETERMINAR QUE QUANDO A EMPRESA ESTABELECE, AINDA QUE TACITAMENTE, UMA ZONA DE TRABALHO OU UMA RELAÇÃO DE CLIENTES AO EMPREGADO, FICA CERCADA A SATISFAÇÃO DAS COMISSÕES OU PRÊMIOS SOBRE AS VENDIÇÕES EFETUADAS NA DITA ZONA OU COM OS ALIADOS CLIENTES, AINDA QUE EFETUADAS POR OUTRO EMPREGADO, SALVO A HIPÓTESE DE CONCORRÊNCIAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS E DESDE QUE NE LAS NÃO HAJA O EMPREGADO PARTICIPADO".

Suspendo, porque o Pleno tem excluído tal condição.

II - Pelo exposto, dou efeito suspensivo às cláusulas 69, 99, 129

e 139.

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da

Região.

Brasília, 29 de maio de 1985.

COQUELLO COSTA
Ministro Presidente do TST

12 AGO 1985

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

119
[assinatura]

RECEBIDOS NESTA DATA.

Re. 21 1 8 1 8 5

[assinatura]
DIRETORA DO SERVIÇO PROCESSOS

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS

A *Carta Procuradoria*
Regional

RECIFE, 21 DE agosto DE 1985

[assinatura]
Diretora do Serviço de Processos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região

Nesta data, recebi estes autos do Tribunal Re-
gional do Trabalho

Recife, 24 de 08 de 1985



Entreguei, nesta data, o presente processo ao

Procurador Everaldo Gaspar

Recife, 22 de 08 de 1985





129
28

TRT - DC Nº 20/85

SUSCITANTE : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO : SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (15)

PROCEDÊNCIA : RECIFE - PE

P a r e c e r

1. Dissídio Coletivo instaurado pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, contra o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco.

2. Formalidades legais cumpridas.

3. Houve concordância dos Suscitados no tocante à cláusula 26ª, 29ª e 31ª.

Cláusulas que devem ser homologadas. A 29ª com a observação do prazo de dez dias para os não associados manifestarem-se a respeito.

4. Passemos à análise das cláusulas controvertidas.

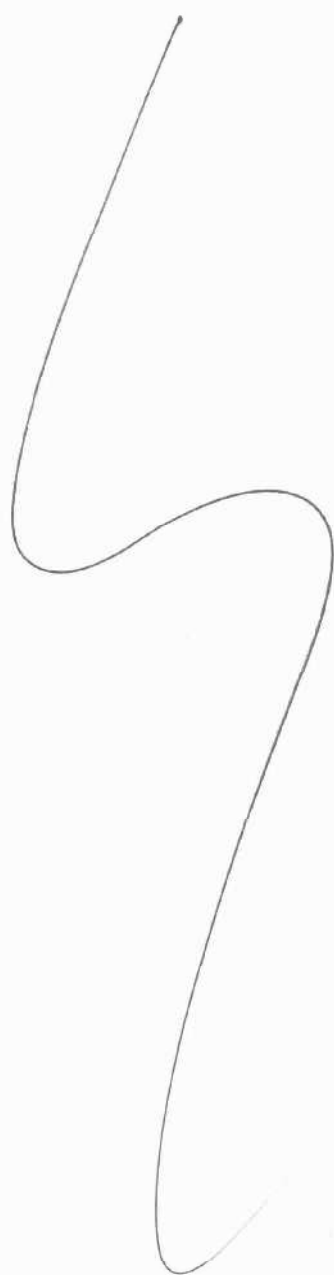
CLÁUSULA PRIMEIRA - (CLÁUSULAS DE NATUREZA SALARIAL - da 1ª a 12ª)

"Confirmação do reajuste previsto pela Lei 6708/79 (INPC), à base de 100% (cem por cento), aplicável, nos meses de agosto de 1985 e fevereiro de 1986, além da parte fixa, sobre ajuda de custo, quantias fixas por unidades vendidas, quantias fixadas por duplicatas cobradas e prêmios fixos de produção."

A recomposição salarial não é objeto suscetível de apreciação pelo judiciário. Sobretudo, quando se pretende alterar a sua estrutura, sem o entendimento das partes."

CLÁUSULA SEGUNDA -

"Aumento salarial de 6% (seis por cento), a título





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

título de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto de 1985, na forma da cláusula anterior."

Concordamos em parte. O aumento deve ficar em torno de 2%.

CLÁUSULA TERCEIRA -

"Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 23.02.85, e, aos admitidos a partir de 01.03.85 a proporcionalidade de 1/6 de tais benefícios por mês trabalhado."

Concordamos. Muito embora seja repetição da norma pertinente.

CLÁUSULA QUARTA -

"Manutenção de piso salarial para os integrantes da categoria à razão de 2 (dois) salários mínimos."

Não houve piso salarial. Deve ser indeferida.

CLÁUSULA QUINTA -

"Reembolso, mediante relatório de despesas, dos empregados que utilizem transporte coletivo para o exercício de suas funções, desde que não oferecida condução própria pelas empresas."

Não foi aceita no DC anterior (cláusula 14). Sem amparo.

CLÁUSULA SEXTA -

"Quando o empregado utilizar veículo próprio para executar seu trabalho a empresa lhe pagará o consumo de combustível, à razão de divisão do preço do litro de gasolina por 7 (sete) a taxa rodoviária única (TRU) e o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT). Arcará ainda com a reparação de danos resultantes de acidentes não causados pelo empregado por culpa ou dolo."

A categoria tem como orientação salarial o pagamento por unidade de obra. Assim, podem os vendedores receber uma comissão maior responsabilizando-se pelas despesas com o transporte coletivo ou particular, ou receber comissões menores e a empresa responsabilizar-se pelas despesas, inclusive diárias. A heterogeneidade da situação obriga a deixar para cada caso concreto, o estabe-





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

o estabelecimento das condições.*

Pelo indeferimento.

CLÁUSULA SÉTIMA -

"Descumprido o art. 459 e seu parágrafo, da CLT, afere juros de mora e correção monetária pelas ORTNs, pagarão a empresas inadimplentes aos seus empregados multa diária correspondente a 20% sobre o salário de referência vigente ao tempo da infração."

A regra do art. 459 deve ser conjugada com a orientação da Lei 3.207. Somos pelo indeferimento.

CLÁUSULA OITAVA -

"Quando a parte variável da remuneração consistir em prêmio mediante cotas de vendas ou outros objetivos pretendidos pela empresa, ficará esta obrigada a fixar previamente um critério a ser observado pelo empregado, que passará a ser alterável por mútuo consentimento e desde que não traga prejuízos ao empregado."

Cláusula complexa e de difícil aplicação, no caso concreto.

CLÁUSULA NOVA -

"O pagamento de comissões e prêmios contratualmente ajustados será feito mensalmente, a partir do mês subsequente ao do faturamento, obrigando-se as empresas ao fornecimento de um demonstrativo das vendas realizadas e das comissões creditadas ou pagas aos seus empregados."

A citada Lei 3.207, disciplina o prazo para pagamento das comissões. E a cláusula não apresenta as razões de fato e de direito para a alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA -

"Na hipótese de substituição, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário da função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou, inerentes ao cargo efetivo."

Concordamos, é a orientação seguida por esse Mg. Tribunal, noutros julgamentos.

131
8
122
C





132
123

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA -

"Os empregados admitidos para as funções de outros cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa farão jus ao salário da função, sem a consideração de vantagens pessoais. Não será permitida a classificação de cargos diferentes para o exercício da mesma função, como propagandista júnior, propagandista e propagandista senior, à exceção das empresas que já tiveram empregos seriados, devidamente registrados no Ministério do Trabalho."

Ninguém poderá prever, que uma empresa possa adotar os critérios não aceitos pela cláusula e que sejam mais favoráveis ao empregado.

Preferimos rejeitá-la.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA -

"Os empregados que exercitarem serviços de cobrança terão a respectiva remuneração por tal serviço ajustada à margem da remuneração normal."

Atualmente, as empresas estão exigindo que os vendedores se responsabilizem pelas cobranças das vendas que realizem. A cláusula obrigaria a empresa a fixar a remuneração pela cobrança. Nada mais justo.

Acontece que não temos condições de criar a modalidade de pagamento. Como seria ele? Um valor fixo, o mesmo percentual das comissões?

Acreditamos que o vendedor deva receber pelo montante de títulos cobrados durante o mês, o mesmo percentual fixado para as comissões. Este o acréscimo à cláusula.

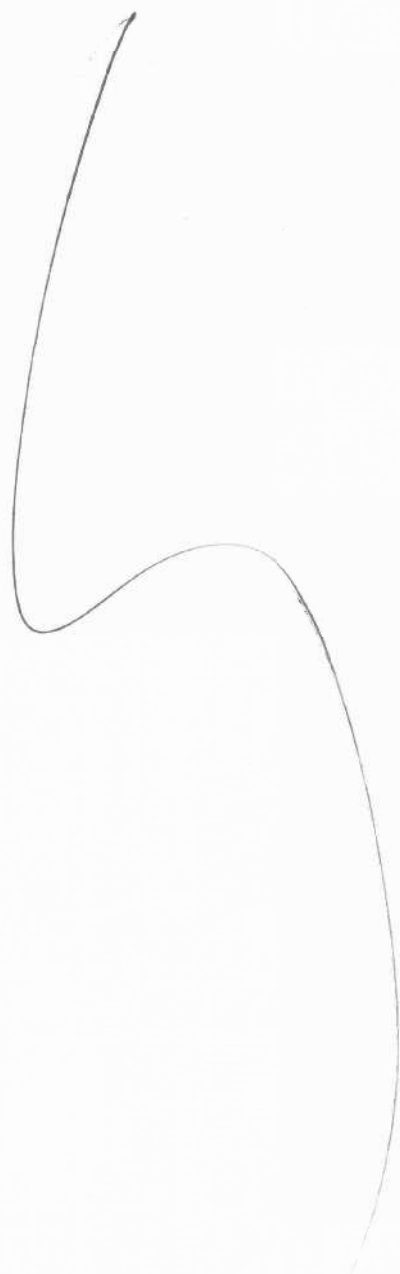
CLÁUSULAS DE GARANTIA:

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA -

"Garantia à gestante de permanência no emprego, ou do pagamento dos correspondentes salários, até 3 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão, ou de acordo celebrado perante o Sindicato."

Cláusula já reconhecida por esse Mg. Tribunal. Tem respaldo em C.F.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA -





CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA -

a "Garantia ao vitimado por acidente de trabalho de permanência no emprego ou do pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato."

Conquistada pela classe, já deferida anteriormente por esse E. Tribunal.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA -

"Complementação, uma única vez e até 90 (noventa) dias, dos salários líquidos dos empregados afastados por doença ou acidente de trabalho, desde que estejam na empresa há mais de 90 (noventa) dias."

Insusceptível de deferimento, sem a concordância dos suscitados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA -

"Os empregados que estudarem em escolas oficiais ou reconhecidas terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento a provas ou exames escolares desde que a comunicação seja feita à empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e façam comprovação posterior de sua realização."

Pelo indeferimento. Se há exame escolar, no horário de trabalho, haverá também aula durante o mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA -

"Garantida uma zona de trabalho ao empregado, fará este jus às comissões ou prêmios de tais vendas, ainda que realizadas por outro empregado, ou diretamente pela empresa. Equipara-se à zona de trabalho, para todos os fins, a atribuição de clientela específica ao empregado. Excetuam-se as vendas decorrentes de licitação pública, desde que o empregado não tenha dela participado."

Concordamos com a cláusula, excluindo-se a expressão: "Equipara-se a zona de trabalho, para todos os fins, a atribuição de clientela específica ao empregado". O prêmio, nada mais é do que um acréscimo de comissões. Se foi assegurada como exclusiva, não poderá haver outro vendedor.

4

1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA -

"O empregado que tenha mais de 10 (dez) anos na empresa, e que por ela seja demitido, faltando até 24 (vinte e quatro) meses para sua aposentadoria, terá suas contribuições ao INPS recolhidas pela empresa, com base no último salário percebido e devidamente reajustado, enquanto não conseguir outro emprego, e até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses."

Sem qualquer amparo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETE -

"A semana dos empregados representados pelo suscitante será de 5 (cinco) dias de trabalho, de segunda a sexta-feira, passando a serem pagas ou compensadas com o equivalente a uma diária as reuniões convocadas pelas empresas para os sábados."

Não há justificção máxima em se tratando de categoria profissional que, geralmente, não se submete a controle de frequência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA -

"Os empregados que receberem, na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contrato escrito."

Nada mais justo. A cláusula postula a inserção na CIPS, quando houver pagamento, em percentuais diferentes para comissões e prêmios.

CLÁUSULAS REFERENTES À RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA -

"Na hipótese de rescisão, por justa causa, do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida sob pena de ser considerada imotivada a dispensa."

Orientação que vem sendo seguida por esse modo de produção normativa. Sobretudo, para minimizar os malefícios da despedida arbitrária. Concordamos.

125

102





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA -

"Rescindido o contrato, deverá pagar a empresa ao empregado os respectivos títulos no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado, e de 20 (vinte) dias, na hipótese de aviso prévio trabalhado, a partir do último dia trabalhado, sob pena de pagar ao empregado, por dia acrescido, multa equivalente a 01 (um) dia de salário por dia excedente dos prazos fixados."

Excluimos a expressão "e de 20(vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado". No mais, outras categorias veem conquistando esse direito, através dos processos negocial e jurisdicional de produção normativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA -

"Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena de pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo."

A lei já atribui sanções para o caso. Discordamos.

CLÁUSULAS DE NATUREZA SINDICAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA -

"Os diretores sindicais gozarão de licença remunerada para participação em congressos, cursos, conferências, reuniões e seminários de interesse sindical, até o máximo de 15 (quinze) dias, com prévia comunicação às empresas."

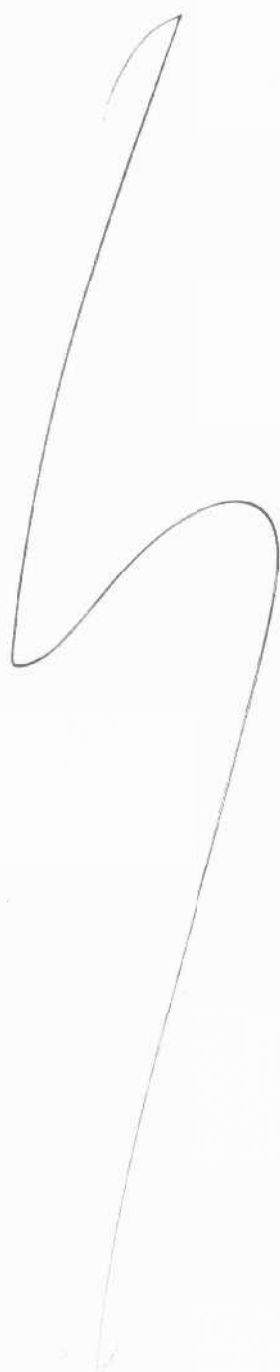
Não aceitamos. É muito abrangente o elenco de eventos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA -

"Em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas."

A estabilidade é atribuída ao dirigente sindical eleito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA -





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA -

"As empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprias reconhecem a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços, aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social."

Concordamos, apenas, com a seguinte parte da cláusula: "As empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprias reconhecem a validade dos atestados médicos fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações especiais."

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA -

"A taxa de expediente, cobrada quando das homologações e rescisões do contrato de trabalho, em favor do Sindicato Suscitante, é fixada em valor correspondente a 3% (três por cento) sobre o salário mínimo."

Matéria alheia ao Dissídio. Insuperável de apreciação. Basta o desconto assistencial.

CLÁUSULA PERTINENTE AO DISSÍDIO.

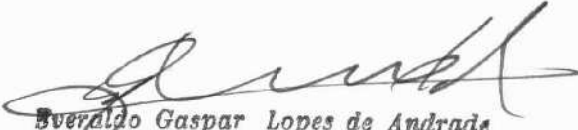
CLÁUSULA TRIGÉSIMA -

"O presente Dissídio abrange os empregados vendedores, vendedores viajantes, propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos das empresas representadas pelos suscitados."

Sempre foi a nossa opinião. O âmbito material de validade na norma coletiva não guarda correspondência limitativa aos empregados ^{que participaram} de sua elaboração ou que se fizeram representar. São destinatários da norma todos os empregados, no âmbito, ou seja, na base territorial do sindicato.

Concordamos.

Recife, 30/agosto/1985


Beraldo Gaspar Lopes de Andrade
Procurador da Justiça do Trabalho

dvf/

129

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 4ª Região
Nesta data, recebidos estes autos do Procurador
GENERAL DO CASPAR DE ANDRADE,
Promotor do Trabalho Regional do Trabalho,
Recife, 11 de 09 de 1985



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

124
C

Devolvidos, nesta data, pela Procuradoria, faço
os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz Presidente.

Recife, 11, 09, 85

137
H

PI Diretor Geral da Secretaria

À distribuição

Recife, 16, 9, 85

Presidente

Sorteado Relator o Sr. Juiz **JUIZA THEREZA LAFAYETTE BITU**
Revisor o Sr. Juiz **JUIZ PAULO BRITTO**

Recife, 16, 9, 85

Presidente

A Soute Procuradoria,
em vista das pre-
liminares.

Recife, 26/09/1985.

Thereza Lafayette Bitu

~~Visto, ao Sr. Revisor.~~

~~Recife, 1, 1, 1~~

~~Relator~~

~~Visto, à Secretaria.~~

~~Recife, 1, 1, 1~~

~~Revisor~~

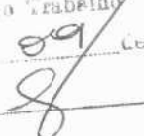
~~Em pauta.~~

~~Recife, 1, 1, 1~~

~~Presidente~~

130

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 6.ª Região
Nesta data, foram juntados autos do Tribunal Pe-

gual do Trabalho
Recife, 28 de 09 de 1985


Entregue nesta data o presente por

Procurador Everaldo Gasper
Recife, 30 de 09 de 1985





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

138/12
129
129

RECE - DE 19/10/85

SUSCITANTES : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIATANTES DO
COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS-VEICULADORES E VENDEDORES DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUSCITADO : SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE
PERNAMBUCO E OUTROS (15)
PROCEDÊNCIA : RECIFE - PE

Parecer

1. Solicitam os suscitados, em primeiro lugar, o in
deferimento da petição inicial, por falta de prévia negociação.

Discordamos.

Nonobstante possibilidade de conciliação as partes
usarem dessa prerrogativa. Inclusive, para desistir da ação, como
fizeram os bancários.

2. Não cabe indeferimento da petição inicial, pelo
fato de o suscitante haver solicitado reajuste salarial.

A propósito mantemos os argumentos contidos às
fls. 120 dos autos.

Recife, 1/outubro/1985

Evandro Caspar Lopes de Andrade
Procurador da Justiça do Trabalho

dvf/

131

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região
Nesta data recebidos estes autos do Procurador
EVERALDO GASPARI DE ANDRADE,
remeto ao Tribunal Regional do Trabalho.
Recife, 03 de 10 de 1985
ey

CONCLUSÃO

NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS

AO SR. JULI RELATOR

RECIFE, 03 DE outubro DE 1985.

Alan
p/ Diretora do Serviço de Processos

RECEBIDOS NESTA DATA
RECIFE, 03/10/85

W. S.
Assessor

Visto, ao Sr. Revisor:

Recife, 21-10-85
Michereza da Lagella Brito
RELATOR

Visto, à Secretaria
Recife, 30.10.85

Paulo Brito



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85

CERTIFICO que, em sessão ordinária hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz Clóvis Valença,
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes Thereza Lafayette Bitu (Relatora), Paulo Britto (Revisor),
Gondim Filho, Francisco Fausto, Edgar Lacerda, Milton Lyra, Irene
Queiroz, Sá Barreto, Francisco Solano, Jozil Barros, Valmir Lima
e Ramiro Oliveira resolveu o Tribunal,
Pleno, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento
do dissídio por inobservância do disposto no artigo 616, § 4º da
CLT, argüida pelos suscitados; por unanimidade, não conhecer como-
preliminares as alegações de obrigatoriedade de correção salarial
semestral, independente de negociação e sentença normativa em dis-
sídio e de inépcia da inicial, dos suscitados. MÉRITO: julgar proce-
dente em parte o presente dissídio a fim de que produzam seus ju-
rídicos efeitos, nas seguintes bases: Cláusula 1ª: por unanimidade,
deferir em parte a presente cláusula para conceder à categoria -
profissional o reajuste semestral em vista da legislação atual -
pertinente; Cláusula 2ª: por unanimidade, deferir em parte a reivin-
dicação de fls. para conceder aos integrantes da categoria pro-
fissional um aumento salarial de 4% (quatro por cento) a títu-
lo de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto -
de 1985; Cláusula 3ª : por unanimidade, de acordo com o parecer-
da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula a fim de de-
terminar a aplicação do aumento em razão do índice do INPC e da
produtividade aos empregados admitidos até 28.02.85 e, aos admi-
tidos a partir de 01.03.85 a proporcionalidade de 1/6 (um sexto) de
tais benefícios por mês trabalhado; Cláusula 4ª: por unanimidade,

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

20-20/82

Ordinária

Atos de Valença

Theresa Lacerda Lima (Neto), Paulo Lacerda (Neto),
son, Gaudin Filho, Francisco Neto, Miguel Lacerda, Lívion Lira, Lívion
de Freitas, de Freitas, Francisco Neto, José Carlos, Valmir Lima
e Renato Oliveira
Isto, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento
do direito por incompetência do disposto no artigo 41, § 4º da
LIT, artigo pelos suscitados por unanimidade, não conhecer como-
ordinárias as alegações de incompetência de competência salarial
perante, independentemente de negociação e sentença normativa em dis-
tribuição e de hipótese de inicial, suscitados, LIT: para proce-
derem em parte o presente distribuído a fim de que procurem suas ju-
risdições e, em seguida, passas: Ordinária 1: por unanimidade,
rejeitar em parte a presente ordinária para conceder a categoria -
profissional e reajuste necessário em vista da legislação atual -
permanente: Ordinária 2: por unanimidade, rejeitar em parte a reivin-
dição de 15% para conceder aos integrantes da categoria pro-
fissional um aumento salarial de 4% (quatro por cento) a 15%
de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto -
e 1987: Ordinária 3: por unanimidade, de acordo com o parecer-
da Procuradoria Regional, rejeitar a presente ordinária a fim de se
determinar a aplicação de aumento em razão do índice de INPC e da
produtividade nos exercícios anteriores até 30.03.82 e, nos meses
de 01.03.82 a 30.03.82, a produtividade de 1% (um sexto) de
para benefícios por mês trabalhado: Ordinária 4: por unanimidade,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85 - fls.02.

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida ;
Cláusula 5ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procura-
radoria Regional, indeferida; Cláusula 6ª : por unanimidade, de
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláu-
sula 7ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procurado-
ria Regional, indeferida; Cláusula 8ª : por unanimidade, de -
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláu-
sula 9ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procurado-
ria Regional, indeferida ; Cláusula 10ª : por unanimidade, de
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivin-
dicação de fls. para estabelecer que na hipótese de substitui-
ção, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure
mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao
salário da função do substituído sem a consideração das vanta-
gens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo; Cláusula 11ª: por
unanimidade, deferir em parte a presente cláusula na conformida-
de da cláusula preexistente: "Garantia ao empregado admitido pa-
ra a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido
por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem con-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida ;
Cláusula 5ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procur-
 adoria Regional, indeferida ; Cláusula 6ª : por unanimidade, de
 acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida ; Cláu-
sula 7ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procurado-
 ria Regional, indeferida ; Cláusula 8ª : por unanimidade, de -
 acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida ; Cláu-
sula 9ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procurado-
 ria Regional, indeferida ; Cláusula 10ª : por unanimidade, de
 acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferida a reativa-
 ção de 11a. para estabelecer que na hipótese de substitui-
 ção, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure
 mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao
 salário de função do substituído sem a consideração das vantagens
 pecuniárias ou inerentes ao cargo efetivo ; Cláusula 11ª : por
 unanimidade, deferida em parte a presente cláusula na conformidade
 de as cláusulas preexistentes : "Garantia ao empregado admitido pa-
 ra a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido
 por iniciativa da empresa, do menor salário de função, sem con-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT -
DC-20/85 - fls.03

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
sideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de car-
gos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Junior
e Propagandista Senior. As empresas que já tiverem implanta-
do tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substi-
tutos na categoria inicial da função"; Cláusula 12ª: por unani-
midade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, inde-
ferida; Cláusula 13ª : por unanimidade, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula para ga-
rantia à gestante de permanência no emprego, ou do pagamento -
dos correspondentes salários, até 03 (três) meses após o parto-
ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas pela comissão -
de falta grave, pedido de demissão ou de acordo celebrado peran-
te o Sindicato; Cláusula 14ª : por unanimidade, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do
suscitante a fim de garantir ao vitimado por acidente de traba-
lho a permanência no emprego ou o pagamento de salários equiva-
lentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60
(sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adi-
cional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido,
por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato; Cláu-

Sala das sessões, de de

Nos termos da Lei, em conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei nº 1.190/64, a Comissão de Administração do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, resolve:

1º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

2º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

3º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

4º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

5º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

6º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

7º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

8º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

9º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.

10º - Aprovar o Regulamento de Administração do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 1964, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.190/64, e pelo Decreto nº 1.191/64.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85 - fls.04.

142
153

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
residência do Exmo. Sr. Juiz
a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
sula 15ª: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula
nos seguintes termos: "As empresas representadas pelos sindicatos
complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias,
os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo
de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias,
ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho.
Complementarão elas, outrossim, o 13º salário, nos mesmos
termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou
acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de
180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a
dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente";
Cláusula 16ª: por maioria, deferir em parte a
reivindicação de fls. nos seguintes termos: "Os Empregados -
que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas -
as faltas resultantes do comparecimento à provas pertinentes -
desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham,
seja feita com antecedência de 72 horas e façam comprovação posterior
da realização", contra o voto dos Juízes Francisco Fausto,
Edgar Lacerda, Sá Barreto, Joezil Barros e Valmir Lima que

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Art. 1º: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula nos seguintes termos: "As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos empregados afastados por motivo de doença e que estejam nelas há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 1º salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltas injustificadamente ou seja punido de suspensão disciplinar"; Cláusula 10ª: por maioria, deferir em parte a reivindicação de 11a. nos seguintes termos: "Os empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento à provas pertinentes, desde que a comunicação necessária às empresas onde trabalham, seja feita com antecedência de 72 horas e façam comprovação por meio de realização", contra o voto dos Senhores Francisco Tavares, Edgar Lacerda, Ed. Barreto, Joséil Barreto e Valmir Lima que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT DC-20/85 - fls.05.

143
134

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes resolveu o Tribunal,

a deferiam como postulada; Cláusula 17ª : por unanimidade, de -
ferir em parte a reivindicação de fls., nos seguintes termos :
"Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona
de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obri-
gada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações
efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrên-
cia e licitações públicas e desde que nelas não haja o emprega-
do participado"; Cláusula 18ª : por unanimidade, de acordo com
o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 19ª :
por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regio-
nal, indeferida; Cláusula 20ª : por unanimidade, de acordo com
o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente reivin-
dicação para determinar que os empregados que receberem na par-
te variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em
razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes, terão tais -
percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profis-
sionais ou em contrato escrito; Cláusula 21ª : por unanimidade,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a pre-
sente reivindicação para estabelecer que na hipótese de rescí-

Certifico e dou fé.
Sala das sessões, de de
.....
Secretário do Tribunal

12-20/62 - 12-25

a deferir como postulado; Claudia 12 : por unanimidade, de-
terir em parte a reivindicação de 12-25, nos seguintes termos :
"Quando a empresa estabelecer, ainda que facilmente, uma zona
de trabalho ou uma relação de clientes no emprego, fica cri-
gada a satisfação das condições de trabalho e de remuneração
estabelecidas por outro emprego, salvo a hipótese de concorrên-
cia e participação; Claudia 13 : por unanimidade, de acordo com
o parecer da Procuradoria Regional, indeferir a presente reivin-
dicação para determinar que as empregadas que receberam na por-
ta variável, percentuais diferentes de salários, sejam tratadas
também dos produtos variáveis, ou percentuais de salários, de acordo com
o parecer da Procuradoria Regional, indeferir a presente reivin-
dicação de em contrato escrito; Claudia 14 : por unanimidade,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a pre-
sente reivindicação para estabelecer que na hipótese de rescis-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85 - fls.06.

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
são por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá -
informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena
de ser considerada imotivada a dispensa; Cláusula 22ª: por una-
nimidade, deferir em parte a presente cláusula nos moldes da
já preexistente: " Liquidação de débito em razão de rescisão-
do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipóte-
se de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipó-
tese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites do
prazo acima referidos, as empresas representadas pelos Suscita-
dos pagarão aos empregados, dispensados ou cujos contratos ha-
jam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez -
por cento) do maior valor de referência vigente no país"; Cláu-
sula 23ª: por unanimidade, deferir a presente cláusula nos se-
guintes termos: " Ainda rescindido o contrato, a baixa da Car-
teira Profissional do empregado, será dada até 15 (quinze) dias
após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um)
dia de salário por dia excedente de tal prazo; § Único: Caso -
não entregue o empregado sua CTPS para baixa no dia do desliga-
mento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega-
ao Ex-empregador"; Cláusula 24ª : por unanimidade, de acordo -
Certifico e dou fe.

Sala das sessões, de de

ção por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá -
informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena
de ser considerada inexistente a dispensa; Cláusula 23ª: por uma
motivação, deferir em parte a presente cláusula nos moldes da
presente: "liquidação de débito em razão de rescisão
do contrato de trabalho, prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese
de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese
de aviso prévio trabalhado. O empregado não poderá ser
pedido sem a realização, as empresas representadas pelos sindicatos
dos empregados, dispensados ou cujos contratos não
sejam rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez
por cento) do maior valor de referência vigente no país"; Cláusula 24ª: por unanimidade, deferir a presente cláusula nos seguintes termos: "Ata de rescisão do contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado, será dada até 15 (quinze) dias após o término do trabalho, sob pena de pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo; 2º Único: Caso não entregue o empregado sua CTPS para baixa no dia de desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data de entrega ao empregador"; Cláusula 25ª: por unanimidade, de acordo -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85 - fls.07.

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 25ª:
por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regio -
nal, deferir a reivindicação de fls. a fim de determinar que, em
cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um De
legado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no
emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empre -
sas; Cláusula 26ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da -
Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. para de-
terminar que as empresas representadas pelos Suscitados afixarão
em quadro de avisos as publicações, correspondências e comunica-
ções do Sindicato aos seus empregados; Cláusula 27ª : por maio -
ria deferir a presente cláusula para determinar que as empresas-
que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprios
reconheçam a validade dos atestados fornecidos pelos serviços mé
dicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emer
genciais. As que não possuam tais serviços aceitarão incondicio
nalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou -
não dos médicos da Previdência Social, vencidos os Juízes Revi -
sor e Ramiro Oliveira que a indeferiam; Cláusula 28ª: por unani-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

12-20/85 - 11a.07.

com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 25ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de 11a. a fim de determinar que, em cada empresa seja eleito pelo menos um representante sindicalizado no âmbito sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas; Cláusula 26ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de 11a. para determinar que as empresas representadas pelos Sindicatos afixem em quadro de avisos as publicações, correspondências e comunicações do Sindicato nos seus estabelecimentos; Cláusula 27ª: por maioria, deferir a presente cláusula para determinar que as empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprias reconheçam a validade das atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuem tais serviços deverão indenizar os membros tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social, variação de 100% (cem por cento) e limite inferior que a indenização; Cláusula 28ª: por maioria.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-20/85 - fls.08.

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, inde-
ferida; Cláusula 29ª : por unanimidade, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação dos Suscitan-
tes para estabelecer que as empresas representadas pelos Susci-
tados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento uma única
vez sobre os salários de agosto de 1985 a título de contribuição
assistencial, devendo dita contribuição ser recolhida à Tesoura-
ria do Sindicato Suscitante, mediante recibo próprio; Cláusula -
30ª : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria -
Regional, deferir a presente cláusula para determinar que o pre-
sente Dissídio Coletivo abrange os empregados vendedores, vende-
dores-viajantes, propagandistas, propagandistas-vendedores e ven-
dedores de produtos farmacêuticos das empresas representadas pe-
los suscitados; Cláusula 31ª : por unanimidade, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional - " O prazo de vigência do pre-
sente Dissídio Coletivo é de 12(doze) meses, de 01.08.85 a 31.07.
86". Custas pelos suscitados calculadas sobre 20(vinte) valo-
res de referência.

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, 21 de 11 de 1985.

Guilherme Carlos de Araújo Lima
Secretário do Tribunal Pleno.

AD SR JUIZA Jhe 12/042

RF

Secretaria do Tribunal
TRT - 6ª Região

RECEBIDOS NESTA
RECIFE, 27/11/85

VKS
Assessor

Nesta data devolvo os presentes autos à Secretaria do Tribunal, com o acórdão devidamente datilografado e assinado.

Recife, 10 / 12 / 85

Ma. Rosalia C. Wanderley
Secretária Especializada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 5ª REGIÃO

1147
101
134
[assinatura]

R E C E B I M E N T O

Recebidos nesta data.

Re. 12 DEZ 1985

Veras
Chefe do Setor de Publicações
de Acórdãos

J U N T A D A

Nesta data faço juntada a estes autos, do acórdão que se segue.

Re. 12 DEZ 1985

Veras
Chefe do Setor de Publicações
de Acórdãos

140

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

Suscitante: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDO-
RES e VIAJANTES DO COMÉRCIO, PRO-
PAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDE-
DORES e VENDEDORES DE PRODUTOS FAR-
MACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBU-
CO.

Suscitado: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊU-
TICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO e
OUTROS (15)

ACÓRDÃO: Ementa: A correção salarial semestral é obrigatória.
Independente de negociação e de sentença norma-
tiva em dissídio coletivo, conforme determi-
na o art. 3º da Lei nº 7.238/84.

Vistos etc.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIA-
JANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES e VENDEDORES DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO suscitou o presen-
te Dissídio Coletivo, contra o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊU-
TICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTROS (15), pleiteando, entre
outras vantagens inseridas nas Cláusulas 1ª a 30ª, reajuste do
INPC à base de 100% (cem por cento); acréscimos produtividade no
percentual de 6% (seis por cento); extensão do aumento resultan-
te do INPC e da produtividade; do piso salarial, etc.

Foram observadas as formalidades legais.

Contestando, fls. 61/69, arguiram os Suscita-
dos, preliminar de inépcia da inicial com a conseqüente extinção

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 02

Acórdão — Continuação —

do processo sem julgamento do mérito, argumentando que não houve negociação prévia na esfera administrativa e que inexiste fundamento jurídico para o pedido de aplicação abrangente do INPC.

No mérito, alegam que improcedem as reivindicações dos Suscitantes.

Constam dos autos, fls. 108/118, cópia do Recurso Ordinário interposto para o Colendo TST, pedido de efeito suspensivo e despacho concessivo, referente ao Dissídio Coletivo anterior.

A D^ota Procuradoria, em parecer às fls. 120/136, opina pela rejeição das preliminares e pelo provimento parcial do Dissídio Coletivo.

É o relatório.

V O T O:

I. Os Suscitados do presente DC arguem várias preliminares, entendendo que o presente DC deve ser indeferido.

1ª) "Por inobservância do disposto no art. 616, §4º da CLT, desde que inexistiu tentativa de negociação prévia na esfera administrativa."

Voto: Rejeito a preliminar. Não se trata de 1ª DC da categoria e a negociação referenciada é dispensável, conforme jurisprudência dominante nas Cortes Trabalhistas.

2ª) "Porque vem expresso no art. 3º da Lei nº 7.238/84 (que substituiu a precitada Lei nº 6.708/79) está claro que a correção salarial semestral é obrigatória, independente de negociação e muito menos de sentença normativa em dissídio coletivo."

Voto: Não conheço a presente matéria como preliminar. Matéria que é mérito do DC.

3ª) "Não havendo fundamento jurídico para tal pedido (fixação da correção obrigatória em sentença normativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

141
Cassio
M

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 03

Acórdão — Continuação —

mediante aplicação do INPC na sua totalidade), os Suscitados, mais uma vez, como preliminar, requerem que o 6º TRT decrete a extinção do processo, sem julgamento do mérito, pois inépta é a inicial (art. 295, I, §Único, III, 267, I e IV, e 329 do CPC)."

Não conheço a presente matéria como preliminar, desde que se trata de mérito do DC.

Mérito:

Cláusula 1ª

"Confirmação do reajuste previsto pela Lei nº 6.708/79 (INPC), à base de 100% (cem por cento), aplicável nos meses de agosto de 1985 e fevereiro de 1986, além da parte fixa, sobre ajuda de custo, quantias fixas por unidades vendidas, quantias fixadas por duplicatas cobradas e prêmios fixos de produção".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento da presente cláusula.

VOTO: Indefiro a cláusula, como solicitada. Ela não tem amparo na Lei nº 7.238/84 - que fixa os critérios a serem observados para a correção semestral dos salários. Ademais, o pleito abrange a aplicação do reajuste sobre a parte móvel - comissão percentuais de cobrança de duplicatas, etc. - e até de ajuda de custo. A presente cláusula foi indeferida no DC anterior. Todavia sendo indeferida totalmente a presente cláusula, ficará a Categoria Profissional com DC sem menção ao reajuste semestral, divergindo o posicionamento do adotado por este Tribunal em relação a outras categorias, em seus respectivos Dissídios Coletivos.

Defiro a cláusula, em parte, concedo o reajuste semestral tendo em vista a legislação atual pertinente.

Cláusula 2ª

"Aumento salarial de 6% (seis por cento), a

142

• **Prevalence** – the proportion of the population with a disease at a particular point in time



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

142
C 151
M

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 04

Acórdão — Continuação —

título de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto' de 1985, na forma da cláusula anterior".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento em parte, da presente cláusula, textual: "O aumento deve ficar em torno de 2%".

VOTO: De princípio, a presente cláusula encontra-se, em parte, prejudicada. O pleito prende-se ao aumento, tendo em vista a cláusula anterior. A cláusula anterior não foi concedida como solicitada. Assim, a diferenciação.

Defiro, em parte, a cláusula de aumento à base de 4% (quatro por cento), desde que o Egrégio TST homologou acordo em DC com o percentual ora determinado, todavia, a ser aplicado tendo em vista a fundamentação da cláusula anterior.

Cláusula 3ª

"Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 28.02.85, e aos admitidos a partir de 01.03.85, a proporcionalidade de 1/6 de tais benefícios por mês trabalhado".

A Procuradoria Regional concorda com a presente cláusula e foi deferida no DC anterior.

Defiro-a, trocando porém a palavra "extensão", por "aplicação".

Defiro a presente cláusula de acordo com a Doutra Procuradoria.

Cláusula 4ª

"Manutenção de piso salarial para os integrantes da categoria à razão de 02 (dois) salários mínimos".

A Procuradoria opina pelo indeferimento.

VOTO: Não existe piso salarial. A cláusula foi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

143
F. 52
M

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 05

Acórdão — Continuação —

indeferida no DC anterior.

Indefiro a cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 5ª

"Reembolso, mediante relatório de despesas, dos empregados que utilizam transporte coletivo para o exercício de suas funções, desde que não oferecida condução própria pelas empresas".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento da presente cláusula.

VOTO: Esta cláusula foi indeferida no DC anterior. Ela não tem amparo legal.

Indefiro a presente cláusula de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 6ª

"Quando o empregado utilizar veículo próprio para executar seu trabalho, a empresa lhe pagará o consumo de combustível, à razão da divisão do preço do litro de gasolina por 07 (sete), a Taxa Rodoviária Única (TRU) e o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias (DPVAT). Arcará ainda com a reparação de danos resultantes de acidentes não causados pelo empregado por culpa ou dolo".

Diz a Procuradoria:

"A categoria tem como orientação salarial o pagamento por unidade de obra. Assim, podem os vendedores receber uma comissão maior, responsabilizando-se pelas despesas com o transporte coletivo ou particular, ou receber comissões menores e a empresa responsabilizar-se pelas despesas, inclusive diárias. A heterogeneidade



UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR
BUREAU OF LAND MANAGEMENT

WASH., D.C. 20250

10/1/55

EMERANCO

TO: Mr. J. Edgar Hoover, Director, Federal Bureau of Investigation, Washington, D.C.

FROM: Mr. [Name], [Title], [Agency]

SUBJECT: [Subject]

Reference is made to your letter of [Date] regarding [Subject].

The following information is being furnished to you for your information:

[Detailed body text of the letter, which is mostly illegible due to the quality of the scan.]

Very truly yours,

[Signature]

[Name]

Enclosed for you are [Number] copies of [Document Name].

Very truly yours,

[Signature]

[Name]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

144
153
M

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 06

Acórdão — Continuação —

da situação obriga a deixar para cada caso concreto, o estabelecimento das condições. Pelo "indeferimento".

VOTO: Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 7ª

"Descumprido o art. 459 e seu parágrafo, da CLT, afóra juros de mora e correção monetária pelas ORTNs, pagarão as empresas inadimplentes aos seus empregados, multa diária correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário de referência vigente ao tempo da infração".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento da presente cláusula.

VOTO: O descumprimento da presente cláusula tem sanções próprias dispostas em lei.

Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 8ª

"Quando a parte variável da remuneração consistir em prêmios mediante cotas de vendas ou outros objetivos pretendidos pela empresa, ficará esta obrigada a fixar previamente um critério a ser observado pelo empregado, que passará a ser alterável por mútuo consentimento e desde que não traga prejuízos ao empregado".

A Procuradoria Regional entende ser a presente cláusula complexa e de difícil aplicação.

VOTO: Existe o art. 444 da CLT que atende ao sentido do que pretendem os Empregados. Na verdade, como diz a Douta Procuradoria, a cláusula é complexa e de difícil aplicação.

1. O presente documento é de propriedade da

2. e deve ser devolvido ao remetente após o uso.

3. Não é permitida a reprodução ou a distribuição

4. sem a autorização expressa do remetente.

5. Este documento contém informações confidenciais.

6. Qualquer violação das condições de uso será

7. considerada uma infração das leis aplicáveis.

8. O remetente não se responsabiliza por danos

9. decorrentes do uso indevido deste documento.

10. A validade deste documento é limitada ao prazo

11. estabelecido no ato da emissão.

12. O presente documento é emitido em conformidade

13. com as normas vigentes.

14. O remetente reserva-se o direito de alterar

15. as condições de uso sem aviso prévio.

16. Este documento é válido apenas para o uso

17. individual e não pode ser compartilhado.

18. O remetente não se responsabiliza por danos

19. decorrentes do uso indevido deste documento.

20. A validade deste documento é limitada ao prazo

21. estabelecido no ato da emissão.

22. O presente documento é emitido em conformidade

23. com as normas vigentes.

24. O remetente reserva-se o direito de alterar

25. as condições de uso sem aviso prévio.

26. Este documento é válido apenas para o uso

27. individual e não pode ser compartilhado.

28. O remetente não se responsabiliza por danos

29. decorrentes do uso indevido deste documento.

30. A validade deste documento é limitada ao prazo

31. estabelecido no ato da emissão.

32. O presente documento é emitido em conformidade

33. com as normas vigentes.

34. O remetente reserva-se o direito de alterar

35. as condições de uso sem aviso prévio.

36. Este documento é válido apenas para o uso

37. individual e não pode ser compartilhado.

38. O remetente não se responsabiliza por danos

39. decorrentes do uso indevido deste documento.

40. A validade deste documento é limitada ao prazo

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

145
1454
147

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 07

Acórdão — Continuação —

Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 9ª

"O pagamento de comissões e prêmios contratualmente ajustados será feito mensalmente a partir do mês subsequente ao do faturamento, obrigando-se as empresas ao fornecimento de um demonstrativo de vendas realizadas e das comissões creditadas ou pagas aos seus empregados".

A Procuradoria indefere a presente cláusula.

VOTO: A cláusula é desnecessária e altera a legislação pertinente (especialmente a Lei nº 3.207, específica) - (art. 459, CLT).

Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 10ª

"Na hipótese de substituição, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário de função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo."

Diz a Procuradoria Regional: "Concordamos. É a orientação seguida por esse Egrégio Tribunal em outros julgamentos".

VOTO: Trata-se da hipótese da Súmula 159 do Egrégio TST.

Defiro a presente cláusula, de acordo com a Procuradoria Regional.

Cláusula 11ª

"Os empregados admitidos para as funções de

SECRET

TO: DIRECTOR, FBI (100-371097)

FROM: SAC, NEW YORK (100-100000)

SUBJECT: JAMES EARL RAY; AKA; C. 100-100000

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/10/68

FOR INFORMATION OF THE BUREAU, THE FOLLOWING IS A SUMMARY OF THE

INTERVIEW OF JAMES EARL RAY, CONDUCTED BY SA [REDACTED] ON 1/10/68.

RAY STATED THAT HE WAS BORN ON 5/21/28 IN MOBILE, ALABAMA.

HE STATED THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY DURING THE

WORLD WAR II PERIOD, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945. HE STATED THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY

FROM 1942 TO 1945, AND THAT HE WAS A MEMBER OF THE NAZI PARTY



PCDER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 08

Acórdão — Continuação —

outros cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, farão jus ao salário da função sem a consideração de vantagens pessoais. Não será permitida a classificação de cargos diferentes para o exercício da mesma função, como propagandista júnior, propagandista e propagandista senior, à exceção das empresas que já tiverem empregos seriados, devidamente registrados no Ministério do Trabalho".

A Procuradoria Regional indefere a presente cláusula.

VOTO: Em Dissídios Coletivos anteriores consta cláusula com o sentido da presente. Defiro-a em parte, porém nos termos da cláusula preexistente, textual:

"Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Junior e Propagandista Senior. As empresas que já tiveram implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função".

Cláusula 12ª

"Os empregados que exercitarem serviços de cobrança terão a respectiva remuneração por tal serviço ajustada à margem da remuneração normal".

Diz a Procuradoria Regional:

"Atualmente, as empresas estão exigindo que os vendedores se responsabilizem pelas cobranças

148

EM ERANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

156
147
fls. 09

Acórdão — Continuação —

das vendas que realizam. A cláusula obrigaria a empresa a fixar a remuneração pela cobrança. Nada mais justo.

Acontece que não temos condições de criar a modalidade de pagamento. Como seria ele? Um valor fixo, o mesmo percentual das comissões?

Acreditamos que o vendedor deva receber pelo montante de títulos cobrados durante o mês, o mesmo percentual fixado para as comissões. Este o acréscimo à cláusula".

VOTO: A presente cláusula não deve ser imposta. Empregado e Empregador livremente pactuam a elaboração dos serviços.

Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 13ª

"Garantia à gestante de permanência no emprego ou do pagamento dos correspondentes salários, até 03 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou de acordo celebrado perante o Sindicato".

Cláusula existente em Dissídios Coletivos anteriores.

VOTO: Defiro-a, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 14ª

"Garantia ao vitimado por acidente de trabalho de permanência no emprego ou do pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional "



Brasília, 15 de maio de 1967.

Senhor Ministro da Educação e Cultura,

Em resposta a Vossa Excia. de 14 de maio de 1967,

informo que o processo nº 1.234/67, em anexo, encontra-se em tramitação.

Atenciosamente,

Delegado da Comissão de Planejamento e Organização,

Ministério da Educação e Cultura.

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Em anexo, para Vossa Excia., o processo nº 1.234/67.

Respeitosamente,

Delegado da Comissão de Planejamento e Organização.

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Em anexo, para Vossa Excia., o processo nº 1.234/67.

Respeitosamente,

EM BRANCO

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Em anexo, para Vossa Excia., o processo nº 1.234/67.

Respeitosamente,

Delegado da Comissão de Planejamento e Organização.

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Em anexo, para Vossa Excia., o processo nº 1.234/67.

Respeitosamente,

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Em anexo, para Vossa Excia., o processo nº 1.234/67.

Respeitosamente,

Delegado da Comissão de Planejamento e Organização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 10

Acórdão — Continuação —

ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato".

VOTO: A presente cláusula é preexistente, foi deferida no DC anterior. Defiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 15ª

"Complementação, uma única vez e até 90 (noventa) dias, dos salários líquidos dos empregados afastados por doença ou acidente de trabalho, desde que estejam na empresa há mais de 90 (noventa) dias".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento da presente cláusula.

VOTO: Cláusula semelhante à presente foi deferida pelo DC 18/84 - cláusula 9ª - nos seguintes termos:

"As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 13º salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente".

Defiro em parte a presente cláusula, conforme a cláusula constante no DC anterior, acima transcrita.

Cláusula 16ª

"Os empregados que estudarem em escolas oficiais ou reconhecidas terão abonadas as faltas resultantes do compareci-

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

158
149
fls. 41

Acórdão — Continuação —

comparecimento a provas ou exames escolares, desde que a comunicação seja feita à empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e façam comprovação posterior de sua realização".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento.

VOTO: A presente cláusula foi indeferida no DC anterior. Ela é considerada inconstitucional pelo Colendo Supremo Tribunal Federal. Entendo-a justificável, todavia é preciso observar que se se trata de provas ou exames escolares, estes só acontecem no horário das aulas. E o estudante que trabalha, não terá provas em horário diferente. Há exceção para exames vestibulares.

Defiro a cláusula em parte, nos seguintes termos:

"Os Empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento às provas pertinentes desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham, seja feita com antecedência de 72 horas e façam comprovação posterior da realização".

Cláusula 17ª

"Garantida uma zona de trabalho ao empregado, fará este jus às comissões ou prêmios de tais vendas, ainda que realizadas por outro empregado, ou diretamente pela Empresa. Equipara-se à zona de trabalho, para todos os fins, a atribuição de clientela específica ao empregado. Excetua-se as vendas decorrentes de licitação pública, desde que o empregado não tenha dela participado".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento parcial com a exclusão do seguinte tópico: "Equipara-se à zona de trabalho, para todos os fins, a atribuição de clientela específica ao empregado".



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 12

Acórdão — Continuação —

VOTO: Com a exclusão proposta pela Douta Procuradoria, acolho a presente cláusula, sendo assim já preexistente, pois constante do DC anterior.

Defiro a cláusula em parte, nos seguintes termos:

"Quando a Empresa estabelcer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado".

Cláusula 18ª

"O empregado que tenha mais de 10 (dez) anos na empresa, e que por ela seja demitido, faltando até 24 (vinte e quatro) meses para sua aposentadoria, terá suas contribuições ao INPS recolhidas pela empresa, com base no último salário percebido e devidamente reajustado, enquanto não conseguir outro emprego, e até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses".

A Procuradoria Regional indefere a presente cláusula por falta de amparo legal.

VOTO: Indefiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 19ª

"A semana dos empregados representados pelo Suscitante será de 05 (cinco) dias de trabalho, de segunda a sexta-feira, passando a serem pagas ou compensadas com o equivalente a uma diária, as reuniões convocadas pelas empresas para os sábados".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimento da presente cláusula.

EM ERANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

150
151
fls. 18

Acórdão — Continuação —

VOTO: A jornada semanal de trabalho está fixada por lei. O pleito não tem apoio legal.

Indefiro a cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 20ª

"Os empregados que receberem na parte variável percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes, terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contrato escrito".

A Procuradoria Regional entende:

"Nada mais justo. A cláusula postula a inserção na CTPS, quando houver pagamento em percentuais diferentes para comissões e prêmios".

VOTO: Os empregadores insurgem-se fortemente contra a presente cláusula. Todavia não vislumbro a razão. O pleito prende-se ao mal, ao que acontece..

Defiro a presente cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 21ª

"Na hipótese de rescisão por justa causa, do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida sob pena de ser considerada imotivada a dispensa".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento da presente cláusula.

VOTO: Não vejo óbice maior ao deferimento da cláusula. Facílimo ao Empregador a comunicação pleiteada. Trata-se de cláusula preexistente.

Defiro a cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

SECRET

EM BRANCO

4. The fourth part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 18th of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.

5. The fifth part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 19th of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.

6. The sixth part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 20th of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.

7. The seventh part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 21st of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.

8. The eighth part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 22nd of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.

9. The ninth part of the document is a list of the names of the persons who were present at the meeting held on the 23rd of the month of January, 1950, at the residence of the Director of the Central Intelligence Agency, Washington, D.C.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

Acórdão — Continuação —

161
152
fls. 14

Procuradoria.

Cláusula 22ª

"Rescindido o contrato, deverá pagar a empresa ao empregado, os respectivos títulos no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias, na hipótese de aviso prévio trabalhado, a partir do último dia trabalhado, sob pena de pagar ao empregado, por dia acrescido, multa equivalente a 01 (um) dia de salário por dia excedente dos prazos fixados".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento em parte, da presente cláusula.

VOTO: A inteligência da presente cláusula já foi deferida em dissídios coletivos anteriores.

Defiro a cláusula em parte, nos termos da cláusula preexistente:

"Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites do prazo acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados, dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no país".

Cláusula 23ª

"Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um) dia de sa-

1. Objeto

2. Justificativa

3. Objetivos

4. Metodologia

5. Referências



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

Acórdão — Continuação —

469
153
fls. 15

salário por dia excedente de tal prazo".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimen-
to da presente cláusula. Todavia ela consta do DC anterior, sendo
conquista da categoria profissional. Defiro-a, acrescentando, ain-
da, o parágrafo único constante na cláusula preexistente:

"Caso não entregue o empregado sua CTFS, para'
baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a par-
tir da data da entrega ao Ex-empregador".

Cláusula 24ª

"Os diretores sindicais gozarão de licença re-
munerada para participação em congressos, cursos, conferências, '
reuniões e seminários de interesse sindical, até o máximo de 15
(quinze) dias, com prévia comunicação às empresas".

A Procuradoria Regional opina pelo indeferimen-
to da presente cláusula.

VOTO: Vislumbro na presente cláusula uma abran-
gência de pessoas e de direitos.

Indefiro a cláusula, de acordo com a Douta Pro-
curadoria.

Cláusula 25ª

"Em cada empresa será eleito pelos empregados'
sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilida-
de provisória no emprego, a que servirá de ligação entre o Sindie-
cato e as empresas".

VOTO: Acolho a cláusula. A estabilidade vai '
prender-se ao dirigente sindical eleito, o que é benéfico à fun-
ção ocupada.

Defiro a cláusula.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

153
154
155
156
fls. 16

Acórdão — Continuação —

Cláusula 26ª

"As empresas representadas pelos Suscitados afixarão em quadro de avisos as publicações, correspondências e comunicações do Sindicato aos seus empregados".

Houve concordância dos Suscitados.

Defiro a presente cláusula.

Cláusula 27ª

"As empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprias reconhecem a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços, aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento parcial da presente cláusula.

VOTO: Defiro a presente cláusula.

Cláusula 28ª

"A taxa de expediente, cobrada das homologações e rescisões de contrato de trabalho, em favor do Sindicato Suscitante, é fixada em valor correspondente a 3% (três por cento) sobre o salário mínimo".

Matéria alheia ao DC, diz a Procuradoria. Os Suscitados afirmam que "há inclusive determinação expressa do Ministro do Trabalho, proibindo a cobrança por parte do Sindicato".

VOTO: Conceder a presente cláusula não seria tratar de matéria entre Empregado e Empregador. Cláusula que é semelhante à do desconto em favor do Sindicato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

fls. 17

Acórdão — Continuação —

Indefiro a cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 29ª

"As empresas representadas pelos Suscitados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento uma única vez sobre os salários de agosto de 1985 a título de contribuição assistencial, devendo dita contribuição ser recolhida à Tesouraria do Sindicato Suscitante mediante recibo próprio".

Cláusula conciliada.

Defiro-a, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 30ª

"O presente dissídio abrange os empregados vendedores, vendedores viajantes, propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos das empresas representadas pelos Suscitados".

A Procuradoria Regional opina pelo deferimento da presente cláusula.

Não vislumbro razão para a discordância dos Suscitados.

Defiro a cláusula, de acordo com a Douta Procuradoria.

Cláusula 31ª

"O prazo de vigência do presente dissídio é de 12 (doze) meses, de 01.08.85 a 31.07.86".

O presente DC deve vigor de 1º de agosto de 1985 a 31 de julho de 1986.

Custas pelos Suscitados calculadas em 20 (vinte) valores de referência.

464
153
11

157

EM ERANCO



PCDER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

156
165
181
fls. 118

Acórdão — Continuação —

ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, o Pleno, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento do dissídio por inobservância do disposto no artigo 616, § 4º da CLT, argüida pelos Suscitados; por unanimidade, não conhecer como preliminares as alegações de obrigatoriedade de correção salarial semestral, independente de negociação e sentença normativa em dissídio e de inépcia da inicial, dos Suscitados. **MÉRITO:** julgar procedente em parte o presente dissídio a fim de que produzam seus jurídicos efeitos, nas seguintes bases: Cláusula 1ª: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula para conceder à categoria profissional o reajuste semestral em vista da legislação atual pertinente; Cláusula 2ª: por unanimidade, deferir em parte a reivindicação de fls. para conceder aos integrantes da categoria profissional um aumento salarial de 4% (quatro por cento) a título de produtividade, sobre os salários reajustados em agosto de 1985; Cláusula 3ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula a fim de determinar a aplicação do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade aos empregados admitidos até 28.02.85, e aos admitidos a partir de 01.03.85, à proporcionalidade de 1/6 (um sexto) de tais benefícios por mês trabalhado; Cláusula 4ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 5ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 6ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 7ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 8ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 9ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 10ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

168
152
fls. 19

Acórdão — Continuação —

reivindicação de fls. para estabelecer que na hipótese de substituição, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário da função do substituído sem a consideração das vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo; Cláusula 11ª: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula na conformidade da cláusula preexistente: "Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Júnior e Propagandista Sênior. As empresas que já tiveram implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função"; Cláusula 12ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 13ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula para garantia à gestante de permanência no emprego, ou do pagamento dos correspondentes salários, até 03 (três) meses após o parto ou aborto não criminoso, excluídas as dispensas pela comissão de falta grave, pedido de demissão ou de acordo celebrado perante o Sindicato; Cláusula 14ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação do suscitante a fim de garantir ao vitimado por acidente de trabalho a permanência no emprego ou o pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato; Cláusula 15ª: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula nos seguintes termos: "As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias,

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

164
154
fls. 20

Acórdão — Continuação —

os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 13º salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente"; Cláusula 16ª: por maioria, deferir em parte a reivindicação de fls. nos seguintes termos: "Os Empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento às provas pertinentes desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham, seja feita com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e façam comprovação posterior da realização", contra o voto dos Juízes Francisco Fausto, Edgar Lacerda, Sá Barreto, Joezil Barros e Valmir Lima que a deferiam como postulada; Cláusula 17ª: por unanimidade, deferir em parte a reivindicação de fls., nos seguintes termos: "Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado"; Cláusula 18ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 19ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional indeferida; Cláusula 20ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente reivindicação para determinar que os Empregados que receberem na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidades destes, terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em con-

02/01/77

20/01/77

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

159
fls. 21

Acórdão — Continuação —

contrato escrito; Cláusula 21ª: por unanimidade, dê acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente reivindicação para estabelecer que na hipótese de rescisão por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena de ser considerada imotivada a dispensa; Cláusula 22ª: por unanimidade, deferir em parte a presente cláusula nos moldes da já preexistente: "Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites dos prazos acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados, dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no país"; Cláusula 23ª: por unanimidade, deferir a presente cláusula nos seguintes termos: "Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do Empregado será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo; § Único: Caso não entregue o empregado sua CTPS para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega ao Ex-empregador "; Cláusula 24ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 25ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. a fim de determinar que, em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas; Cláusula 26ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação de fls. para determinar que as empresas representadas pelos Suscitados afixarão em quadro de avisos as publicações,

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT DC 20/85

169
162
fls. 22

Acórdão — Continuação —

correspondências e comunicações do Sindicato aos seus empregados; Cláusula 27ª: por maioria deferir a presente cláusula para determinar que as empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprios reconheçam a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços, aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social, vencidos' os Juízes Revisor e Ramiro Oliveira que a indeferiram; Cláusula 28ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferida; Cláusula 29ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação dos Suscitantes para estabelecer que as empresas representadas pelos Suscitados descontarão 50% (cinquenta por cento) do aumento uma única vez sobre os salários de agosto de 1985 a título de contribuição assistencial, devendo dita contribuição ser recolhida à Tesouraria do Sindicato Suscitante, mediante recibo próprio; Cláusula 30ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a presente cláusula para determinar que o presente Dissídio Coletivo abrange os empregados vendedores, vendedores viajantes, propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos das empresas representadas pelos Suscitados; Cláusula 31ª: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, "o prazo de vigência do presente Dissídio Coletivo é de 12 (doze) meses, de 01.08.85 a 31.07.86". Custas pelos Suscitados calculadas sobre 20 (vinte) valores de referência.

Recife, 21 de novembro de 1985


CLOVIS VALENÇA ALVES - Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.


Maria Thereza Lafayette de A. Bitu
MARIA THEREZA LAFAYETTE DE A. BITU

Juiza Relatora


PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

470
W
161
C

C E R T I D ã O

Certifico que pelo Of.TRT.-SJ.nº
DA/86, as conclusões e a ementa
do acórdão foram remetidas à Imprensa
Oficial do Estado, nesta data.

Recife, 02 JAN 1986


Chefe do Setor de Publicações
de Acórdãos

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico que as conclusões e a ementa
do acórdão foram publicadas no Diário da
Justiça do dia 16 JAN 1986

Recife, 16 JAN 1986


Chefe do Setor de Publicações
de Acórdãos

CERTIFICADO, que nesta data, o
Interessado recebeu para o pagamento do
to de custas e emolumentos, a importância
da sob o n.º 11/86
no valor total de Cr\$ 165.240

Re: 23 / 01 / 86

HL
Diretora do Serviço de Processos

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS

Do Recurso Ordinário

que se segue
RECIFE, 24 DE Junho DE 19 86

HL
Diretora do Serviço de Processos

00-16.01.86

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
Advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO T.R.T. - SEXTA REGIÃO.

JUSTICA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

23 JUN 16 52 38 000667

RECIFE

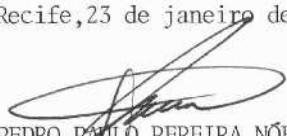
NOS AUTOS
RECIFE, 24 / 01 / 86

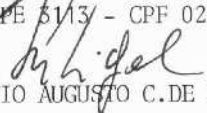
PRESIDENTE DO T.R.T. - 6ª. REGIÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (9) , nos autos do Dissídio Coletivo instaurado pelo SINDICATO' DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS - VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, Processo TRT-6ª Reg. DC-20/85, não se conformando, data 'vênia, com o r. decisório de fls. 148/169 (publicação no DJ-PE, de 16.01.86), vêm, com apoio no art. 895, letra "b", da Consolidação das Leis do Trabalho, interpor o presente RECURSO ORDINÁRIO para o Colendo Tribunal' Superior do Trabalho, nos termos do memorial anexo, requerendo que V.Exa. determine a remessa dos autos àquela superior instância, após cumpridas' as formalidades legais.

Pedem Deferimento.

Recife, 23 de janeiro de 1986


PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
OAB-PE 5113 - CPF 028872584


SYLVIO AUGUSTO C. DE RANGEL MOREIRA
OAB-PE 4909 - CPF 052900404

Advs.

EM BLANCO

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
Advogado

EMINENTES MINISTROS DO COLENO T.S.T. :

1. PRELIMINARMENTE:

No ensejo deste apelo, os suscitados, ora recorrentes, insistem nas arguições preliminares contidas na resposta ao dissídio, quando pediram a declaração da extinção do processo, sem julgamento do mérito, em razão da falta de prévia negociação na esfera administrativa (inobservância do § 4º do art. 616 da CLT) e em face da inépcia da inicial (falta de fundamento jurídico para o pedido de fixação do reajuste salarial com base no INPC, por força do princípio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial).

2. NO MÉRITO:

E mesmo fosse reconhecida a validade do feito, com o exame da pretensão do suscitante, ora recorrido, ainda assim o acórdão de fls. 148/169 merece reforma, para que sejam excluídas, da sentença normativa, as cláusulas mencionadas neste apelo e que foram impugnadas na contestação.

Antes, contudo, os recorrentes, em face da arguição de preexistência de cláusulas, servindo como fundamento de seu deferimento, como expresso na sentença normativa, pretendem tecer breve comentário a esse respeito.

É fato notório, a dispensar prova, a grave crise econômico-financeira por que passa o País, cujo Produto Interno Bruto - PIB vem apresentando nos últimos anos índices negativos (ver Decreto Federal nº 89.405, de 27.02.84). Em 1985 o PIB fixou-se apenas em 2% (Dec.nº 91.001, de 27.2.85).

As dificuldades da hora presente se refletem, a propósito, sobre todos os setores da economia nacional, a reclamar constantes e renovadas medidas do Governo Federal na área econômica.

O agudo processo recessivo, como resultado mesmo das providências governamentais, adotadas com o firme objetivo de combater a inflação, agrava o quadro da atual conjuntura nacional.

Essa situação define muito claramente a impossibilidade econômico-financeira dos recorrentes de atender às reivindicações do suscitante, sobretudo as cláusulas de natureza salarial.

EM BRANCO

É princípio de Justiça que a remuneração deve ser estipulada sempre em função das necessidades do empregado e das possibilidades do empregador, de sorte que qualquer concessão de benefícios com repercussão pecuniária, portanto, deve respeitar as possibilidades financeiras da empresa.

A distribuição da Justiça, finalidade maior do Poder Judiciário, há de ser feita olhando a situação do economicamente mais fraco, mas jamais desprezando a situação da classe patronal. A Justiça do Trabalho, assim, decerto deverá ser sensível às dificuldades que castigam os que empreendem atividades econômicas.

A regra contida no art. 873 da CLT preconiza a possibilidade de revisão das decisões quanto às condições de trabalho, quando as mesmas tenham se " tornado injustas ou inaplicáveis" .

A possibilidade jurídica da revisão é ponto pacífico, convindo, "ad argumentandum " , transcrever uma opinião doutrinária e outra jurisprudencial a respeito:

" Em última análise, toda e qualquer solução dada ao ' conflito coletivo de trabalho - mesmo quando dessa solução resulta coisa julgada - é passível de revisão ' posterior, tendo como referência a originalidade institucional do conflito, a natureza " sui generis" da solução que lhe é dada e a extraordinária variabilidade das condições fáticas que determinam o nascimento do ' litígio e a adoção da forma conciliatória. " (In Direi to Sindical, Editor José Konfino - 1975 - RJ - obra do Min. MOZART V. RUSSOMANO - p. 226).

" Dissídio Coletivo - Manutenção de Vantagens Obtidas em Convenções Anteriores. Ao proferir sentença normativa deve a Justiça do Trabalho sopesar o interesse público e os interesses das categorias envolvidas, lançando mão da equidade e tendo em mente a conjuntura econômica vigente. Tal comportamento não se coaduna ' com o entendimento de que as conquistas sociais alcançadas pelos empregados em convenções coletivas anteriores devem ser pura e simplesmente conservadas, sem que se proceda qualquer análise de seu conteúdo. " (Ac. ' 166

EMI LANCING

1.022/82 - TRT-PR-9ª Reg. -Proc. nº DC-055/82-Rel.Juiz Tobias de Macedo, publicado em sessão de 17.06.82, in "Decisório Trabalhista" - Junho/82, nº 2.291).

Logo, o argumento utilizado pelo Sexto T.R.T., de preexistência de cláusula, para o deferimento de algumas delas, não procede posto que não há falar em direito adquirido em conflito coletivo de trabalho.

Os recorrentes, a seguir, passam a apontar as razões pelas quais as cláusulas devem ser indeferidas:

01) TAXA DE PRODUTIVIDADE (Cláusula Segunda)

O artigo 12 da Lei 7.238, de 29.10.84, reservou ao Poder Executivo a tarefa de fixar o percentual de aumento salarial com base no acréscimo da produtividade da categoria. O Decreto Governamental (Dec. nº 91.001, de 27.02.85), fixou apenas em 2% (dois por cento) a produtividade da categoria profissional até 31.12.85.

Logo, não podia o 6º T.R.T., senão com ofensa dos dispositivos legais acima, fixar, na sentença normativa, em 4% (quatro por cento), o percentual de aumento salarial com base na produtividade.

Deve este recurso, assim, ser provido para o fim de limitar o aumento real em 2% (dois por cento), como previsto no precitado Decreto nº 91.001/85.

02) MODIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA CORREÇÃO (Cláusula Terceira)

A cláusula em referência propõe alteração da sistemática legal, isto é: altera os critérios legais para a fixação dos reajustes salariais vinculados ao INPC. O pedido é, sem dúvida, juridicamente impossível. Esta pretensão foi indeferida no julgamento do DC-18/84 (o anterior), de modo que o TST há de excluir a cláusula.

03) SALÁRIO DO SUBSTITUTO PROVISÓRIO (Cláusula Décima)

O Tribunal concedeu a reivindicação constante da cláusula décima, ao fundamento de que se tratava "da hipótese da Súmula 159 do Egrégio TST" (f.154).

EMI BLANCO

Verão os Senhores Ministros, ao ensejo do julgamento deste apelo, que a redação da cláusula não guarda correspondência com o Enunciado nº 159 desse Tribunal. As hipóteses são diferentes.

Aguardam os suscitados, ora recorrentes, que o Eg. TST adapte a cláusula aos exatos termos do verbete contido na precitada Súmula.

04) SALÁRIO DO SUBSTITUTO DEFINITIVO (Cláusula Décima Primeira)

A redação que o Regional deu a essa cláusula não está conforme o item 2 do inciso IX da Instrução Normativa nº 01 do TST, segundo o qual: "admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais. "

Impõe-se, portanto a reforma da sentença normativa, para que seja adaptada a cláusula em epígrafe aos exatos termos da referida Instrução.

05) ESTABILIDADE PROVISÓRIA PARA O ACIDENTADO (Cláusula Décima Quarta)

A Jurisprudência dessa Colenda Corte, assim como a do Supremo Tribunal Federal, de uma forma UNÂNIME, têm rejeitado o deferimento de estabilidade provisória ao acidentado, por ser dita cláusula manifestamente INCONSTITUCIONAL.

Os acórdãos a seguir transcritos são suficientes para apoio das razões dos recorrentes, que pretendem a completa modificação do aresto regional.

" ESTABILIDADE PROVISÓRIA AOS ACIDENTADOS- O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JÁ QUE TEM SE MANIFESTADO INÚMERAS VEZES CONTRA A CLÁUSULA. CONSIDERANDO-A INCONSTITUCIONAL. Assim, dou provimento para excluir a cláusula" (Processo TST-RO-DC-408/80 - Ac.TP. 3087/80-Relator-Ministro NELSON TAPAJÓS, UNÂNIME, julgado em 12.11.1980, in "Jurisprudência Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho", volume X - dissídios coletivos- Brasília, edição 1982, página 118- sem os destaques).

" ESTABILIDADE PARA O ACIDENTADO. Nego provimento. Tra-

EM BRANCO

ta-se da matéria da Lei de Previdência, ou acidentes. Não existe previsão legal para esse tipo de estabilidade" (Processo TST-RO-DC, 146/80-Ac. TP. 2485/80- Relator - Ministro MARCELO PIMENTEL-UNÂNIME-julgado em 24.09.1980, in Obra citada, volume X, pág. 18, sem realces).

" A reivindicação 13 - estabilidade provisória para o acidentado até sua completa readaptação. TRATA-SE TAMBÉM DE MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA ESTRANHA AO CONTEÚDO DE UMA SENTENÇA NORMATIVA. Nego provimento. (Processo TST. RO-DC-225/79-Ac.TP. 3.145/79. Relator - Ministro CARLOS ALBERTO BARATA SILVA, julgado em 05.12.1979, in obra citada , volume X, pág. 138, sem grifos).

" Estabilidade provisória para o trabalhador aposentado. Trata-se de criação de uma estabilidade não prevista em Lei... Nego provimento". (Processo TST.RO DC-281/79 - Ac.TP.94/80- Relator-Ministro NELSON TAPAJÓS, Julgado em 07.02.1980, in obra citada volume X, pág. 151, sem os destaques).

"Estabilidade do acidentado.

A matéria, data venia foge aos alcance do dissídio coletivo, justificando-se talvez a sua apreciação no âmbito do legislativo - Nego provimento (Processo TST-RO-DC- 323/78 - Ac. TP - 101/80 - Relator -Ministro NELSON TAPAJÓS, julgado em 12.02.1980, in obra citada, volume X, pág. 238, sem os realces).

Diante da torrencial jurisprudência, que repele o acolhimento da estabilidade provisória do acidentado, confiam os recorrentes na reforma do v. acórdão do Egrégio Tribunal " a quo" , excluindo-se a cláusula.

A Presidência desse TST, aliás, ao despachar o requerimento de efeito suspensivo, formulado pelos recorrentes no Dissídio anterior, quando da interposição do Recurso Ordinário, deferiu o pedido como consta do Proc. ES - 071/85 (v.anexo).

06) COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA (Cláusula Décima-Quinta)

EM BRANCO

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
Advogado

179
06.
164

A legislação trabalhista não prevê essa complementação. A Previdenciária também. O onus não deve ser suportado, portanto, pelo empregador. Aguarda-se, desse modo, a exclusão da vantagem consubstanciada na cláusula.

Efeito suspensivo, por igual lhe foi dado no já referido processo ES. 071/85.

07) ABONO DE FALTA A ESTUDANTE (Cláusula Décima-Sexta)

O Eg. STF vem considerando (em todos os processos que lhe são submetidos a julgamento) inconstitucional eventual cláusula de sentença normativa ' que concede a vantagem pleiteada nesta cláusula. O 6º TRT a excluiu no DC-18/84 (o anterior), mas, estranhamente, atendeu a reivindicação neste Dissídio.

Em sendo assim, invocando a Jurisprudência emanada do TST, aguardam os suscitados a exclusão dessa cláusula.

08) RECEBIMENTO DE COMISSÃO SEM TRABALHAR(Cláusula Décima-Sétima)

A vantagem inserida na cláusula em epígrafe não têm respaldo legal. É extremamente absurda já que premia quem não trabalhou; não está conforme a natureza do contrato de trabalho que exige onerosidade no relacionamento entre empregado e empregador. A cláusula nega a inconteste definição' de que salário é retribuição de serviço efetivamente prestado. Ela não pode prevalecer.

A Presidência desse Tribunal ao examinar o pedido do Efeito suspensivo ' do Recurso relativo ao ano anterior, acolheu tal pedido, conforme se vê no processo ES 071/85 (anexo).

09) DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES SALARIAIS NA CTPS(Cláusula-Vigésima)

O artigo 29 da CLT já obriga o empregador a fazer a anotação da forma salarial na CTPS do empregado, devendo a empresa quantificar o salário nesse documento. Como se vê a cláusula repete, no fundo, o enunciado legal, de modo que deve ser considerada prejudicada por esse Eg. TST.

10) OBRIGATORIEDADE DE AVISO EPISTOLAR NO DESPEDIMENTO(Cláusula Vigésima-Primeira)

EM BLANCO

A cláusula deve ser excluída porquanto a legislação trabalhista não obriga o empregador a apresentar por escrito as razões que o levaram a demitir o empregado por justa causa, e a Justiça do Trabalho não tem competência legal para exigir tal comunicação escrita.

Vale ressaltar, por oportuno, que o Exmo. Sr. Ministro Presidente desse Tribunal, deferindo requerimento dos recorrentes no processo ES-071/85 (cópia anexa), concedeu efeito suspensivo ao recurso ordinário relativo ao dissídio anterior, no tocante à cláusula em referência.

11) MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS (Cláusula Vigésima-Segunda)

O Egrégio Regional fixou uma multa correspondente a 10% do maior valor de referência do país, por dia de atraso no pagamento das verbas rescisórias.

A instituição da multa, além de não conter respaldo legal, importa na continuidade da concessão de salários, sem a correspondente prestação de serviços, o que contraria a própria essência do contrato de trabalho.

Além do mais, já existe cominações legais para a hipótese em apreço (Decreto nº 75/66), o que desautoriza a imposição de novo gravame.

Esse Colendo TST, aliás, tem repudiado a cláusula em reiterados pronunciamentos em Dissídios Coletivos. Somente para argumentar, os Recorrentes transcrevem acórdão UNÂNIME dessa Colenda Corte, EM SUA COMPOSIÇÃO PLENA, que expressa sua uniforme compreensão do tema:

"MORA SALARIAL (Cláusula 21ª).

O V.Acórdão deferiu:

A quitação das verbas rescisórias será efetuada pela empresa em 10 dias, sob pena de a partir desta data, pagar multa de 10% sobre o salário de referência (fls.94).

Trata-se de pena não prevista em lei.

Já o Decreto-Lei 75/66, ao instituir a correção monetária, impede a procrastinação do pagamento. Seu deferimento constitui bis in idem.

EM BRANCO

Dou provimento para excluir a cláusula".

(Proc. nº TST-RO-DC-511/80-Ac. TP-3.172/80-proferido em 19.11.80-Rel.Min.EXPEDITO AMORIM, publicado na Revista Jurisprudência Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho, volume X - Dissídios Coletivos - 1982 - página 367).

Por fim, releva notar que, consoante pacífica jurisprudência dessa Colenda Corte, somente é cabível imposição de multa em sentença normativa quanto às obrigações de fazer.

Apenas "ad argumentandum", os Recorrentes transcrevem, abaixo, dois arestos, desse Colendo Tribunal, os quais demonstram posicionamento jurisprudencial unânime:

"Dou provimento parcial para que a multa seja aplicada somente face à inadimplência das obrigações de fazer".

(Proc. nº TST-RO-DC-476/79-Ac. TP-817/80-proferido em 17.04.80-Rel.Min ARY CAMPISTA - "in" Jurisprudência Trabalhista- Tribunal Superior do Trabalho - Volume X - Dissídios Coletivos - Brasília, 1982 - pág. 168).

"Multa. Provimento parcial para autorizar a multa em favor do empregado pela inadimplência das obrigações de fazer, no valor de 10% do salário-mínimo regional".

(Proc. nº TST-RO-DC-355/80-Ac. TP-3.228/80- proferido em 26.11.80- Rel. Min. COQUELJO COSTA -ob.cit.pág.318).

Portanto, por falta de fundamento legal e por ferir pacífica jurisprudência superior, deve esse Colendo Pretório excluir a cláusula.

12) MULTA DE UM(1) DIA DE SALÁRIO NA FALTA DE ANOTAÇÃO DA RESCISÃO NA CTPS (Cláusula Vigésima -Terceira)

As multas por descumprimento de anotações na CTPS estão expressamente reguladas na Consolidação das Leis do Trabalho e as respectivas verbas pertencem, exclusivamente, ao órgão fiscalizador, nunca ao empregado. A Cláusula é extremamente ilegal: contempla ao empregado perceber salário-

EM BRANCO

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
Advogado

150
09.
173

rio após a quebra do liame empregatício. Nessas condições, esperam os suscitados que a cláusula seja excluída da sentença normativa no julgamento deste apelo.

No mesmo processo ES 071/85, envolvendo as partes deste dissídio, a Presidência desse Eg. T.S.T. também deu efeito suspensivo ao recurso ordinário dos suscitados ainda com referência a esta cláusula.

13) ESTABILIDADE PARA DELEGADO SINDICAL (Cláusula Vigésima - Quinta)

A Lei somente assegura estabilidade aos exercentes de cargos de administração sindical para os quais foi eleito o empregado (v. artigo 543, parágrafo 3º, da CLT). Os delegados sindicais, de acordo com o artigo 523 da CLT, "são designados pela diretoria", não são eleitos.

A cláusula, portanto, deve ser excluída, e para isso os suscitados invocam a Jurisprudência remansosa dos nossos Tribunais Trabalhistas.

14) VALIDADE DE ATESTADOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS (Cláusula Vigésima - Sétima)

O parágrafo único do artigo 27 da Consolidação das Leis da Previdência Social, baixada pelo Decreto nº 89.312, de 23.01.84, já disciplina a questão da validade de atestados médicos para efeito de abono de faltas do empregado e respectivo pagamento de salário ao empregado. Estando assim a proposta obreira fora dos limites legais, evidente que os suscitados não concordam com a cláusula e esperam a sua exclusão da sentença normativa.

3. REQUERIMENTOS.

Isto posto, limitado este recurso aos pontos aqui abordados, pedem os suplicantes que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no julgamento deste apelo, exclua do decisório recorrido as cláusulas aqui referidas, se antes mesmo não for decretada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, conforme preliminares aduzidas na defesa e renovadas neste apelo, por ser de Justiça.

Recife-PE, 23 de janeiro de 1986

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA - OAB-PE 3113 - CPF 028872584

SYLVIO AUGUSTO C. DE RANGEL MOREIRA - OAB-PE 4909 - CPF 052900404

Adv.

THE T-100

PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

REQUERENTES: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

Advogado: Dr. Pedro Paulo Pereira Nóbrega

REQUERIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEENEDORES E VENEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

6ª Região

DESPACHO

1 - O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS requerem seja atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário que interpuseram contra Decisão coletiva proferida no processo TKT-DO-016/84, no que se refere às seguintes cláusulas:

- 6º) "GARANTIA DE EMPREGO OU DE PAGAMENTO DE SALÁRIO, A PARTIR DA DATA DO RETORNO À ATIVIDADE, DO EMPREGADO AFASTADO POR ACIDENTE DE TRABALHO, POR PERÍODO IGUAL AO DO AFASTAMENTO, OBSERVADO O LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, SEM PREJUÍZO DO AVISO PRÉVIO OU OUTROS TÍTULOS LEGAIS, EXCETUADAS AS DISPENSAS PELA COMISSÃO DE FALTA GRAVE, PEDIDO DE DEMISSÃO OU ACORDO ENTRE AS PARTES, ESTE COM ASSISTÊNCIA DO SINDICATO SUSCITANTE".

Não há unanimidade do Pleno a respeito e o benefício tem sido excluído de algumas sentenças coletivas, razão pela qual é de ser acolhido o pedido.

- 8º) "DETERMINAR QUE NO CASO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR JUSTA CAUSA, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR POR ESCRITO, A FALTA GRAVE COMETIDA PELO EMPREGADO".

Era entendimento desta Corte não ser necessário especificar os motivos do ato patrimonial, mas, em recente julgamento, o Tribunal voltou a impor a exigência, conforme norma do Direito Internacional do Trabalho. Por isso, indefiro.

- 9º) "DETERMINAR QUE AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELOS SUSCITADOS COMPLEMENTARÃO, UMA ÚNICA VEZ, ATÉ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS, OS SALÁRIOS LÍQUIDOS DOS EMPREGADOS AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA E QUE ESTEJAM NELLAS HÁ MAIS DE 90 (NOVENTA) DIAS, OCORRENDO O MESMO PROCEDIMENTO NA HIPÓTESE DE ACIDENTE DE TRABALHO, COMPLEMENTARÃO, ENTÃO, COUTROSSIM, O 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, NOS MESMOS TERMOS DO EMPREGADO QUE SE AFASTAR POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO POR MAIS DE 15 (QUINZE) E MENOS DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, DESDE QUE NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO NÃO HAJA FALTANDO INJUSTIFICADAMENTE OU SIDO PUNIDO DISCIPLINAR MENTE".

A condição contém matéria de Previdência Social e a competência da Justiça do Trabalho para concedê-la é controversa.

Dono, por isso, a suspensão pretendida.

- 11º) "ASSEGURAR A LIQUIDAÇÃO DE DÉBITOS EM RAZÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO NO PRAZO DE 30 DIAS, NA HIPÓTESE DE AVISO PRÉVIO NÃO TRABALHADO E DE 20 DIAS NA HIPÓTESE DE AVISO PRÉVIO TRABALHADO, CONTADOS OS PRAZOS A PARTIR DO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO, ULTRAPASSA DOS OS LIMITES DE PRAZO ACIMA REFERIDOS, AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELOS SUSCITADOS PAGARÃO AOS EMPREGADOS DISPENSADOS OU CUOS CONTRATOS HAJAM SIDO RESCINDIDOS, MULTA DIÁRIA CORRESPONDENTE A DEZ POR CENTO (10%) DO MAIOR VALOR DE REMUNERAÇÃO VIGENTE NO PAÍS".

O Egrégio Regional concedeu o benefício além do prazo que esta Corte vem estabelecendo em inúmeros julgados, pelo que, rejeito o pedido.

- 12º) "ASSEGURAR A BADJA NA CARTEIRA DO EMPREGADO ATÉ O PRAZO DE 15 DIAS, APÓS A RESCISÃO, CONTADOS DA DATA DO EFETIVO DESLIGAMENTO, SOB PENA DO PAGAMENTO DE MULTA EQUIVALENTE A 01 (UM) DIA DE SALÁRIO POR DIA EXCEDENTE DO PRAZO FIXADO".

Matéria regulada em lei, não pode, por isso, ser objeto de sentença normativa. Merece, pois, ser suspensa.

- 13º) "DETERMINAR QUE QUANDO A EMPRESA ESTABELECEER, AINDA QUE TACITAMENTE, UMA ZONA DE TRABALHO OU UMA RELAÇÃO DE CLIENTES AO EMPREGADO, FICA OBRIGADA A SATISFAÇÃO DAS COMISSÕES OU PRÊMIOS SOBRE AS TRANSAÇÕES EFETUADAS NA DITA ZONA OU COM OS ALUDIDOS CLIENTES, AINDA QUE EFETUADAS POR OUTRO EMPREGADO, SALVO A HIPÓTESE DE CONCORRÊNCIAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS E DESDE QUE NELAS NÃO HAJA O EMPREGADO PARTICIPADO".

Suspendo, porque o Pleno tem excluído tal condição.

II - Pelo exposto, dou efeito suspensivo às cláusulas 6º, 9º, 11º e 13º.

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Brasília, 29 de maio de 1985.

COQUELHO COSTA
Ministro Presidente do TST

SECRETARIA DE DEFESA
Min. da Guerra e Marinha
Tribuna Política
Cm. da Guerra de Marinha
Substituto
Major Amaro de Menezes
Major Substituto
Major Moreira da Silva
Escrevente Autorizado
Escrevente de Recife, 154-39-19
Recife, 224-2881 - 224-4170
Recife - PE

Autentico e presente copia rotostática
que é a reprodução fiel do original
me foi apresentada sem rasuras, dos
Recife, 23 de Jan de 1986
de TASSILÃO PIMENTA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
DE RECEITAS FEDERAIS - DARF

01 CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DO DDC

110.10071/0001-91

CPF

02 RESERVADO

04 RESERVADO

237/905

24-01-86

03 DATA DE VENCIMENTO

28.01.86

05 NOME COMPLETO DO CONTRIBUINTE

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO EST. DE PE E OUTROS

06 ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRACA, ETC.)

AV. CRUZ CABUGA

07 NÚMERO

767

08 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)

09 BAIRRO OU DISTRITO

10 CEP

11 MUNICÍPIO (CIDADE)

RECIFE

12 SIGLA DA UF

PE

BRASESCO

42000/253

13 EXERCÍCIO

14 COTA OU DUODÉCIMO

15 PERÍODO DE APURAÇÃO

16 TIPO

17 Nº PROCESSO

18 REFERÊNCIAS

DC - 20/85 CUSTAS DE DISSÍDIO COLETIVO

19 ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

☒ EMOLUMENTOS

☐ CUSTAS

20 CÓDIGO

1505

21 VALOR CR\$

165.238

31 OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SPO

Nº E ESPECIE DO PROCESSO

DC - 20/85

RECLAMANTE(S)

SIND. EMP. VEND. E VIAJ. COM. PROP. FARMACÊUTICOS ETC.

RECLAMADO(A)

SIND. DOS IND. FARM. DO ESTADO DE PE

1A Nº

41

EXPE DIDA EM

23.01.86

RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

22 EMOLUMENTOS

23 CÓDIGO

1450

24 VALOR CR\$

2

25

26 CÓDIGO

27 VALOR CR\$

ATENÇÃO PREENCHA O DARF

A MÁQUINA OU EM LETRA DE

28 TOTAL

29 VALOR CR\$

AUTENTICAÇÃO

165.240

PE B O 1 2 4 8 JAN 24

165.240 RFAA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
DE RECEITAS FEDERAIS - DARF

01 CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DO CGC

110.10071/0001-91

CPF

02 RESERVADO

04 RESERVADO

03 DATA DE VENCIMENTO

28.01.86

24-01-86

BRAPESCO
40000/2531

05 NOME COMPLETO DO CONTRIBUINTE

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DO EST. DE PE E OUTROS
06 ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.)
AV. CRUZ CABUGA

07 NÚMERO
767

08 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)

09 BAIRRO OU DISTRITO

10 CEP

11 MUNICÍPIO (CIDADE)

12 SIGLA DA U.F.
PE

RECIFE

13 EXERCÍCIO

14 COTA OU QUOTECIMO

15 PERÍODO DE APURAÇÃO

16 TIPO

3

6

17 Nº PROCESSO

18 REFERÊNCIAS

DC - 20/85 CUSTAS DE DISSÍDIO COLETIVO

19 ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

☒ EMOLUMENTOS

☐ CUSTAS

1505

165.238

21 OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SPO

Nº E ESPÉCIE
DO PROCESSO

DC - 20/85

RECLAMANTE(S)

SIND. EMP. VEND. E VIAJ. COM. PROP. FARMACÊUTICOS ETC.

RECLAMADO(A)

SIND. DOS IND. FARM. DO ESTADO DE PE

VIA Nº

41

EXPELIDA EM

23.01.86

RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

ATENÇÃO PREENCHA O DARF
À MÁQUINA OU EM LETRA DE
FORMA

TOTAL

165.240

PE nº 1248 JUN 24

165.240 RFAA

MINISTERIO DE LAZARDA
DOCUMENTO DE IDENTIFICACION
DE ASESORIAS FEDERALES

CUSTAS
INCLUIDOS

EJEMPLO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

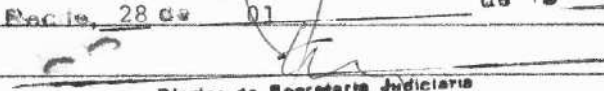
184
96
175
C

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz **PRESENTE**

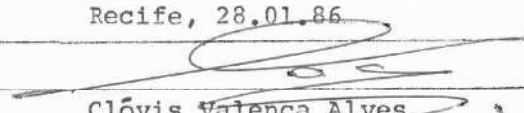
Recife, 28 de 01 de 1986


Diretor da Secretaria Judiciária

Tempestivo o recurso e pagas as custas, recebo-o no efeito meramente devolutivo, ex-vi do art. 899, caput, da CLT.

Notifique-se o recorrido, para ' contra-arrazoar, querendo, no prazo legal.

Recife, 28.01.86


Clóvis Valença Alves

Juiz Presidente do TRT-Sexta Região

E

113

113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DA: SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRT DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO
PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Barão de São Borja, 183 - Recife-PE

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Fica esse Sindicato, pela presente, notificado do inteiro teor do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente, nos autos do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-20/85, entre partes: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio ' Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, suscitante e Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Pernambuco e outros (15), suscitados, na forma abaixo:

"Tempestivo o recurso e pagas as custas, recebo-o no efeito meramente devolutivo, ex-vi do art. 899, caput, da CLT. Notifique-se o recorrido, para contra-arrazoar, querendo, no prazo legal. Recife, 28.01.86.as) Clóvis Valença Alves-Juiz Presidente do TRT-6a. Região".

Dada e passada nesta cidade do Recife, aos trinta dias do mês de janeiro de 1986.

Eu, Edileusa Barbôsa de Freitas datilografei a presente, que vai assinada pelo Sr. Diretor da Secretaria Judiciária.

Nierson Lídio de Oliveira
Diretor da Secretaria Judiciária

SEK 181

N.º	REMETENTE	
	NOME: <i>Sec. Reducao. RT. 4.º andar</i>	
	ENDEREÇO: <i>Cais do Apolo - Niterói</i>	
ECT SEED	COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED	N.º <i>181</i>
	DESTINATÁRIO <i>Unid. Imp. Vend. e V. aj. do Com. Pop. Pop. vend. e Vend. Rod. Sanh. Est. de PE</i>	
	ENDEREÇO <i>R. Bauer de São Bento, 183</i>	
	CIDADE <i>Recife</i>	ESTADO <i>PE</i>
	Recebido em <i>05-02-86</i>	Assinatura do Destinatário <i>Rizomete Bonília Monteiro</i>

Mod. TRT 165

JUNTADA

Monta desta peça juntada a estes autos

Das contra-razões prot.

1092/86, que se seguem

Rec. de *13* de *02* de *86*

Deputado da Secretaria Judiciária

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmaceuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Sede Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

Excelentíssimo Doutor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Regional do
Trabalho da Sexta Região.

1384V 154588 001092

O SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO
COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, em rebatês razões de
recurso ordinário manifestadas nos autos do sissídio coletivo nº 20/85,
por seu advogado diz que:-

PRELIMINARES

Sem sucesso já foram elas arguidas em dissídios an-
teriores, e repudiadas pelas instâncias laborais, pelo que, para não
ser iterativo "ad nauseam", limita-se o Recorrido a esperar sua impro-
cedência, com os doutos suplementos que serão trazidos ao seu debate.

MÉRITO

As considerações preliminares, no capítulo destina-
do ao mérito, formuladas pelos Recorrentes, padecem de evidente fal-
ta de seriedade.

O reaquecimento da economia, após a instalação da
chamada "Nova República" no País, é assunto de sabença comum. Convi-
vendo embora com uma alta taxa de inflação, as empresas brasileiras
tiveram excelente desempenho o ano passado, e os sinais desse reaque-
cimento chegaram a ser anteriores à posse do Presidente José Sarney.
A taxa de produtividade deferida no dissídio, de 4%, chega destarte a
ser modesta, contrastando com taxas mais elevadas, deferidas a outras
categorias profissionais.

É de se ver que, para embasar seu choro de carpidei-
ras em face da economia brasileira, os Recorrentes chegaram ao cúmulo
de invocar decisão do ano de 1982, quando, - aí sim - estava o País
mergulhado no âmago da crise e da recessão ditadas pelas regras insen-
síveis do Fundo Monetário Internacional.

Desnecessário tecer maiores comentários, pois,

177

EM BRANCO

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Sede Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

- 2

propósito de posicionamento saudosista das considerações iniciais
"de meritis".

Objetivamente, pretendem os Recorrentes, em sua promoção recursal, atacar as seguintes cláusulas deferidas pelo Egrégio Regional: 2a, 3a, 10a, 11a, 14a, 15a, 16a, 17a, 20a, 21a, 22a, 23a, 25a, 27a. do dissídio. Como o Egrégio Regional indeferiu as cláusulas 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 12a, 18a, 19a, 24a e 28a, o furação recursal dos Recorrentes deixou de pé apenas as cláusulas 1a. (ainda assim atingida pela segunda preliminar), 13a. (garantia à gestante), 26a. (afixação de avisos do Sindicato nas empresas), 29a. (desconto assistencial), 30a. (abrangência do dissídio) e 31a. (prazo de validade do dissídio).

Evidentemente, a plétora de inconformação já diz mal de sua juridicidade...

Catalogando-se os seus motivos teríamos o seguinte quadro:

1. Falta de adaptação a decisões do TST: 10a. e 11a.;
2. Discordância quanto à quantificação: 2a.;
3. Repetição de enunciado legal: 20a.;
4. Concessão fora dos limites legais: 27a.;
5. Exclusão no dissídio anterior: 3a.; 16a.;
6. Rejeição jurisprudencial: 22a. e 25a.;
7. Idem com suspensão anterior em dissídio pretérito: 14a, 15a., 17a., 21a., 23a..

Analisando-as teríamos o seguinte posicionamento:

1. As cláusulas impugnadas estão fulcradas no espírito das decisões do TST enunciadas sob o nº 169 e constante da Instrução Normativa nº 01, inciso IX. Quidando que "a letra mata e o espírito vivifica", quer o recurso se ajustem as cláusulas "ipsis verbis" aos textos invocados, o que não deixa de ser uma superfetação...

2. Já foi preambularmente analisada e justificada a concessão da taxa de produtividade à base de 4%, como deferida, percentual por sinal modesto.

3. A cláusula 20a. está plenamente justificada em razão da remuneração peculiar dos vendedores-viajantes. Percebem eles, via de regra, salário misto: fixo plus comissões ou prêmios. A parte variável, por vezes, é expressa quase que logaritmicamente, máxime pelas mutacionais, dificultando a prova pertinente a

178

EM BRANCO

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas,
Propagandistas - Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos
no Estado de Pernambuco

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 12 de Abril 1954
Sede Própria: Rua Barão de São Borja, 183 - Fones: 221-1922 - 221-1267
Recife - Pernambuco

- 3

salários, uma vez que as CTPS limitam-se a registrar, laconicamente, "fixo mais comissões". De outra parte frequentes as fraudes no pagamento do repouso semanal remunerado sobre a parte variável. Tudo isso justifica sejam as empresas obrigadas a discriminar os salários da categoria, melhor dito, de seus integrantes, de modo claro, de modo a lhes permitir não só o controle de seus ingressos, como reivindicar melhor o seu direito.

4. Não há qualquer colisão com o texto legal, meramente enunciativo, na cláusula 27a., tanto mais quanto está limitada a situações emergenciais.

5. A alegação atenta contra o dinamismo e aperfeiçoamento progressivo do chamado Direito Social, e na verdade nenhum fundamento trouxeram os Recorrentes contra sua juridicidade, salvo alegações sem respaldo.

6. A fundamentação da cláusula 22a. tem o mesmo espírito da fixação de multa por obrigação não cumprida nos acordos celebrados perante a Justiça do Trabalho. No que pertine à cláusula 25a., é bem de ver que os delegados de que ela cogita não são aqueles de que trata o art. 523 da CLT, pelo que a objeção, sob o ponto de vista legal, improcede.

7. Finalmente, são impugnadas cláusulas que, deferidas pelo Regional em dissídio anterior, tiveram sua vigência suspensa. De observar que a suspensão de vigência não implica reconhecimento de sua injuridicidade, sendo provisória até julgamento do respectivo recurso pela Colenda Superior Instância laboral.

Com estas considerações, espera o Recorrido sejam mantidas as cláusulas impugadas, com o que se fará a mais lida

Justiça.

Recife, 13 de fevereiro de 1986



a) Jerson Maciel Netto-advº

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

189
96

140
96

CONCLUSÃO

Nesta data, faço esta conclusão de

Sr Joz P. D. D. D.

Recife, 13 de 02 de 1986

Diretor de Secretaria Judiciária

Subam os autos ao C.TST.

Recife, 13.02.86

Clóvis Valença Alves

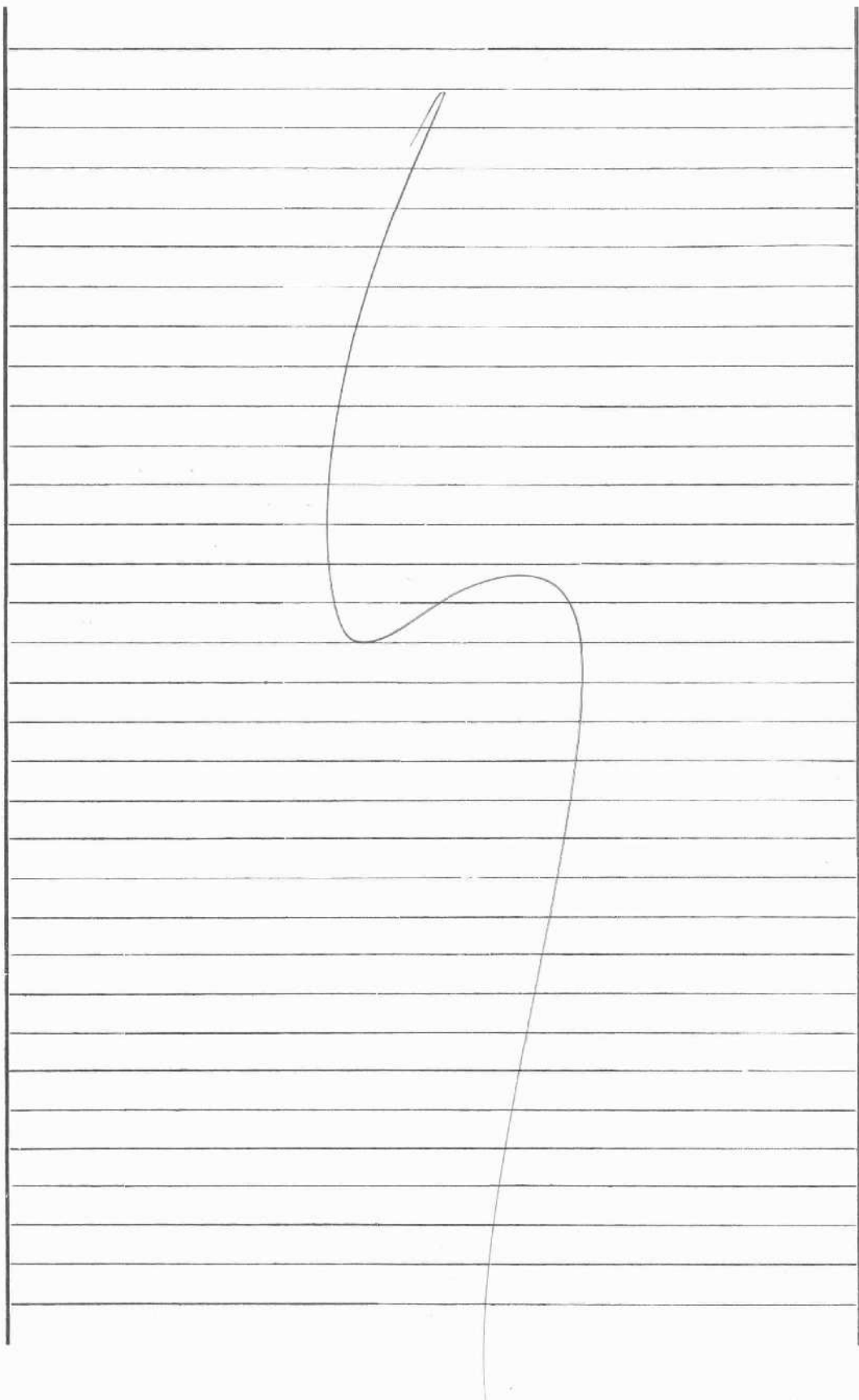
Juiz Presidente do TRT-Sexta Região

REMESSA

Nesta data faço remessa do presente
processo à O. C. T. S. T.

Recife, 17 de 02 de 86

Diretor do Setor de Processos
Clóvis Valença Alves
Diretor - Secretaria - Judiciária
TRT - 6ª Região



181
C

TERMO DE AUTUAÇÃO E REVISÃO DE FOLHAS

Aos18..... dias do mês de03..... de
19 86....., autuei o presente recurso ordinário, o qual tomou o n.:179.....,
contendo181..... folhas, todas numeradas.

.....
C

REMESSA

Aos18..... dias do mês de03..... de
19 86....., faço remessa destes autos ao Sr. Procurador Geral da Justiça do Trabalho.

Do que, para constar, lavrei este termo.

.....
C

181

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que o Dr. Procurador Geral em audi-
ência Pública de 16/04/86, distribuiu o presente
processo ao Procurador Dr.

ROQUE VICENTE FERRER

Em 16/04/86

PI Diretor da D.D.J.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TST-RO/DC-0179/86.1

6a. REGIÃO

RECORRENTE: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

RECORRIDO : SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES
DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VEN
DEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

P A R E C E R

O Sindicato da Indústria de Produtos Farmaceuticos do Estado de Pernambuco e Outros, inconformados com o Acórdão Recorrido do Egrégio TRT da 6a. Região, no Dissídio Coletivos em que é Suscitante o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco, interpõem Recurso Ordinário.

Recorrendo a fls. 162, a entidade patronal reitera as preliminares de ausência de previa negociação na esfera administrativa, e de inépcia da Incial, face ao principio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial.

Quanto ao mérito, impugna as mesmas cláusulas críticas na contestação.

O Acórdão Recorrido, a fls. 140/141, repele as preliminares, com argumentação jurídica, cujas conclusões subscrevemos.

A parte meritoria, foi igualmente apreciada pelo Egrégio TRT em todos os seus aspectos jurídicos e sociais, conforme salienta a entidade sindical Suscitante, quando a fls. 177/179 contesta o Recurso Ordinário.

1

2

3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TST-RO/DC-0179/86.1

02

Assim, pelo não provimento do Recurso, para confirmação do Acórdão Recorrido, é smj o nosso parecer.

Brasília, 15 de setembro de 1986.

Roque Vicente Ferrer
PROCURADOR

/masv.

Com o parecer incluso, faço remessa destes autos a:
Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Em

03, 11, 86

YS-

Diretor da D.O.J.
A-oid. Felício Machado Bueno
Diretor da D.O.J. - Subst.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

184
PR

TERMO DE APRESENTAÇÃO

Exmo. Sr. Ministro - Presidente

Apresento a V. Exa., para distribuição, estes autos de ADDC 179/86-1

Em 06 de NOVEMBRO de 19 86


Assessor de Distribuição

DISTRIBUIÇÃO

Sorteado Relator o Exmo. Sr. Ministro ORLANDO LOBATO

Designado Revisor o Exmo. Sr. Ministro NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA

Em 06 de NOVEMBRO de 19 86


Ministro Presidente

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Relator.

Em 6 de novembro de 19 86


Secretário
Mecia Direita Passos
Técnica em Atividades Judiciárias

VISTO

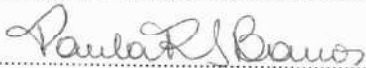
Em 21 de NOVEMBRO de 19 86


Relator

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Revisor.

Em 24 de novembro de 19 86


Secretário
Paula Rachel e Silva de Barros
Técnica em Atividades Judiciárias

VISTO

Em 09 de 12 de 19 86


Revisor

184





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

185
8

C O N C L U S ã O

De acordo com a Resolução Administrativa
nº 10/87, faço os presentes autos conclusos ao Exmº
Sr. Juiz FRANCISCO LEOCÁDIO.

STP, 14/02/87

PRB Barros

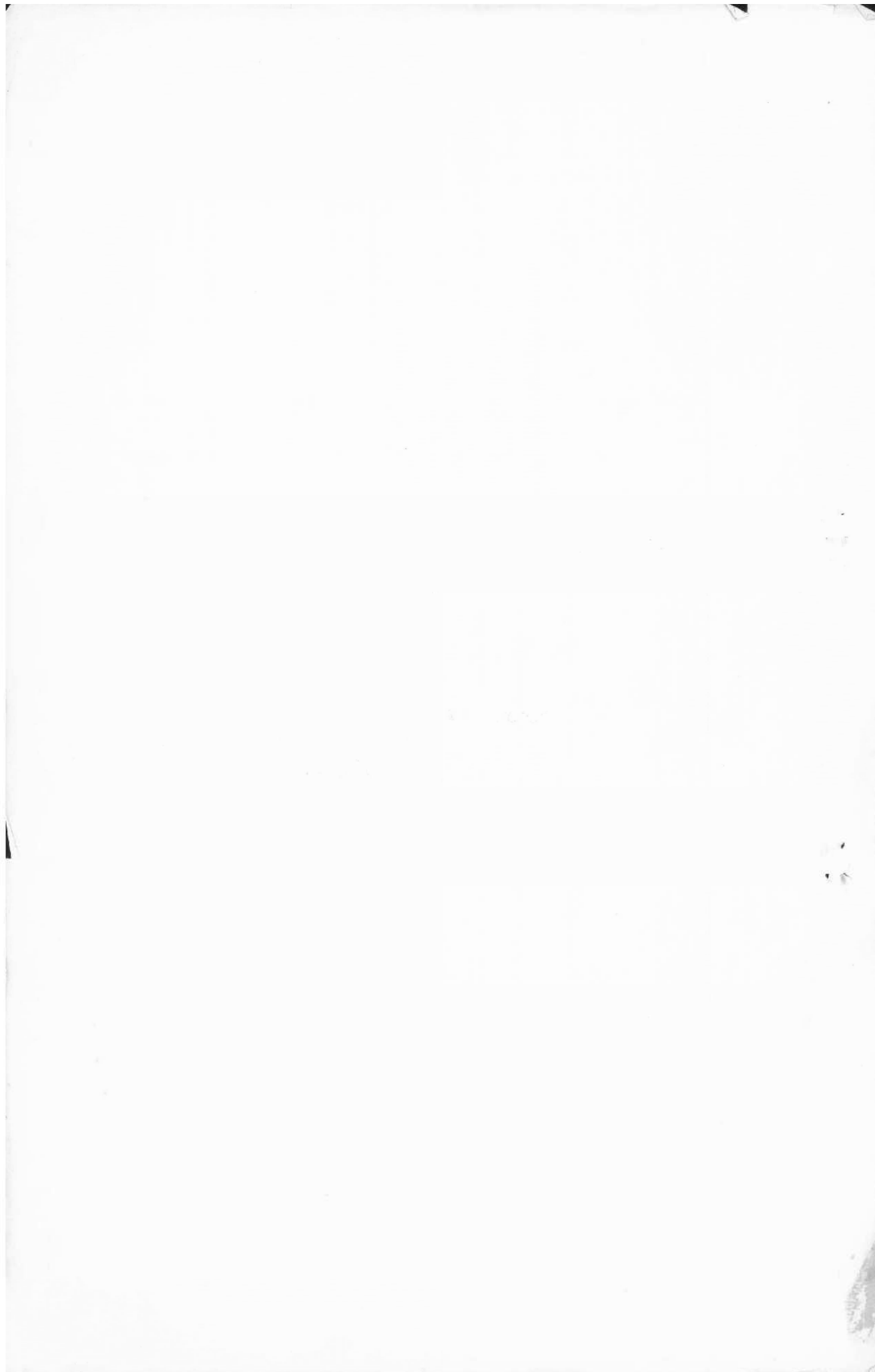
SETOR DE PROCESSAMENTO

Paula Rachel e Silva de Barros
Técnica em Atividades Judiciárias

V=20

Σ 17.06.87
— 200 —

185





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

186

CONCLUSÃO

Com base no artigo 116 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro JOSÉ CARLOS DA FONSECA, tendo em vista o falecimento do Exmo. Sr. Ministro ORLANDO SOZINHO LOBATO.

Brasília, 19 JUN 1987

JORGE ALOISE
p/ Secretário do Tribunal Pleno.

VISTO

Em 18/12/1987

José Carlos da Fonseca
Ministro Relator

186



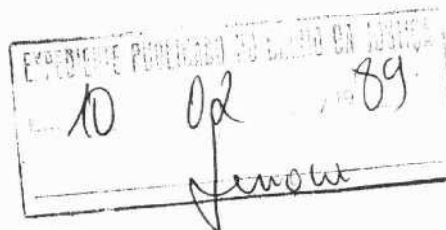
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04 /89

187
AA

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Ordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Wagner Pimenta, Almir Pazzianotto, José Carlos da Fonseca, Aurélio Mendes de Oliveira e Antonio Amaral, tendo em vista o término do mandato do Excelentíssimo Senhor Ministro Norberto Silveira de Souza, RESOLVEU, por unanimidade, retirar de Pauta todos os processos em que Sua Excelência funcione como Relator ou Revisor.

Sala de Sessões, em 02 de fevereiro de 1989.

Neide A. Borges Ferreira
NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno







PODER JUDICIÁRIO

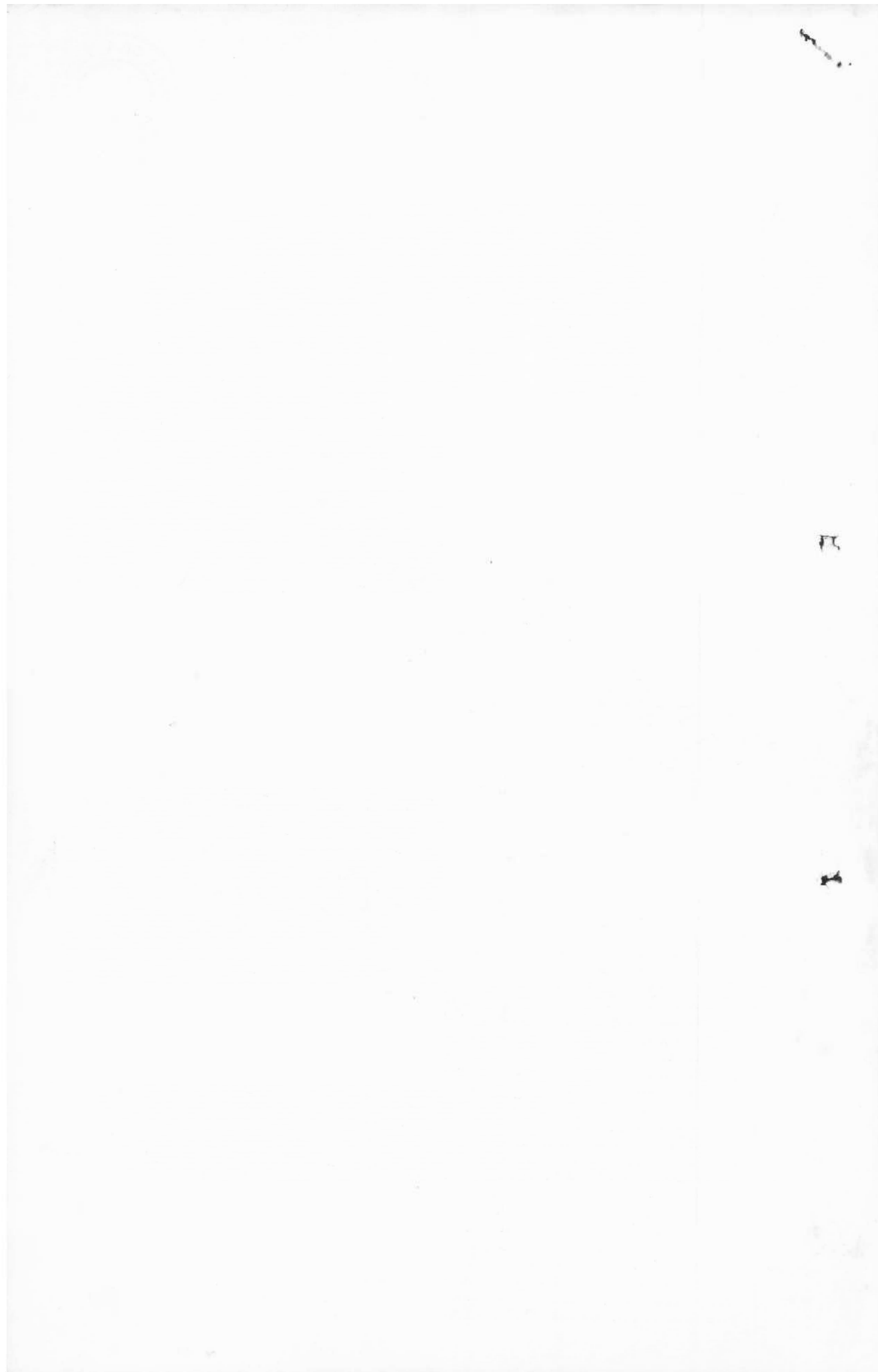
JUSTIÇA DO TRABALHO



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TST Nº: RO-DC-179/86.1

CERTIFICO que o Tribunal Superior do Trabalho, na Sessão Extraordinária da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, com a presença do Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral, Dr. João Pedro Ferraz dos Passos e dos Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca, relator, Norberto Silveira de Souza, revisor, Fernando Vilar, Antônio Amaral, Marcelo Pimentel, Orlando Teixeira da Costa e Wagner Pimenta, RESOLVEU: I- Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco e Outros: 1- Preliminares: 1.1- Extinção do processo sem julgamento de mérito - rejeitar a preliminar arguida, unanimemente; 1.2- Inépcia da inicial - rejeitar a preliminar arguida, unanimemente. 2 - Mérito: 2.1- Taxa de produtividade - dar provimento parcial para fixar a taxa em 4% (quatro por cento), unanimemente, com ressalvas dos Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel e Prates de Macedo; 2.2- Modificação da sistemática da correção - "Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 28.02.85, e aos admitidos a partir de 01.03.85, a proporcionalidade de 1/6 (um sexto) de tais benefícios por mês trabalhado". Dar provimento parcial ao recurso para excluir a cláusula, por maioria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilar e Norberto Silveira de Souza; 2.3- Salário do substituto provisório - "Na hipótese de substituição sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário de função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo." Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao Enunciado de Súmula nº 159, unanimemente: "Determinar que enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído"; 2.4- Salário do substituto definitivo - "Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Júnior e Propagandista Senior. As empresas que já tiveram implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função". Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la à Instrução Normativa nº 01, item 2, inciso IX, unanimemente: "Admitido o empregado para função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais"; 2.5- Estabilidade para o acidentado - "Garantida ao vitimado por acidente de trabalho a permanência no emprego ou o pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato." Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao Precedente nº 30, por maioria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Antônio Amaral e José Carlos da Fonseca: "Assegura-se ao trabalhador vítima de acidente de trabalho 180 (cento e oitenta) dias de estabilidade no emprego, contados após a alta do órgão previdenciário"; 2.6- Auxílio doença - "As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

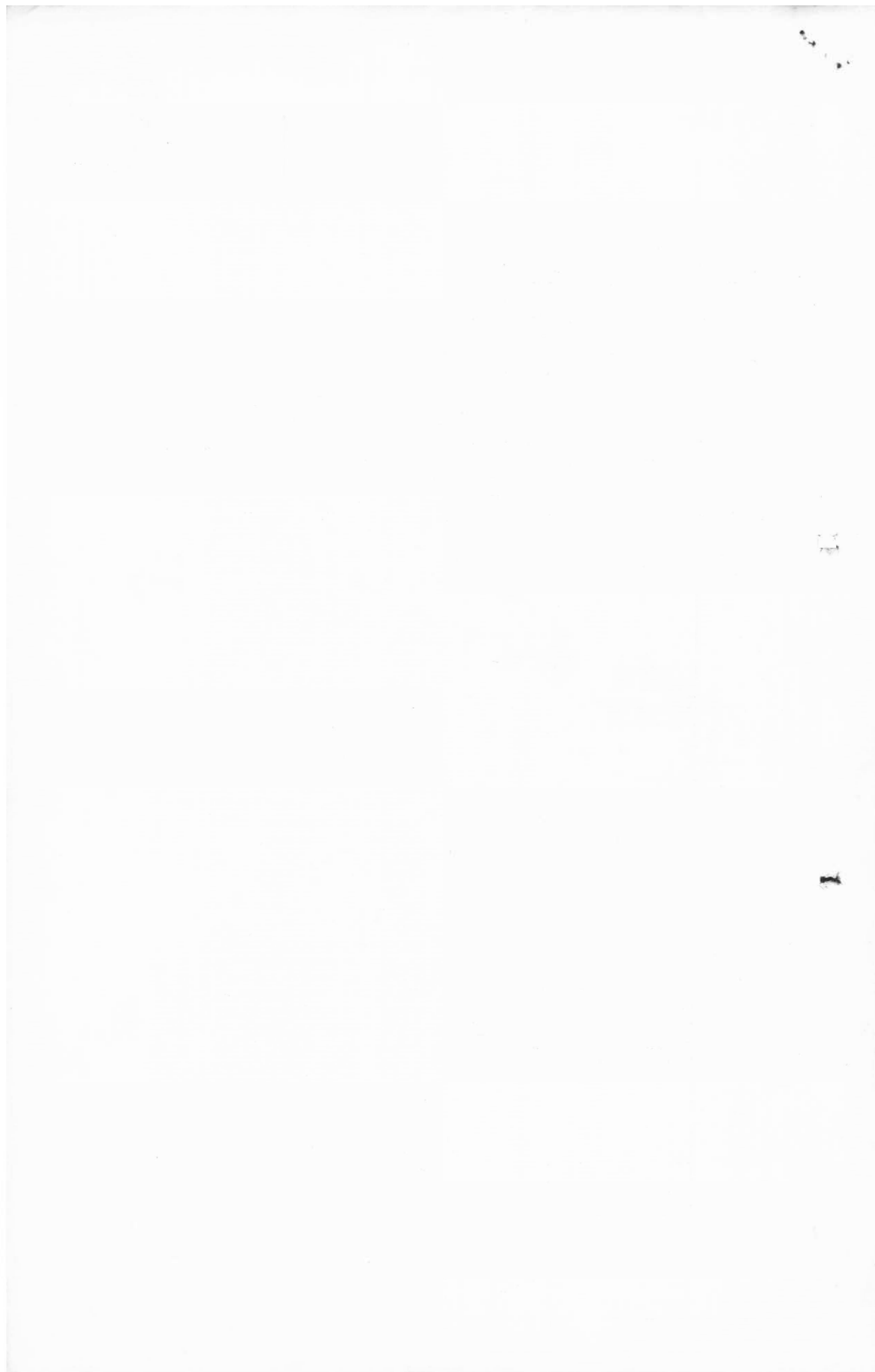


TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

.2.

mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 13º (décimo terceiro) salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente". Dar provimento para excluir a cláusula, unanimemente; 2.7- Abono de falta ao estudante - "Os empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento à provas pertinentes desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham seja feita com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e façam comprovação posterior da realização." Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao Precedente nº 70, unanimemente: "Transformar em licença não remunerada os dias de prova desde que avisado o patrão com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação"; 2.8- Recebimento de comissão sem trabalhar - "Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado". Dar provimento para excluir a cláusula, unanimemente; 2.9- Discriminação dos valores salariais na Carteira de Trabalho e Previdência Social - "Os empregados que receberem na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes, terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contrato escrito". Negar provimento ao recurso quanto a esta cláusula, unanimemente; 2.10- Obrigatoriedade do aviso epistolar no despedimento - "Para estabelecer que na hipótese de rescisão por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena de ser considerada imotivada a dispensa". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 69, unanimemente: "Determina-se que o empregado despedido seja cientificado da dispensa, por escrito, com menção dos motivos do ato patronal"; 2.11- Multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias - "Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites do prazo acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados, dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no País". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 68, unanimemente: "Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao afastamento definitivo do empregado, por dia de atraso, no valor equivalente ao salário diário, desde que o retardamento não decorra de culpa do trabalhador"; 2.12- Multa de um dia de salário na falta de anotação da rescisão na Carteira de Trabalho e Previdência Social - "Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado, será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo; § Único: Caso não entregue o empregado sua Carteira de Trabalho e Previdência Social para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega ao ex-empregador". Negar provimento ao recurso quanto a esta cláusula, unanimemente; 2.13- Estabilidade para delegado sindical - "Em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas". Dar provimento parcial para adap-

189





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

.3.

tar a cláusula ao Precedente nº 138, unanimemente: "Instituir figura do representante sindical a ser eleito por empregados da própria empresa, em razão de um representante para 50 (cinquenta) empregados integrantes da referida categoria, outorgando aos mesmos a garantia de emprego, nos termos do artigo 543 da CLT"; 2.14- Validade de atestados médicos-odontológicos - "Que as empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprios reconheçam a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 124, unanimemente: "Assegura-se a eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do Sindicato Suscitante, para o fim de abono de faltas ao serviço, com exceção daquelas que se referirem aos primeiros quinze dias de afastamento e, desde que existente convênio do Sindicato com o INAMPS."

RECORRENTES: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.
Sala de Sessões, em 03 de agosto de 1989.

Neide A. Borges Ferreira
NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária da Seção Especializada
em Dissídios Coletivos

/ff

190

3

2

1

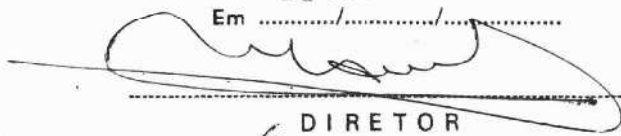


R E M E S S A

Nesta data, faço a remessa dos presentes autos ao S.A., para os fins de direito.

22 AGO 1989

Em/...../.....


DIRETOR
José Namá da Silva

R E M E S S A

Nesta data, faço a remessa dos presentes autos ao Gab. do Sr. Ministro
JOSE CARLOS DA FONSECA

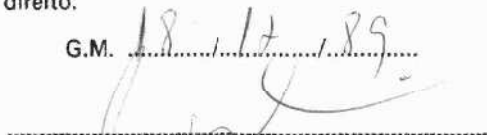
S.A.25/08/89.....


SERVIDOR

R E M E S S A

Nesta data, faço a remessa dos presentes autos ao S.A., para os fins de direito.

G.M.18/17/89.....


SERVIDOR

EM BRANCO



192
B.

A C Ó R D ã O

(Ac. SDC-1632/89)

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

JCF/jclfh

Dissídio Coletivo - Rejeitam-se preliminares de extinção do processo sem julgamento de mérito e de inépcia da inicial. Recurso acolhido em parte, quanto às reivindicações postuladas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo nº TST-RO-DC-179/86, em que são Recorrentes SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS e Recorridos SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Recorre ordinariamente o Suscitado, renovando, preliminarmente, pedido de extinção do processo em razão da falta de negociação na esfera administrativa e em face da inépcia da inicial.

Meritoriamente, pretende a reforma do acórdão regional, relativamente às cláusulas impugnadas na contestação.

Custas pagas e contra-arrazoado o recurso, a douta Procuradoria Geral opinou desfavoravelmente ao apelo.

É o relatório.

V O T O

Preliminares

1- Extinção do Processo sem Julgamento de mérito

É postulada a extinção do processo, sem julgamento de mérito, ao fundamento de que inexistiu tentativa de negociação prévia na esfera administrativa. Articula-se com o art. 616, § 4º, da CLT.

Não procede o inconformismo, pois consoante bem salientou o acórdão recorrido, "não se trata de 1º

192

EM BRALCO



193
8

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

de 1º DC da categoria e a negociação referenciada é dispensável, conforme jurisprudência dominante nas Cortes Trabalhistas.

Rejeito a preliminar.

II- Inépcia da Inicial

Argumenta-se, ainda, com a falta de fundamento jurídico para o pedido de fixação do reajuste salarial com base no INPC, por força do princípio da automaticidade da aplicação dos mecanismos da correção monetária salarial. De consequência diz-se inepta a inicial.

Uma vez mais não há o que ser alterado na Decisão revisanda, porquanto, em verdade, a matéria posta em discussão se confunde com o mérito do Dissídio, inexistindo, portanto, razões para que seja apreciada em forma de preliminar.

Rejeito.

M É R I T O

Cláusula segunda - Taxa de produtividade

Restou fixada a taxa de 4% a título de produtividade.

A cláusula está conforme a jurisprudência da Corte.

Nego provimento.

Cláusula terceira - Modificação da sistemática da correção.

"Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 28.02.85, e aos admitidos a partir de 01.03.85, a proporcionalidade de 1/6 de tais benefícios por mês trabalhado" (fl. 142).

Deferida a cláusula com a substituição da palavra "extensão", por "aplicação".

Sustenta o recorrente que a cláusula há de ser excluída porque "altera os critérios legais para a fixação dos reajustes salariais vinculados ao INPC".

193

EM BRANCO



194
B.

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RQ-DC-179/86

INPC".

A meu ver, tem razão o recorrente , pois o pedido se afigura juridicamente impossível, já tendo sido excluído no Dissídio Coletivo anterior.

Dou provimento para excluir a cláusula.

Cláusula Décima - Salário do Substituto provisório.

"Na hipótese de substituição, sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário de função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo" (fl. 145).

O Tribunal a quo deferiu a cláusula ao fundamento de que se trata da hipótese do Enunciado nº 159 do TST.

A jurisprudência deste Tribunal concede, para a substituição que não tenha caráter meramente eventual, que o empregado substituto perceba, durante a substituição, o salário contratual do substituído, sem especificar também a hipótese de a substituição ter o caráter de experiência ou por período superior a 90 dias.

Dou provimento para adaptar a cláusula a jurisprudência consubstanciada no Enunciado nº 159 da Súmula desta Corte.

Cláusula Décima-Primeira - Salário do Substituto Definitivo

"Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Junior e Propagandista Senior. Às empresas que já tiveram implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função" (fl. 146).

194

EM BRANCO



195
B.

Ac.SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

(fl. 146).

Dou provimento para adaptar a cláusula aos exatos termos da Instrução Normativa nº 01 do TST, item 2, do inciso IX, segundo o qual "admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais" (fl. 166).

Cláusula Décima-Quarta - Estabilidade provisória para o acidentado

"Garantida ao vitimado por acidente de trabalho "a permanência no emprego ou o pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato" (fl. 132).

Com a ressalva de meu ponto de vista o E. Pleno decidiu dar provimento parcial ao recurso para adaptar a cláusula do Precedente nº 30, observando entretanto o prazo de 60 dias já que o recurso é do suscitado.

"Assegura-se ao trabalhador vítima de acidente de trabalho 60 (sessenta) dias de estabilidade no emprego, contados após a alta do órgão previdenciário"

Cláusula Décima-Quinta - Complementação do Auxílio-Doença

Deferida a cláusula nos seguintes termos:

"As empresa representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 13º salário, nos mesmos termos, do

195

EM BRANCO



196
B.

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltando injustificadamente ou sido punido disciplinarmente" (fl. 133).

Não há previsão legal para o deferimento. Trata-se de vantagem que somente poderá ser alcançada mediante acordo ou Convenção Coletiva.

Dou provimento para excluir a cláusula.

Cláusula Décima-Sexta - Abono de falta ao Estudante

Deferida a cláusula nos seguintes termos:

"Os empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento à provas pertinentes desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham seja feita com antecedência de 72 horas e façam comprovação posterior da realização" (fl. 133).

Dou provimento parcial para adaptar a cláusula à atual jurisprudência do TST, transformando o abono de falta ao estudante em licença não remunerada para os dias de prova, desde que avisado o patrão com 72 horas de antecedência e mediante comprovação.

Cláusula Décima-Sétima - Recebimento de comissão sem trabalhar

"Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado" (fl. 134).

Salário é retribuição de serviço prestado

106

EM BRANCO



197
B

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

prestado.

Como premiar aquele que não trabalhou?

Não há amparo legal para a concessão da vantagem.

Dou provimento para excluir a cláusula.

Cláusula Vigésima - Discriminação dos valores salariais na CTPS

Restou determinado que "os empregados que receberem na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes, terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contrato escrito" (fl. 134).

Entendo justa a cláusula que determina a inserção na C.T.P.S. dos percentuais discriminados claramente ou em contrato escrito, quando houver pagamento em percentuais diferentes para comissões e prêmios.

Nego provimento.

Cláusula Vigésima-Primeira - Obrigatoriedade do Aviso Epistolar no Despedimento.

Deferida a reivindicação "para estabelecer que na hipótese de rescisão por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena de ser considerada imotivada a dispensa" (fls. 134/135).

Dou provimento parcial para adaptar a cláusula à jurisprudência do TST, qual seja: determinar que o empregado despedido seja cientificado da dispensa, por escrito, com menção dos motivos do ato patronal (Precedente nº 69).

Cláusula Vigésima-Segunda - Multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias.

"Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado

197

EM BRANCO



198
B.

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites do prazo acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados, dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no país" (fl. 135).

Dou provimento parcial para adaptar a cláusula à atual jurisprudência desta Corte:

"Impor multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o 10º dia útil subsequente ao afastamento definitivo do empregado, por dia de atraso, no valor equivalente ao salário diário, desde que o retardamento não decorra de culpa do trabalhador".

Cláusula Vigésima-Terceira - Multa de um dia de salário na falta de anotação da rescisão na CTPS

Deferida a cláusula nos seguintes termos:

"Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado, será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo; § Único: Caso não entregue o empregado sua CTPS para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega ao Ex-empregador" (fl. 135).

Dou provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente da Corte (nº 68).

"Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o 10.º dia útil subsequente ao afastamento definitivo do empregado, por dia de atraso, no valor equivalente ao salário diário, desde que o retardamento não decorra de culpa do trabalhador" (Precedente nº 68).

198

EM 61430



199
8

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

(Precedente nº 68).

Cláusula Vigésima-Quinta - Estabilidade para Delegado Sindical

Determinado que, "em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresa" (fl. 136).

Dou provimento para adaptar a cláusula ao precedente da Corte (nº 138)

"Instituir figura do representante sindical a ser eleito por empregados da própria empresa, em razão de um representante para 50 (cinquenta) empregados integrantes da referida categoria, outorgando aos mesmos a garantia de emprego, nos termos do art. 543 da CLT".

Dou provimento para excluir a cláusula.

Cláusula Vigésima-Sétima - Validade de Atestados Médico-Odontológicos.

Determinado que "as empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprios reconheçam a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social" (fl. 136).

Dou provimento parcial para adaptar a cláusula à jurisprudência iterativa do TST, assegurando eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do Sindicato Suscitante, para o fim de abono de faltas ao serviço, com exceção daquelas que se referirem aos primeiros 15 dias de afastamento, e desde que existente convênio do Sindicato com o INAMPS.

I S T O P O S T O

A C O R D A M os Ministros integran

199

EM BRADCO



200
B

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivo do Tribunal Superior do Trabalho, I - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco e Outros: 1 - Preliminares: 1.1 - Extinção do processo sem julgamento de mérito - rejeitar a preliminar argüida, unanimemente; 1.2 - Inépcia da inicial - rejeitar a preliminar argüida, unanimemente. 2 - Mérito: 2.1 - Taxa de produtividade - dar provimento parcial para fixar a taxa em 4% (quatro por cento), unanimemente, com ressalvas dos Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel e Prates de Macedo; 2.2 - Modificação da sistemática da correção - "Extensão do aumento em razão do índice do INPC e da produtividade, aos empregados admitidos até 28.02.85, e aos admitidos a partir de 01.03.85, a proporcionalidade de 1/6 (um sexto) de tais benefícios por mês trabalhado". Dar provimento parcial ao recurso para excluir a cláusula, por maioria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilar e Norberto Silveira de Souza; 2.3 - Salário do substituto provisório - "Na hipótese de substituição sem caráter eventual ou de experiência, ou ainda que dure mais de 90 (noventa) dias, o empregado substituto fará jus ao salário de função do substituído, sem a consideração de vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo". Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao E-nunciado de Súmula nº 159, unaimemente: "Determinar que enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído"; 2.4 - Salário do substituto definitivo - "Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato haja sido rescindido por iniciativa da empresa, do menor salário da função, sem consideração de vantagens pessoais, vedada a classificação de cargos diferentes para a mesma função. Ex.: Propagandista Júnior e Propagandista Senior. Às empresas que já tiveram implantado tal tipo de classificação, será permitida a admissão de substitutos na categoria inicial da função". Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la à Instrução Normativa nº 01, item 2, inciso IX, unanimemente: "Admitido o empregado para função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais"; 2.5 - Estabilidade para o acidentado - "Garantida ao vitimado por acidente de trabalho a permanência no emprego ou o pagamento de salários equivalentes por período igual ao do afastamento, até o máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando o aviso

200

EM B. 11.00



201
B.

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-Ro-DC-179/86

aviso prévio, a indenização adicional ou outras vantagens legais, salvo se demitido a pedido, por falta grave, ou acordo celebrado perante o Sindicato. "Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao Precedente nº 30, por maioria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Antônio Amaral e José Carlos da Fonseca: "Assegura-se ao trabalhador vítima de acidente de trabalho 180 (cento e oitenta) dias de estabilidade no emprego, contados após a alta do órgão previdenciário"; 2.6 - Auxílio doença - "As empresas representadas pelos sindicatos complementarão, uma única vez, até 45 (quarenta e cinco) dias, os salários líquidos dos Empregados afastados por motivo de doença e que estejam neles há mais de 90 (noventa) dias, ocorrendo o mesmo procedimento na hipótese de acidente de trabalho. Complementarão elas, outrossim, o 13º (décimo terceiro) salário, nos mesmos termos, do empregado que se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 180 (cento e oitenta) dias, desde que no período de janeiro a dezembro não haja faltado injustificadamente ou sido punido disciplinarmente". Dar provimento para excluir a cláusula, unanimente; 2.7- abono de falta ao estudante - "Os empregados que estiverem inscritos em exames vestibulares terão abonadas as faltas resultantes do comparecimento à provas pertinentes desde que a comunicação necessária às Empresas onde trabalham seja feita com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e façam comprovação posterior da realização. "Dar provimento parcial à cláusula para adaptá-la ao Precedente nº 70, unanimemente: "Transformar em licença não remunerada os dias de prova desde que avisado o patrão com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação"; 2.8 - Recebimento de comissão sem trabalhar - "Quando a empresa estabelecer, ainda que tacitamente, uma zona de trabalho ou uma relação de clientes ao empregado, fica obrigada à satisfação das comissões ou prêmios sobre as transações efetuadas por outro empregado, salvo a hipótese de concorrência e licitações públicas e desde que nelas não haja o empregado participado". Dar provimento para excluir a cláusula, unanimemente; 2.9 - Discriminação dos valores salariais na Carteira de Trabalho e Previdência Social - "Os empregados que receberem na parte variável, percentuais diferentes de comissões ou prêmios, em razão dos produtos vendidos, ou quantidade destes, terão tais percentuais discriminados claramente em suas Carteiras Profissionais ou em contra

201

EM BKA.00



202
B

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

contrato escrito". Negar provimento ao recurso quanto a esta cláusula, unanimemente; 2.10 - Obrigatoriedade do aviso epistolar no despedimento - "Para estabelecer que na hipótese de rescisão por justa causa do contrato de trabalho, a empresa deverá informar ao empregado, por escrito, a falta cometida, sob pena de ser considerada imotivada a dispensa". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 69, unanimemente: "Determinar-se que o empregado despedido seja cientificado da dispensa, por escrito, com menção dos motivos do ato patronal"; 2.11 - Multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias - "Liquidação de débito em razão de rescisão do contrato de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de aviso prévio não trabalhado e de 20 (vinte) dias na hipótese de aviso prévio trabalhado. Ultrapassados os limites do prazo acima referidos, as empresas representadas pelos Suscitados pagarão aos empregados dispensados ou cujos contratos hajam sido rescindidos, multa diária correspondente a 10% (dez por cento) do maior valor de referência vigente no País". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 68, unanimemente: "Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao afastamento definitivo do empregado, por dia de atraso, no valor equivalente ao salário diário, desde que o retardamento não decorra de culpa do trabalhador"; 2.12 - Multa de um dia de salário na falta de anotação da rescisão na Carteira de Trabalho e Previdência Social - "Ainda rescindido o contrato, a baixa da Carteira Profissional do empregado, será dada até 15 (quinze) dias após o último dia trabalhado, sob pena do pagamento de 01 (um) dia de salário por dia excedente de tal prazo; § Único: Caso não entregue o empregado sua Carteira de Trabalho e Previdência Social para baixa no dia do desligamento, o prazo fixado será contado a partir da data da entrega ao ex-empregador". Negar provimento ao recurso quanto a esta cláusula, unanimemente; 2.13 - Estabilidade para delegado sindical - "Em cada empresa será eleito pelos empregados sindicalizados um Delegado Sindical, com a garantia de estabilidade provisória no emprego, e que servirá de ligação entre o Sindicato e as empresas". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 138, unanimemente: "Instituir figura do representante sindical a ser eleito por empregados da própria empresa, em razão de um representante para 50 (cinquenta) empregados integrantes da referida categoria, outorgando aos mesmos a garantia de emprego, nos termos do artigo 543 da CLT"; 2.14 - Validade de ates-

202

EM BRANCO



203
B

Ac. SDC-1632/89

Proc. nº TST-RO-DC-179/86

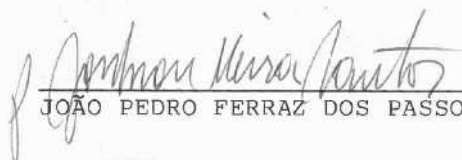
de atestados médicos-odontológicos - "Que as empresas que tenham serviços de assistência médica e odontológica próprios reconheçam a validade dos atestados fornecidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato, expedidos em situações emergenciais. As que não possuam tais serviços aceitarão incondicionalmente tais atestados, independentemente da apresentação ou não dos médicos da Previdência Social". Dar provimento parcial para adaptar a cláusula ao Precedente nº 124, unanimemente: "Assegura-se a eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do Sindicato Suscitante, para o fim de abono de faltas ao serviço, com exceção daquelas que se referirem aos primeiros quinze dias de afastamento e, desde que existente convênio do Sindicato com o INAMPS."

Brasília, 03 de agosto de 1989.


PRATES DE MACEDO Presidente


JOSE CARLOS DA FONSECA Relator

Ciente:


JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS Subprocurador
-Geral

203

PUBLICAÇÃO

Certifico que o acórdão nº SDC 1632/89 foi publicado no "Diário da Justiça" de 30 / 07 / 1990.

Em, 30 de julho de 1990

D. M.
DIRETOR DO S.A.

TRANSMITA-SE À SECRETARIA DO
TRIBUNAL PLENO

EM 30 / 07 / 90

D. M.
DIRETOR DO S.A.

REMESSA

Ao SCP para certificar se foi interposto recurso
da decisão de fls. 11

SR. 20 de 8 de 1990

Adelita de Oliveira

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL CERTIDÃO E REMESSA

Certifico que transcorreu o prazo recursal, sem
a interposição de qualquer recurso. Transitado em
julgado, faço a remessa dos autos ao Eg. T. R. T.
da 6ª Região; e para constar, lavrei este termo.

TST-SCP, 22 / 08 / 90

W
SCP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

a Secretaria Judiciária

Recife, 27 de 08 de 1990

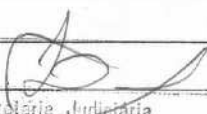
Teel.

Diretor do S. C. P.

Recebido em 28/08/90

Às 13:40 horas

Do (a) S.C.P.


Secretaria Judiciária

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz **PRESIDENTE**

Recife, 28 de agosto de 1990

M. Quetede
Diretor da Secretaria Judiciária

Arquive-se.

Recife, 29 / 08 / 90

Milton Lyra

Milton Lyra
Juiz Presidente do TRI 6ª Região

REMETTER

Nesta data, faço remeter do presente processo

ao(a)

Arguente Geral

Recife, 29 de agosto de 1990

M. Quetede
Diretor da Secretaria Judiciária

205-

